



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ/BREVES  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

JACKELINE DE ARAÚJO MORAES  
MARIA ELISANE DE SOUZA SILVA

**OS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS  
PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA:** um estudo na comunidade belo  
horizonte no município de Anajás do Marajó/PA

BREVES – PA  
2023

JACKELINE DE ARAÚJO MORAES  
MARIA ELISANE DE SOUZA SILVA

**OS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS  
PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA:** um estudo na comunidade belo  
horizonte no município de Anajás do Marajó/PA

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como  
requisito parcial para a obtenção do título de bacharel  
em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social da  
Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do  
Marajó – Breves.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Merize de Jesus da Silva  
Américo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**  
**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

- M827s      Moraes, Jackeline de Araújo.  
Os serviços de proteção social básica da assistência social e os programas de transferência de renda: um estudo na comunidade belo horizonte no município de Anajás do Marajó/PA / Jackeline de Araújo Moraes, Maria Elisane de Souza Silva. — 2023.  
96 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Merize de Jesus da Silva Américo  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Breves, Faculdade de Serviço Social, Breves, 2023.
1. Assistência Social. 2. Comunidade ribeirinha. 3. Território. 4. Serviços de Proteção Básica. 5. Programas de transferência de renda.  
I. Título.

CDD 361.3

---

JACKELINE DE ARAÚJO MORAES  
MARIA ELISANE DE SOUZA SILVA

**OS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS  
PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA:** um estudo na comunidade belo  
horizonte no município de Anajás do Marajó/PA

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como  
requisito parcial para a obtenção do título de bacharel  
em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social da  
Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do  
Marajó – Breves.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Merize de Jesus da Silva  
Américo

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Conceito:

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Merize de Jesus da Silva Américo - Orientadora  
Universidade Federal do Pará/CUMB

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Cilene Sebastiana Braga - Membro Externo  
Universidade Federal do Pará/ICSA

---

Prof. Dr. Eunápio Dutra do Carmo - Membro interno  
Universidade Federal do Pará/CUMB

Dedicamos este trabalho ao nosso Pai e Criador, pois só Ele é capaz de compreender nossas lutas, dores e vitórias. Sem a direção dada por Deus, a conclusão deste trabalho não seria possível.

## AGRADECIMENTOS I

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, pois sem seu sustento nos dias difíceis não sei se teria conseguido chegar a esse momento, pois era a ele a quem eu recorria nos momentos de angústia e para quem eu rogava por força para seguir nos momentos em que essa me faltava.

Agradeço também a meu pai, Jonas Moraes, que dedicou sua vida a trabalhar pelas madeiras e quando essas fecharam passou a trabalhar pesado no “mato”, para que nada faltasse a suas filhas, principalmente a educação e hoje posso dizer que todo esforço valeu a pena.

Agradeço a minha mãe, Racquel Araújo, por me ensinar a ser forte, independente e não desistir dos estudos, quando no momento em que viu que suas filhas já estavam grandes, decidiu voltar a estudar no EJA e concluiu não só o ensino fundamental, como também o ensino médio.

Por ser oriunda de outro município, precisei de amparo e ajuda durante os períodos letivos e sou grata a minha tia querida Madalena Moraes por me acolher e acolher minha filha em sua casa, não tenho palavras que possam mensurar o quanto seu apoio, seus puxões de orelha e seu colo foram importantes para mim. Da mesma forma agradeço aos meus primos, Liliane Moraes, Lilia Moraes e Joás Moraes, por aceitarem dividir a mãe comigo fazendo sempre o possível para que eu me sentisse em casa.

Agradeço também a minhas irmãs, Racqueline Moraes, Rafaela Moraes, Rayssa Moraes e Jossele Moraes, que sempre vibraram com minhas conquistas e sempre se dispunha a cuidar da minha filha quando eu não estava por perto, eram as pessoas que me davam força por meio de ligações e mensagens de texto. Sou extremamente grata por tê-las em minha vida, amo cada uma de maneira especial.

Agradeço a meus colegas de curso, em especial a minha “galera do fundão” que era composta por Raissa Oliveira, Leandro Seixas, Sinara Sena, Gregório Alves, Taiane Santos, Maria Elisane Silva e Stela Gomes, que sempre estiveram junto a mim, dividindo os problemas e as alegrias, sempre mostrando que estávamos juntos no mesmo barco e que ninguém ia deixá-lo afundar! Sou grata pela amizade, companheirismo e partilha de vivências que cada um pode me proporcionar durante todo período que se estendeu o curso.

Agradeço a minha amiga e parceira de trabalho, Maria Elisane Silva, por ter me acolhido e entendido minha situação durante todo processo de construção do mesmo, pela paciência e palavras de consolo. Não posso deixar de mencionar o quanto os puxões de orelha e sermões me ajudaram em todo percurso acadêmico, tua serenidade sempre me acalmava e

conversas sobre minhas inquietações com você, de certa forma me aliviavam e me davam esperança de que tudo iria dar certo.

Agradeço também a Política de Assistência Estudantil, que no decorrer do curso passou a me assistir, através do auxílio Casa do Estudante, que me concedeu moradia próximo a universidade e foi de suma importância para minha permanência no curso. Também agradeço aos coordenadores da CEUS, a Psicóloga Amanda Magalhães e o Assistente Social Anderson Reis, que sempre que podiam atendiam nossas demandas e sempre estavam dispostos a conversar sobre os desafios da graduação. Posteriormente a eles, agradeço a psicóloga Alana Farias e ao Assistente Social Marcley de Melo, que estreitaram ainda mais a relação da assistência estudantil para com os discentes, isso mostra o quanto é importante ter ciência do trabalho ao qual vai exercer e a forma como ele vai impactar na vida de outras pessoas.

Quero aqui também externar minha gratidão a essa faculdade, pois ela foi um divisor de águas na minha vida, pois quando adentrei nesse curso vivia em situação de violência doméstica, donde por várias vezes tentei sair sem êxito, esse cenário só teve uma transformação quando no decorrer dos quatro primeiras semanas de disciplina eu pude perceber o quão grave era a situação que eu me encontrava e com o apoio e incentivo de colegas, eu consegui finalmente dar um basta em relacionamento abusivo que vivia.

Sou muito grata a cada disciplina ministrada e a todos os docentes, que dedicaram seu tempo a nos repassar conhecimento e além disso, nos brindar com momentos e vivências que ficarão marcados na minha vida.

Um agradecimento especial Dr<sup>a</sup> Merize de Jesus da Silva Américo, que aceitou ser nossa orientadora neste trabalho, entendendo as nossas particularidades e dificuldades, frente às diversas situações que permearam todo o período de construção do mesmo, dedicando do seu tempo e partilhando seu conhecimento conosco.

A instituição que me recebeu no período de Estágio Supervisionado, na pessoa das Coordenadoras Erica Matos e Josiane Vieira, que sempre estavam dispostas a me atender quando solicitadas e me trataram de maneira profissional e afetuosa. Na oportunidade, agradeço também, a Juliara Macedo que foi responsável por me supervisionar no período que se deu o primeiro estágio e o Senhor Leopoldino Alves, que a substituiu nos dois períodos subsequentes, ambos foram de suma importância nesse processo que nos aproxima da atuação profissional frente a realidade e me incentivaram a buscar sempre um aprimoramento em minhas condutas éticas frente às situações que se apresentam na cotidianidade do trabalho.

Agradeço a meu marido, Mauro Viegas, que decidiu me acompanhar e me ajudar na missão que é cuidar de uma criança que não era sua e me motivar a continuar na graduação. Sou grata por todo amor e incentivo e por partilhar comigo momentos bons e outros nem tanto, mas que só mostraram o quanto é importante estar em um relacionamento saudável.

Gratidão a minha sogra, Maria Doralice Magno, que durante todo período que se deu a graduação, sempre se preocupou não só comigo, mas como também da minha filha, providenciando que ela sempre estivesse bem amparada e nos momentos em que eu estava ausente, reporto-me a ela sempre com muito carinho, pois quem faz bem a um filho, está fazendo a uma mãe.

Por fim, quero agradecer a minha filha, que foi durante todo o período de graduação, meu motivo de alento e meu acalanto de amor para persistir, mesmo nos momentos onde a saudade e as preocupações gritavam dentro do peito e da mente. Alice Moraes me transformou de menina à mulher forte e determinada que hoje sou, foi por ela e é por ela que eu sigo todos os dias enfrentando os obstáculos, agora ela não vai ter só orgulho em dizer que a mãe dela é a melhor costureira, mas também que a mãe dela é Bacharel em Serviço Social e posteriormente uma ASSISTENTE SOCIAL.



## AGRADECIMENTOS II

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, pelo amor e por todos os momentos da minha vida. Houve momentos de alegrias, mas muitos momentos difíceis, de adoecimento, dúvidas e perdas de pessoas queridas.

Aos meus familiares, aos meus pais, Elivaldo Borges e Daria Ribeiro, aos meus irmãos, Edelvam Silva, Edclebson Silva e Mateus Silva, que me apoiaram nesse processo. Em especial, a minha irmã Elivane Silva, que dedicou parte de sua vida para me ajudar em cada momento que precisei. A minha família de Breves, tia Laura Silva, tio Raimundo Mendes, Rose Mendes e Vitória Lopes, obrigada por tanto amor, carinho, por me acolherem nos períodos de aulas, sempre preocupados em me deixar bem. Jamais esquecerei desses momentos, amo muito vocês e espero um dia retribuir tanto amor.

Aos amigos que sempre ficaram ao meu lado, a minha melhor amiga, Jarliane Gonçalves, amiga de infância a quem eu tenho tanto amor e carinho. Ao também amigo de infância Daniel de Andrade “In Memoriam” que faleceu em março de 2017, ano que entrei na universidade, fui devastada por uma enorme dor que jamais havia sentido, mas guardo em meu coração as lembranças cheias de amor e respeito que construímos nesta vida.

A minha querida amiga Gleycy Navegante, do curso de Letras 2017, e aos seus filhos e marido, foi um prazer imenso conhecê-los. Gleycy Navegante, você foi como uma irmã, carinhosa, parceira e de um coração gigante, obrigada por tanto, nunca poderei retribuir o que fizestes por mim. Aos meus colegas de faculdade, Taiane Santos e Gregório Alves, pelo apoio e carinho ao longo deste curso.

A minha colega de trabalho, Jackeline Moraes, que foi uma parceira incrível e que aceitou embarcar nessa experiência comigo. Jack, você é uma mulher muito corajosa e generosa, uma mãe incrível e que passou também por momentos difíceis na faculdade, sempre com um sorriso no rosto e sendo gentil com as pessoas, deixo aqui registrado meu muito obrigada.

Agradeço à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dra. Merize de Jesus da Silva Américo, por ter aceitado esse desafio de nos orientar, mesmo estando a frente da direção da faculdade, sendo docente e viajando por vários lugares dessa Amazônia marajoara para compartilhar conhecimento, experiência e ouvindo seus alunos.

A todos os professores da FACSS, em especial, Prof. Dr Eunápio Dutra do Carmo, que para mim é uma grande fonte de inspiração. Vocês não são apenas professores fantásticos, são seres humanos incríveis, empáticos e que fizeram e fazem a diferença em

nossas vidas.

Agradeço a minha supervisora de campo Eurídice Sarges, egressa desta faculdade, um exemplo de profissional e de pessoa, pois ao longo dos períodos de estágio me proporcionou uma experiência incrível, de uma rotina árdua, mas de um comprometimento muito sério, sem dúvida uma inspiração de profissional. Agradeço também aos meus colegas de estágio, durante os anos de 2019 e 2022, que foram incríveis comigo e também aos assistentes sociais, Evandro Guedes e Ourípson Dalvan, egressos da FACSS/CUMB, onde ambos foram generosos compartilhando conhecimentos.

Para a pessoa mais linda do universo, Ivanildo Furtado, meus profundos agradecimentos, meu querido “sensei” e diretor espiritual, obrigada por tudo, pelos puxões de orelha e pelo carinho gigantesco. A dona Conceição do Santos, ao padre Glauciney Pinheiro Dias, onde este me viu em um momento de fragilidade e me acolheu como se eu fosse a pessoa mais valiosa do mundo, isso me fez compreender melhor o amor de Deus. Ao meu querido pároco, padre José Otávio da Silva Gomes, tão querido por Anajás, tão cheio de alegria e um incentivador das boas obras. E por fim, aos entrevistados que se dispuseram a dar entrevistas, meu muito obrigada a todos.

## RESUMO

O presente trabalho busca compreender como estão sendo efetivados os Serviços de Proteção Básica e os programas de transferência de renda da assistência social para as famílias da comunidade ribeirinha Belo Horizonte, no município de Anajás/PA. Este é um município do Arquipélago marajoara onde a maior parte da população reside na área rural. Por isso, a política de Assistência Social deveria assumir um papel importante para a efetivação dos serviços de proteção social básica como estratégia de diminuição da desigualdade social. Diante disso, a pesquisa teve como objetivo compreender se há acesso dos serviços de Proteção Social Básica às famílias da comunidade da referida localidade. Buscamos analisar o perfil das famílias entrevistadas, para compreendermos os impactos dos programas de transferência de renda e os principais serviços que estas famílias têm acesso, quando as têm. A pesquisa é de caráter exploratório e qualitativa. Nela utilizamos um roteiro para a condução das entrevistas, que foram semiestruturadas. O trabalho está dividido em três capítulos. Neles contextualizamos alguns aspectos históricos da Assistência Social no Brasil, além de sinalizá-la enquanto política pública e social. Abordamos a questão conceitual sobre território, comunidades ribeirinhas e contextualizamos historicamente a Amazônia e o loco da pesquisa. Também procuramos destacar as principais informações trazidas pela pesquisa de campo e com isso, relacioná-las com os aspectos legais atribuídos à Política de Assistência Social, levando à algumas reflexões sobre cada questão pontuada pelas (os) entrevistadas(os). Ao longo de toda a pesquisa, foi possível perceber quão precarizados estão sendo ofertados os serviços que chegam até a comunidade. Um serviço que deveria ser tido como de prevenção, está sendo realizado apenas em caráter de urgência quando solicitado por outras políticas em ações conjuntas. Uma das causas que podem ser relacionadas a essa questão é a falta de uma atitude interventiva por parte dos governantes, que são os principais responsáveis por garantir que as políticas cheguem em sua totalidade a toda população que dela demandem. Em síntese, há poucas pesquisas, relacionadas ao tema, produzidas no município. Em que pese a política de assistência seja de caráter universal, o que se constatou é que não há uma discussão de territorialidade no sentido de levar em consideração as reais necessidades das famílias que ali vivem. Ou seja, há uma grande necessidade de que essas famílias tenham acesso às informações sobre os serviços, já que muitos desconhecem para que possam reivindicar a garantia de seus direitos.

**Palavras-chave:** Assistência social; Comunidade ribeirinha; Território; Serviços de proteção básica; Programas de transferência de renda.

## ABSTRACT

This paper seeks to understand how the Basic Protection Services and the social assistance cash transfer programs are being implemented for the families of the Belo Horizonte riverside community, in the municipality of Anajás/PA. This is a municipality in the Marajoara Archipelago where most of the population lives in rural areas. Therefore, the Social Assistance policy should assume an important role in the effectiveness of basic social protection services as a strategy to reduce social inequality. In view of this, the research aimed to understand whether there is access to Basic Social Protection services for families in the community of the aforementioned locality. We sought to analyze the profile of the families interviewed, in order to understand the impacts of the cash transfer programs and the main services that these families have access to, when they have them. The research is exploratory and qualitative in nature. We used a script to conduct the interviews, which were semi-structured. The work is divided into three chapters. In these chapters we contextualize some historical aspects of Social Assistance in Brazil, in addition to highlighting it as a public and social policy. We approached the conceptual question about territory, riverside communities, and historically contextualized the Amazon and the research location. We also sought to highlight the main information brought up by the field research and, with this, relate it to the legal aspects attributed to the Social Assistance Policy, leading to some reflections on each issue raised by the interviewees. Throughout the research, it was possible to see how precarious the services that reach the community are being offered. A service that should be considered as preventive is being carried out only on an emergency basis when requested by other policies in joint actions. One of the causes that can be related to this issue is the lack of an intervening attitude on the part of the government, which is the main responsible for guaranteeing that the policies reach the entire population that demands them. In summary, there is little research related to the theme produced in the municipality. In spite of the universal nature of the assistance policy, what was found is that there is no discussion of territoriality in the sense of taking into account the real needs of the families that live there. In other words, there is a great need for these families to have access to information about the services, since many are unaware of them, so that they can claim the guarantee of their rights.

**Keywords:** Social assistance; Riverside community; Territory; Basic protection services; Cash transfer programs.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

|            |                                                             |    |
|------------|-------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 - | Mapa do arquipélago do marajó.....                          | 35 |
| Figura 2 - | Cidade de Anajás.....                                       | 51 |
| Figura 3 - | Artefatos indígenas dos povos originários de Anajás.....    | 54 |
| Figura 4 - | Vila Belo Horizonte.....                                    | 55 |
| Figura 5 - | Escola Belo Horizonte.....                                  | 60 |
| Figura 6 - | Ações do Instituto Beraca na Comunidade Belo Horizonte..... | 61 |

## LISTA DE TABELAS

|            |                                                                                                               |    |
|------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 - | Perfil dos entrevistados.....                                                                                 | 63 |
| Tabela 2 - | Condicionalidades do programa bolsa família.....                                                              | 76 |
| Tabela 3 - | Contagem sobre renda, gastos e tempos em viagens.....                                                         | 80 |
| Tabela 4 - | Mapeamento dos principais benefícios e programas de transferência de<br>renda das famílias entrevistadas..... | 82 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|             |                                          |    |
|-------------|------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 - | Dados do tempo de moradia na região..... | 63 |
| Gráfico 2 - | Domicílios dos entrevistados.....        | 66 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BP – Bolsa Família  
BPC – Benefício de Prestação Continuada  
CF – Constituição Federal  
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social  
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
CREAS – Centro Especializado de Referência de Assistência Social  
FEB - Forças Expedicionárias Brasileiras- combatentes  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
LBA – Legião Brasileira de Assistência  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
MMFDH – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos  
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social  
NOB/RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos  
ONU – Organizações das Nações Unidas  
PDTS - Plano Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PSB - Proteção Social Básica  
PSE - Proteção Social Especial  
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
SEMTRAS – Secretaria Municipal de Assistência Social  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social



## SUMÁRIO

|          |                                                                                                                                    |           |
|----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                                                                  | <b>17</b> |
| <b>2</b> | <b>ASPECTOS HISTÓRICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA</b>                                                 | <b>22</b> |
| 2.1      | A gênese da assistência social no Brasil                                                                                           | 22        |
| 2.2      | A assistência social como política pública de direito                                                                              | 25        |
| <b>3</b> | <b>AMAZÔNIA MARAJOARA: A DISPUTA ENTRE DOIS MUNDOS</b>                                                                             | <b>33</b> |
| 3.1      | Contextualização sobre amazônia e do arquipélago marajoara                                                                         | 33        |
| 3.2      | Território e modo de vida ribeirinho                                                                                               | 37        |
| 3.3      | O marajó das florestas e a disputa em dois projetos, capitalismo e território: o mito do Rei Erisicton                             | 40        |
| 3.3.1    | Abrace o Marajó: desenvolvimento ou farsa para exploração?                                                                         | 46        |
| 3.4      | Anajás: o coração do arquipélago marajoara                                                                                         | 51        |
| 3.5      | Lócus da pesquisa: comunidade ribeirinha belo horizonte                                                                            | 55        |
| 3.5.1    | A organização econômica, política, social e cultural das famílias da comunidade belo horizonte                                     | 58        |
| 3.5.2    | Perfil das famílias entrevistadas sobre os serviços de proteção social básica e os programas de transferência de renda             | 63        |
| <b>4</b> | <b>A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA COMUNIDADE BELO HORIZONTE: EXPERIÊNCIAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL YULLIS JORDAN</b> | <b>67</b> |
| 4.1      | Dos serviços de proteção social básica                                                                                             | 67        |
| 4.2      | Dos programas de transferência de renda                                                                                            | 73        |
| 4.3      | Trabalho, benefícios não programados e programas de transferência de renda                                                         | 81        |
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                                                                        | <b>86</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                                                                 | <b>92</b> |



## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho retrata sobre o acesso ou não dos serviços de proteção social básica e programas de transferência de renda para famílias ribeirinhas no município de Anajás/Pará. Anajás é um município que fica localizado ao centro do Arquipélago marajoara, onde mais de 60% da população reside na parte rural do município. Por isso, escolhemos como lócus de pesquisa a comunidade ribeirinha Belo Horizonte, localizada no rio Guajará. Compreende-se a necessidade em conhecer a realidade das famílias que habitam em territórios da Amazônia marajoara, muitas vezes, localidades distantes dos centros urbanos com dificuldade de acessar os serviços e programas ofertados pela política de assistência social.

Dessa forma, a maior motivação parte, principalmente, pelas experiências vividas no estágio supervisionado em serviço social, realizado no Centro de referência de Assistência Social – CRAS Yulis Jordan, do município de Anajás, vividas no estágio I, II e III durante os meses finais de 2018 (estágio I) e o ano de 2022 (estágio II e II). Com isso, foi possível fazer uma leitura de realidade de muitas famílias que procuravam a instituição para acessar alguns serviços voltados para proteção social básica e projetos da instituição destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social que, por muitas vezes, a viabilidade do acesso foi impedida pelas condicionalidades dos programas, como a participação exclusivamente na unidade do CRAS uma vez que, os interessados dos serviços, precisam se deslocar da parte rural até a única unidade do CRAS no município.

Nesse sentido, o estágio permitiu vivenciar a realidade antes e pós pandemia, observando e registrando a realidade de famílias que procuravam o centro de referência para informações ou demandas que para muitos se tornavam um desafio devido à distância e a ausência de recursos para chegar até as localidades ribeirinhas. Além do mais, as experiências adquiridas no Programa de Rede e Comunidade Ribeirinhas - PRCR, por meio de produção do artigo, intitulado *“Invisibilidade da população ribeirinha ao acesso e efetivação das políticas públicas: as experiências no território em disputa de Anajás-PA”* alimentaram a inquietude de saber como as famílias ribeirinhas de Anajás estão tendo acesso aos serviços de proteção social básica e quais impactos isso está acarretando para suas vidas.

Além do mais, a ausência de CRAS volante também reforça esse distanciamento das famílias ribeirinhas dos serviços voltados para a proteção social. Nessa perspectiva é de suma importância estarmos atentos ao fato do papel do CRAS ter centralidade na oferta dos serviços de proteção social básica, pois, ele é a principal via de efetivação, tendo como serviço primordial o Serviço de proteção e Atendimento Integral à família – PAIF que só é ofertado,

unicamente pelo CRAS e destinado às famílias que necessitam da política de Assistência social para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social. Assim, o CRAS busca o acompanhamento com as famílias para o fortalecimento de vínculo, trabalha com as potencialidades e função protetiva das famílias, bem como a autonomia e emancipação por meio de ações ou atendimentos da unidade.

A política de assistência social assume um papel importante para a efetivação dos serviços de proteção social básica em comunidades ribeirinhas como estratégia de diminuição da desigualdade social. Conhecer as potencialidades e vulnerabilidades presentes no território das famílias ribeirinhas é uma necessidade da política de assistência social, pensar território como leitura de realidade em contexto individual e familiar é fundamental para garantir a efetivação dos serviços. Por isso, pesquisar a realidade que se apresenta é uma forma de tornar visível os sujeitos da política, dar voz e vez para as suas demandas e ouvir os seus desafios.

Diante disso, trazer as reflexões desses desafios, que de um lado fala da universalidade da política, da necessidade de atuar a partir da realidade dos territórios e da realidade que se apresenta, que muitas vezes se dá pela ausência dos serviços em territórios ocupados por povos tradicionais que partilham dos desafios para o acesso dos serviços de proteção social básica em seus próprios territórios. É uma discussão sobre direitos sociais, que também é garantido na Constituição Federal de 1988: a política de assistência social, mais especificamente, a política de proteção social, que hoje se manifesta de forma importante na vida de uma grande parcela da sociedade brasileira.

A pesquisa em questão é de caráter exploratório, pois buscou-se a aproximação com a realidade das famílias ribeirinhas do município de Anajás frente ao acesso dos serviços de proteção social básica da assistência social. Isso porque existem poucas informações que falem da realidade dessas famílias do município. Por isso, a necessidade de buscar informações para o tema em questão, ou seja, a intenção principal foi desvelar algumas situações.

Dessa forma, seguimos com a abordagem de cunho qualitativo, à medida que possibilitou abarcar as especificidades dos objetivos da pesquisa e facilitou na compreensão da subjetividade dos sujeitos e os múltiplos aspectos da realidade. É através da pesquisa qualitativa que o pesquisador tem a possibilidade de observar e fazer uma análise aprofundada da realidade, além de garantir que os conjuntos de fenômenos humanos sejam apreendidos em sua totalidade, de forma organizada e intuitiva, Triviños (1987, p.129).

Nesta perspectiva, a pesquisa dividiu-se em dois momentos, o primeiro configurou-se em pesquisas bibliográficas e documental, já o segundo em uma pesquisa de campo. Considerando que cada etapa da pesquisa é importante, esse primeiro momento foi primordial

para darmos início ao trabalho, pois foi a partir dele que partimos de um embasamento teórico, para assim tentar compreender a realidade que nos foi apresentada. Para Gil (2002, p.44) “A pesquisa bibliográfica permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Isso significa dizer que podemos conceber de conhecimentos adquiridos em vasto espaço de tempo e dados territoriais dispersos, que podem facilitar no processo de apreensão de conhecimento.

A pesquisa documental foi realizada através das análises de relatórios e diagnósticos dos órgãos institucionais das esferas federal, estadual e municipal, sites de instituições governamentais e noticiários eletrônicos, biblioteca da Universidade Federal do Pará – UFPA. No entanto, cabe ressaltar que se encontrou muita dificuldade na busca por referências bibliográficas no que tange ao assunto, uma vez que o tema aqui proposto é pouco estudado no âmbito acadêmico.

Após esses estudos iniciais, partimos para a pesquisa de campo com o intuito de realizarmos a coleta de dados, “a pesquisa de campo constitui o modelo clássico de investigação no campo da antropologia, onde se originou. Nos dias atuais, no entanto, sua utilização se dá em muitos outros domínios(...)” Gil (2002, p. 53). A coleta de dados se deu, por meio de entrevistas semiestruturadas, caracterizada a partir de perguntas básicas, com roteiro pré-estabelecido, mas que ficou em aberto para a realização de questionamentos a partir dos relatos apresentados.

A entrevista é de grande relevância para a pesquisa, tendo em vista que durante o processo de sua realização, sempre existe a possibilidade de obtenção de informações para além daquelas esperadas segundo o roteiro de perguntas. Por meio da entrevista foi possível fazer questionamentos às famílias sobre suas principais demandas e os desafios aos quais eles enfrentam no cotidiano, no modo de vida e no território onde vivem.

Para melhor segurança e compreensão de informações, as entrevistas foram gravadas e posteriormente as falas foram transcritas, respeitando as formas e usos de expressões regionais que caracterizam a realidade das famílias entrevistadas. A partir disso, foram analisadas de maneira cuidadosa para que pudéssemos obter os resultados buscados, os quais se encontram apresentados neste trabalho. Como forma de resguardar a integridade dos entrevistados e suas famílias, nos remetemos a eles e elas com nomes de rios da região. Como forma de passar segurança sobre o sigilo das identidades dos entrevistados (as), foi utilizado o termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A pesquisa se fundamentou na teoria social marxista, tendo como método, o materialismo histórico e dialético. Tal teoria se mostra até o presente momento como a que

melhor se aplica para explicar a dinâmica da sociedade e a sua relação com a propriedade, em termos de modo de produção e nas próprias relações sociais. Segundo Netto (2011, p. 21) “A teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador- é o real reproduzido e interpretado no plano ideal”. Ou seja, é necessário que se tenha um objeto, para que a partir dele se formulem as hipóteses e se abstraíam novos conhecimentos.

Segundo Netto (2011, apud, 2022, p. 28), “teoria na concepção marxiana é a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa e as categorias são modos de ser do ser social, traços constitutivos do movimento desse objeto”. Onde se faz necessário que se tenha algo real, concreto, já existente para assim então partir para o campo das ideias, o autor reforça esse pensamento ao afirmar que “não existe teoria sobre aquilo que não existe”. Entende-se desta forma que esse estudo se baseia no movimento dinâmico das relações existentes na sociedade capitalista de onde decorre a reprodução social.

Dentro do que se propõe no processo de pesquisa é de fundamental importância o papel do pesquisador, ao passo que dele espera-se uma atitude ativa, dotada de conhecimentos, a respeito disso Netto (2011, p 25) ressalta que “o sujeito (pesquisador) deva adotar um papel essencialmente ativo, para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, sua estrutura e a sua dinâmica”. Cabe ao sujeito também, não se deixar enganar pela superfície que se apresenta no aparente, haja visto que se deve utilizar de mecanismos (instrumentos e técnicas) para chegar até a essência do objeto ao qual se propõem a investigar. E foi nessa perspectiva de busca pela essência do real aparente, que essa pesquisa se fundamentou.

O trabalho está organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo trata dos “Aspectos históricos da Assistência Social e dos Serviços de Proteção Social Básica”, onde trouxemos uma breve contextualização sobre a Assistência Social no Brasil a partir da década de 30 do período do Primeiro Damismo com a criação da LBA. Perpassa também pelo que hoje conhecemos como a constituição cidadã, a Carta Magna de 1988, que passou a assegurar direitos a todos os cidadãos e cidadãs brasileiros e deu ao Estado o dever de assegurar-lhes, instituindo-a como Política Pública. Para subsidiar tais escritos, foram utilizados autores importantes para o Serviço Social como *Aldaíza Sposati*, por meio de suas obras “*A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social*” e “*Carta Tema: A Assistência Social no Brasil, 1983-1990*”. Outra autora de grande relevância nesse processo de construção foi *Ivanete Boschetti*, através de sua obra “*A Seguridade Social na América Latina após o Dilúvio Neoliberal*” e de sua obra “*Política Social: Fundamentos e História*” que contou com a contribuição de *Elaine Behring*.

No segundo capítulo retrata sobre a contextualização da Amazônia e do Arquipélago Marajoara, apresentando algumas categorias no que se refere o tema, como: território; comunidade ribeirinha; modo de vida; Marajó das Florestas e organização política das famílias entrevistadas, assim como traz o perfil das famílias que foram entrevistadas. De maneira geral, aborda a Amazônia como território de disputa ao longo dos anos, a disputa entre dois projetos, o projeto econômico capitalista e o projeto de resistência das famílias que vivem neste território. Para isso, utilizou-se obras de autores como Agenor Sarraf, por meio da obra *“Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara”* que se voltou ao estudo para analisar o arquipélago marajoara, desde sua historiografia até o modo de vida das pessoas que vivem na região. Outro autor importante foi Ourípson Félix, a partir de sua tese de mestrado, *“Amazônia Marajoara: os impactos no contexto da pandemia do sars-cov-2 na Operacionalização do Sistema Único De Assistência Social/SUAS no município de Breves”* referenciando vários autores do Serviço Social e de pesquisadores abordando a realidade do território do Arquipélago do Marajó e da política de assistência social.

O terceiro capítulo intitulado de *“A assistência social na comunidade Belo Horizonte: experiências no centro de referência de assistência social Yullis Jordan”*. Se constitui em apresentar o CRAS do município de Anajás e as ações que este desenvolve, bem como as fragilidades enfrentadas para a efetivação dos serviços de proteção social básica e o desafio de chegar ao território ribeirinhas. Além do mais, mostrar os relatos de experiência das próprias famílias que residem nestes territórios das águas para buscar compreender se há acesso destes serviços de proteção social básica. E para melhor fundamentação foi utilizado o caderno de *Orientações Técnicas do CRAS e Relatório Técnico Município de Anajás*. Além disso, neste capítulo, apresenta-se os dados coletados mediante as entrevistas realizadas com 8 famílias da comunidade ribeirinha Belo Horizonte, para compreender a respeito do trabalho e principalmente a forma como a política tem chegado até eles, enfatizando sobre os impactos dos programas de transferência de renda.

Em síntese o trabalho retrata a realidade das famílias que residem nas zonas rurais do município de Anajás, tomando por estudo a comunidade Belo Horizonte. Por isso, apresentou-se as dificuldades que essas famílias enfrentam para ter acessos aos serviços de proteção social básica, além de mostrar o desafio que as unidades enfrentam em meio ao cenário político, econômico e social para efetivar estes serviços e programas. Com isso, é necessário problematizar e questionar a responsabilidade do dever para a efetivação dessas políticas, sabe-se que o Estado tem o papel central na efetivação destas políticas e deve ter apoio dos estados e municípios para garantir a qualidade e eficiência dos serviços para viabilizar políticas públicas

para a população que reside às margens dos rios, muitas vezes invisibilizadas, o que acaba por perpetuar ainda mais as desigualdades sociais presente na sociedade.

## **2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA**

O presente capítulo objetiva fazer uma síntese reflexiva no campo histórico e conceitual das políticas sociais. Pois, falar sobre os serviços de proteção social básica e programas de transferência de renda requer apresentar o contexto em que eles se estabelecem e qual política estão inseridos. Apresentaremos, um quadro de análise do processo de afirmação da assistência social como política social e alguns aspectos históricos da sua trajetória no Brasil.

### **2.1 A gênese da assistência social no Brasil**

Na perspectiva de Boscari; Silva (2015 p. 110), as primeiras manifestações do campo da assistência se deu pela primeira regulamentação de práticas ocorridas em 1938, “O CNSS foi a primeira forma de presença de um organismo estatal próximo ao campo de assistência social no Estado brasileiro, ainda que, com um caráter subsidiário de subvenção às entidades sociais”.

O CNSS significava, Conselho Nacional de Serviço Social, com isto, não se está afirmando que o Serviço Social é igual a proteção social, mas que ele é, pela análise da força de trabalho da assistência social, uma profissão fundamental na consolidação dessa política de proteção social pela defesa que os assistentes sociais operam da dignidade humana e da justiça social em seu projeto ético-político-profissional (Sposati, 2007, p.19).

A partir da década de 40 o mundo se encontrava em um estado de tensão, relacionado a segunda guerra mundial, o país encontrava-se em um momento de crescente industrialização, que gerava forças ao sistema capitalista daquela época, colaborando assim, para o aumento da desigualdade social, caracterizada pelos altos índices de procura por ações de cunho assistencialistas daquela época. Segundo Sposati (2007, p.19), a relação da assistência social com o sentido patriótico foi abarcada quando Darcy Vargas, a esposa do presidente, reúne as senhoras da sociedade para desenvolver ações para os pracinhas brasileiros da FEB- Forças Expedicionárias Brasileiras- combatentes da II Guerra Mundial.

A princípio, (Capacitação Regional de Conselheiros Estaduais e Municipais de Assistência Social, 2000), essa instituição que era até então chamada de legião campanhista,



voltava suas ações assistenciais às famílias dos “Pracinhas” que é como ficaram conhecidos os soldados enviados para lutar na segunda guerra mundial e a sociedade passou então a reivindicar do Estado medidas para amenizar a situação, forçando assim uma atitude vinda do governo para sanar minimamente as necessidades emergentes.

Imerso nesse cenário, logo após a segunda guerra mundial, em 1942 foi criada a primeira instituição de Assistência Social de abrangência nacional que recebeu o nome de Legião Brasileira Assistência- LBA, coordenada pela primeira-dama Darcy Vargas. Entretanto, as ações realizadas por essa instituição estavam atreladas ao paternalismo. Esse modelo se estabeleceu em decorrência do período de Guerra (Segunda Guerra Mundial), posterior a isso voltou-se a atenção para trabalhos de assistência à infância e à maternidade, “Terminada a Guerra, a LBA se volta para a assistência, à maternidade e à infância, caracterizada por ações paternalistas e de prestação de auxílios emergenciais e paliativos à miséria” (Boscari; Silva, 2015, p,110).

E para lembrar como a assistência social era compreendida nesse período que foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA) uma grande instituição de assistência social criada no país em 1942, liderada pela então primeira-dama Darcy Vargas, esposa do então presidente Getúlio Vargas que tinha como objetivo ajudar as famílias dos soldados brasileiros enviados a 2ª Guerra Mundial e, como não fazia parte de uma política social era destinada ao apoio de calamidades, em ações pontuais, emergenciais e fragmentada, mas isso, não garantia os direitos sociais e nem de uma política pública em defesa da vida, direitos humanos e preservação da dignidade humana.

Segundo Yazbek (2008, p. 91), a LBA era voltada à assistência à maternidade e à infância, iniciando a política de convênios com instituições sociais no âmbito da filantropia e da benemerência. O que reforçava a ideia da bondade e generosidade por parte das mulheres dos governantes, tanto em esfera federal, quanto nas demais esferas estaduais e municipais. Esse período da história ficou então conhecido como Primeiro Damismo, tendo em vista que o título, não oficial, de primeira dama é o termo comumente utilizado para designar a mulher de um governante, seja ele, em qualquer a posição de poder.

Em um segundo momento, Sposati (2007, p. 20) destaca que, essa instituição passou a se organizar como uma sociedade civil sem finalidades econômicas e que tinha suas ações como boa vontade e não como direito, donde seus interesses deixam de visar apenas as famílias das pracinhas, voltando suas ações a atender também a grande parcela da população pobre, principalmente em situações de desastres naturais ou ocorrência de calamidades. Em outras palavras, era mais uma forma de reafirmar o assistencialismo por meio de uma institucionalização de ações diretas e em parceria com voluntários da comunidade.

Esse período, marcado pela cultura do patrimonialismo, contribuiu no processo de reprodução da pobreza e desigualdade social à medida que se estabelecia como ações de cunho assistencial por parte dos governantes. A LBA teve sua extinção na década de 90, após escândalos envolvendo corrupção e desvios por parte de Roseane Collor, onde grande parte dos trabalhadores remanescentes da LBA começaram a incitar e reivindicar.

A política de assistência social no Brasil emergiu no país sob a capa da filantropia, benemerência, caridade, como uma espécie de amparo aos mais necessitados, tais práticas eram responsáveis para que a pobreza não fosse entendida no primeiro momento como uma expressão, da “*questão social*”<sup>1</sup> que segundo Sposati (1995, p.7) é o conjunto de resultantes estruturais e conjunturais decorrentes das desigualdades sociais produzidas no interior dos regimes político-econômicos que a história já conheceu. O que ocasionou em uma ação tardia de responsabilização do Estado por meio de estruturas políticas sociais e assistenciais.

Contudo, é importante sinalizar que há uma construção histórica que nos leva a essa concepção atual, de garantia de direitos, enfrentamento das desigualdades sociais e justiça social. Com isso, no decorrer dos anos, o discurso dos direitos sociais e das tensões entre o capital e o trabalho, ganharam força e fizeram com que a Assistência Social se consagrasse como uma das ações centrais do Estado no que diz respeito ao enfrentamento da “questão social” bem como suas expressões, contrapondo-se à Assistência Social desenvolvida tradicionalmente pela rede de solidariedade social da sociedade civil. (Sposati, 1995, p. 8).

Apesar de assegurada, torna-se importante pontuar que a política de assistência, necessitou passar por uma grande trajetória, antes que de fato se consolidasse como política pública, principalmente pela forma como ela era vista anterior a Constituição Federal. Por esse motivo não podemos dissociar todas as conquistas em relação à garantia de direitos, das organizações da classe trabalhadora e de movimentos sociais que se fortaleceu ao decorrer de um processo histórico, cheio de avanços e retrocessos. Para Mota, (2010, p. 25).

---

<sup>1</sup> A “questão social” deve ser compreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura que tem como base a produção social, onde seus frutos mantêm-se privados, monopolizados por uma parte da sociedade. Sendo assim, se analisarmos o pensamento das autoras, temos, portanto, uma compreensão de que o sistema político ao qual estamos inseridos (capitalismo) não só gera as tensões que corroboram para o surgimento da questão social como também os alimenta, ao passo em que uma parcela pequena da sociedade passa a ser detentora do poder econômico e a outra parcela precisa se submeter à primeira, para assim poder usufruir dos mínimos sociais. (IAMAMOTO 2001, p.17).

É somente quando os trabalhadores se organizam como sujeito coletivo, dando voz aos interesses e necessidades do proletariado enquanto *classe*, exigindo reformas, melhores condições de trabalho, ganhos econômicos, e no limite a supressão do capitalismo, que as classes dominantes adotam medidas de enfrentamento da questão social, através da legislação e de algumas reformas sociais.

Essas organizações dos trabalhadores e dos movimentos sociais, foram fundamentais para que esse cenário tivesse uma transformação importante e que culminaria na construção de normativas que visavam a garantia de direitos sociais, algo que viesse de fato, garantir-lhes melhores condições não só de trabalho.

Entre as conquistas que mais teve ênfase para o reconhecimento da assistência social foi no ano de 1988, através da Constituição Federativa do Brasil – CF/88. Como reafirmação a Lei Orgânica da Assistência- LOAS (1993); a política Nacional de Assistência Social– PNAS (2004); o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2005); Norma operacional básica- NOB/SUAS (2005); são expressão dessa construção histórica e conquistas legais. Dessa forma, para compreender sobre a Política de Assistência e seus desdobramentos é necessário compreender, pelo menos, o movimento que se deu até o momento com a ocorrência de ajustes, principalmente nos territórios onde acredita ser a porta de entrada da política pública de Assistência Social. Nesse sentido, nos próximos tópicos trataremos de maneira mais detalhada sobre esse processo em construção.

## **2.2 A assistência social como política pública de direito**

A assistência social passou a integrar o sistema denominado Seguridade Social que, segundo Boschetti (2007) é um termo utilizado desde 1935 nos Estados Unidos e só em 1940 passa a ser utilizado nos países capitalistas da Europa ocidental, para denominar um conjunto variável de programas e serviços sociais, ainda assim é um termo que gera muito debate em relação à definição do que de fato engloba a seguridade social. A autora enfatiza a necessidade de desmistificar o termo Seguridade Social pois na Europa e até mesmo na América Latina, muitos dos que se debruçam nesta temática acabam associando seguridade como um conjunto de ações ligadas ao seguro social.

No Brasil, foi a Constituição de 1988 que “criou” a seguridade social, englobando as políticas de previdência, saúde e assistência social. A maioria das produções teórico-acadêmicas sobre a temática, e mesmo estudos, planos e relatórios institucionais, restringe a seguridade social ao seguro previdenciário ou analisa cada uma das políticas que a compõe isolada e autonomamente, tentando relacioná-las a uma suposta seguridade social que, efetivamente, está longe de existir. (Boschetti, 2007, p. 91).

Para Boschetti (2007) a Seguridade Social deveria ser compreendida tanto do ponto de vista do seguro quanto da Assistência Social. Diz-se isso porque a Seguridade Social nos Estados Unidos e em alguns países da Europa como os supracitados, compreendem a seguridade apenas do ponto de vista do seguro, da contribuição, muito ligados às intervenções estatais como a *welfare state*<sup>2</sup> que foi uma intervenção ligada aos princípios de serviços sociais pessoais.

Ainda na perspectiva da autora, a seguridade social no Brasil é voltada principalmente para intervenções assistenciais não contributivas, sinalizando os programas de distribuição de renda, como Bolsa Família (atualmente conhecido como Auxílio Brasil) e o Benefício de Prestação Continuada- BPC, como sendo os mais conhecidos e acessados pela população. Nesse sentido, Boschetti (2007, p.98,), argumenta que:

As tendências da seguridade social na América Latina e no Caribe, aqui brevemente esboçadas, revelam um cenário de forte ofensiva conservadora, que tende a destruir históricas conquistas da classe trabalhadora. As mudanças nas condições sociais e de vida da população latino-americana, contudo, requerem a ampliação da seguridade social pública e universal, que continua sendo um horizonte possível e necessário.

Por isso, é necessário compreender que a seguridade está inserida em uma discussão ainda mais ampla, ligada a contextos políticos e sociais. É um marco que contribuiu não só para a categoria, mas como também para toda a sociedade civil, que são os usuários dos serviços, as pessoas mais vulneráveis da sociedade.

Obviamente, de meados do século XIX até este início do século XXI, o modo de produção capitalista, na concreção das formações econômico-sociais que o corporificam planetariamente, transformou-se notavelmente. Hoje, a diferença central em relação ao passado, é o diminuto e restritivo horizonte economicamente expansivo do capitalismo, no quadro da crise geral do assalariamento, dos mecanismos públicos de proteção aos riscos da expansão de hipertrofia do capital financeiro, do desemprego massivo e da subtração das responsabilidades sociais do Estado. (Mota, 2010, p. 26)

De acordo com Mota (2010, p.24) o processo de trabalho e a forma de como o sistema capitalista conduz o mesmo, de forma a forçar mais a desigualdade social, o que leva a uma pauperização cada vez mais expressiva. A autora traz dados da ONU – Organizações das Nações Unidas, que dizem que a América Latina é uma das regiões mais desiguais do mundo. Se formos comparar com os dados mais recente, essa realidade ainda persiste, pois, segundo o site do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, relata que “apesar do

<sup>2</sup> Ramesh Mishra (1995), considera que os princípios que o estruturam são aqueles apontados no Plano Beveridge: responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida das pessoas, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevada a empregabilidade; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; universalidade dos serviços sociais; implantação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência. (IVANETE BOSCHETTI, 2007, p. 92).

progresso das últimas décadas, os países da América Latina e do Caribe são mais desiguais do que os de outras regiões com níveis de desenvolvimento semelhantes, e seus indicadores sociais ainda estão abaixo do esperado para seu nível médio de renda.<sup>3</sup>

Esse cenário se deu principalmente pela forma tardia como a política social se instalou no Brasil, tomando por comparativo os demais países capitalistas naquela época. Isso também foi reflexo da demora em se organizar uma frente de reivindicação por parte dos trabalhadores, haja vista, o processo de inserção dos trabalhadores que surgiam após o período escravista no Brasil. Esse processo foi muito lento e perdurou por bastante tempo, tendo seu marco organizacional pela parte dos trabalhadores e dos sindicatos suas mobilizações e lutas a partir do século XX onde também começam a surgir as primeiras intenções de legislações voltadas para a causa do trabalho.

Na perspectiva de Behring e Boschetti (2016, p. 79) a criação dos direitos sociais no Brasil resulta da luta de classes e expressa a correlação de forças predominantes. Por um lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários, são pauta dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora. Por outro, representam a busca de legitimidade das classes dominantes em ambiente e restrição de direitos políticos e civis.

É possível observar que esta realidade da desigualdade está longe de ser diferente dentro do sistema capitalista ao qual estamos inseridos, pois desde o seu surgimento tem gerado uma exploração maior dos trabalhadores, e os escritos citados apenas revelam como essa realidade se perpetua até os dias atuais.

O marco fundamental de reconhecimento da assistência da assistência social como política social que, junto com as políticas de Saúde e de Previdência Social, compõem o sistema de seguridade social brasileiro e define as diretrizes financeiras, de gestão e de controle social se deu através da *Constituição Federal de 1988*, onde adquiriu o estatuto de uma política social pública. Nesse sentido, no Art.194, *a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social* (Brasil, 2001, p.113).

Nesse sentido, a Constituição Federal concebe a assistência social como política de seguridade social de responsabilidade do Estado e direito do cidadão (arts. 203 e 204 CF) ”. Esta constituição foi a porta de entrada para o início da construção da política de assistência social na condição de política pública, dever do Estado e direito da população.

---

<sup>3</sup> PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.undp.org/es/latin-america/publications/capitulo-1-irdh202> acessado em 01 de setembro de 2022. Publicado em 23 junho 2021.

A Constituição Federal 1988 estabeleceu que o direito ao acesso a serviços e atenções devem ser assegurados para todos os brasileiros, da mesma forma que na Saúde, na Previdência e Assistência Social. Todavia, a cultura política nacional, fundada em bases elitistas, subalternizadoras teima em tratar o assunto pela ótica do favor e da caridade de forma assistencialista ou clientelista. (Boscari; Silva, 2015, P. 119).

Apesar de constitucionalmente a política de assistência social tenha esse marco legal, voltado para a garantia de direito, os trabalhos de incumbência da assistência ainda permaneceriam muitos atrelados ao assistencialismo. Entretanto, para Boscari; Silva (2015), também foi um período que abriu discussões sobre política social, mesmo que essas perspectivas pareçam que tenha ficado mais no campo teórico do que propriamente prático.

Essas novas aquisições de decisão, nacional, deveriam também provocar mudanças nas gestões, federal, estaduais e municipais, para além da CF-88 e da LOAS, que exigiu dos municípios a institucionalização de um Conselho e de um Fundo Municipal, obrigou a existência de um plano Municipal de Assistência Social. Sem tais requisitos, os municípios não poderiam receber verbas federais ou estatais. (Idem, 2015 p. 114)

Aprovada em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS, que regulamenta os pressupostos constitucionais e organizou a Assistência Social como política pública de responsabilidade do Estado, esta tinha por objetivo central garantir os direitos sociais, como benefícios, serviços, programas e projetos a todos que deles necessitarem. Em contrapartida a isso, apesar de sua aprovação, a Assistência Social no Brasil, ainda era tida como benemerência estatal principalmente pela forma em que o Estado atuava frente às necessidades da população. Seguindo essa lógica, Sposati afirma que a Assistência sempre se apresentou aos segmentos progressistas da sociedade como uma prática e não como uma política. A respeito disso Yazbek (2008, p 17) acrescenta:

No caso da assistência social, a difusa reorganização ministerial, extinção e remanejamento de órgãos da administração federal, bem como a criação do Programa Comunidade Solidária, vieram reiterar o paralelismo e a tradição de fragmentação e superposição existente na área, além de reforçar a sua associação ao campo do solidarismo voluntário e do *primeiro-damismo*, dissociando a política de assistência social do leito da cidadania e dos direitos sociais, em franca oposição aos dispositivos definidos pela Constituição Federal e pela LOAS.

Em meio a esse cenário de contrariedade e enfraquecimento institucional, que a política enfrentava, precisava-se que houvesse uma materialização das diretrizes da LOAS, e a partir dessa necessidade foi promulgada em 22 de setembro de 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que traz a proteção social, articulada às demais políticas públicas ligadas ao campo social e que atuam diretamente, na garantia de direitos e dignidade nas condições de vida.

A PNAS, “Busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado” (PNAS, 2004, p.13). Uma questão que também ganhou bastante significado com a criação dessa política foi seu caráter descentralizador, ao passo em que criou unidades e secretarias próprias na maioria dos municípios do País.

Nesse contexto e somente após a aprovação da PNAS, que se regulamentou no ano de 2005, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que surge para contribuir no funcionamento da Assistência Social como política nacional. Segundo Yazbek (2008, p 22), a implantação da PNAS e do SUAS pede um Estado presente, ativo, dirigente, um novo Estado para o social e um modo renovado de fazer política pública. Ou seja, re (organizar) a maneira como se tentava fazer a política funcionar e estruturar sua implantação e seu pleno funcionamento frente às demandas sociais.

Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social ressalta o campo da informação, monitoramento e avaliação, salientando que as novas tecnologias da informação e a ampliação das possibilidades de comunicação contemporânea têm um significado, um sentido técnico e político, podendo e devendo ser consideradas como meios estratégicos para uma melhor atuação no tocante às políticas sociais e a nova concepção do uso da informação, do monitoramento e da avaliação no campo da política de assistência social. (Brasil, 2004, p.12).

Por sua vez, ao adentrar no campo das informações, essa política passa a analisar a realidade dos diversos territórios onde encontram-se inseridos os setores da sociedade Brasileira, que outrora eram tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas. Como bem nos assegura Couto (2004) é necessário dar ênfase para a importância de compreender sobre direitos sociais, para o processo de construção de direitos em todas as esferas, não só no que tange direitos sociais. Mas compreender também sobre direitos políticos e civis, para pensar em estratégias de enfrentamento diante das situações de vulnerabilidade, no enfrentamento e na prevenção. Esse campo sempre provocou uma grande discussão, levantando discussões como o assistencialismo, políticas focalizadas e intervenção do Estado.

Desse modo, o cenário volta-se para a perspectiva de direito, embora existisse o desafio de se efetivar uma política para todo o território, pois é inegável que até nos dias atuais ainda seja um desafio que a política enfrenta, a efetivação dos serviços em território nacional, mas é fato que a política social se fortalecia e com isso os serviços de proteção social ganhava notoriedade, com uma política preocupada com a diminuição da desigualdade social:

Com a implantação do sistema descentralizado e participativo, os governos passam a ter condições de atuar de forma mais integrada com as políticas setoriais e as diferentes esferas da administração pública, assumindo compromissos de coresponsabilidade e co-financiamento no desenvolvimento de ações voltadas para a inclusão social e diminuição de desigualdades. (Boscari; Silva, 2015, P. 115).

É possível notar os avanços que foram ocorrendo, criação de instância, conselhos, o compromisso com orçamentos e financiamentos voltados para uma política de inclusão social, não somente isto, mas também “a investigação do processo de execução da política de assistência social é uma medida importante, na perspectiva de implementação do SUAS, capaz de analisar, avaliar e construir conhecimentos sobre a área”. (BOSCARI; SILVA, 2015, P. 115).

Além disso, abriu espaços para uma política democrática e participativa, com o objetivo da descentralização do Estado, com isso permitiu executar a política de forma mais integrada e que de fato estivesse considerando a realidade do território.

O controle social acontece na medida em que a sociedade civil organizada passa a ter a capacidade de intervir nas políticas públicas, interagindo com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, estado, distrito federal ou do governo federal. Discutir a organização/gestão e implantação da assistência social implica também apreender como ela está sendo entendida por vários estratos da sociedade. (Boscari; Silva, 2015, P. 117).

Com isso, cria-se instâncias como conselhos deliberativos para envolver a comunidade como forma de dar voz, e isso é uma das principais conquistas, na medida que se torna fundamental para avaliação da própria política de assistência social, escutar o que a comunidade tem a falar. Pois, nem sempre a comunidade compreende o campo da assistência como uma política voltada para proteção não contributiva e isso é preciso desmistificar para que haja mais efetivação dos serviços, pois, o entendimento como garantia de direitos não pode se prender apenas em documentos, é necessário que seja efetivado considerando os princípios de universalidade, autonomia e lembrando que é de dever do Estado, pois, há inúmeros desafios para a efetivação da política social, entre eles o de chegar para aqueles dela necessitam.

Isso significa dizer que, mesmo que a Assistência Social faz parte da seguridade social e tem o papel de garantir direitos de forma universal, atribuindo a responsabilidade estatal de garantia de direitos, principalmente pelas injustiças sociais que se manifestam no país, também é de incumbência da política de Assistência Social prevenir possíveis situações de risco econômico e social aos cidadãos.

A Assistência Social, deve funcionar para incluir grupos sociais injustamente impedidos de participar dos circuitos de produção, bens, serviços e direitos existentes na sociedade brasileira. Concebida dessa maneira, a assistência social não estaria



desgarrada das demais políticas socioeconômicas, e não contribuiria para dismantelá-las ou substituí-las. Ao contrário, ela funcionaria para fortalecer as condições de eficácia das demais políticas sociais e econômicas, tendo em vista o combate integrado e Intersetorial à pobreza e impedindo sua reprodução entre as novas gerações, tal como postula a lei que a regulamenta (Mauriel, 2010, p. 177).

Como se pode verificar nessa citação, a Assistência Social além pertencer ao tripé da Seguridade Social, no qual são fundamentados em três, Saúde, Previdência e Assistência Social, ela objetiva uma atuação nas injustiças sociais, em consonância com as outras políticas públicas, como educação, saneamento básico e moradia, enfatizando o papel Estado e sua responsabilidade sob a sociedade refletindo os interesses da população “sua inserção na Seguridade Social aponta, também, para seu caráter de política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida” PNAS (2004, p.31).

Em conformidade com o que está preconizada na PNAS, nas instituições responsáveis por efetivar e atender as expectativas da Política de Assistência Social, são ofertados serviços de Proteção Social Básica, Média e Alta Complexidade a todas as pessoas que dela necessitam, sem distinção de idade, gênero, religião, etnia e etc. Dessa forma, dentro do que compete as ações da Assistência Social, nessas instituições são articuladas ações para a prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais e de combate às violações de direito, onde estão inseridos atendimentos com usuários e famílias, população em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos e pessoas com deficiência.

Nesse cenário a assistência social tem sua organicidade no gerenciamento estatal dos “menos cidadãos”, seja porque foram expulsos, seja porque nem chegaram a usufruir a inclusão. Nessa condição contraditória a assistência social assume, no mais vezes, a gerência concreta dos processos de inclusão/exclusão. Introduce critérios de elegibilidade ou seletividade no acesso a bens e serviços. Muitas vezes o Assistente social legitima-se pessoalmente enquanto profissional de triagem. (Sposati, 1995, p.26).

Segundo a mesma autora, as ações da Assistência Social são hoje conduzidas como forma de preencher o vazio das demais políticas sociais. O que nos revela, a real carência das ações junto a sociedade mais necessitada, fazendo com que Política de Assistência acabe se sobrecarregando ainda mais e execute um serviço com pouca qualidade, sendo na maior parte das vezes excludente e seletiva. Nesse contexto, o quadro social decorrente dessa lógica aponta para um aumento das demandas populacionais, na busca de serviços sociais básicos, além de retrocessos em avanços conquistados pela população, como a cobertura da seguridade social. Costa (2008).

Como política de proteção social, a assistência social tem um campo próprio de atenções e provisão social: articula uma rede de segurança contra riscos pessoais e sociais a indivíduos, famílias e coletividades, viabilizando um conjunto de serviços, programas, benefícios e transferências de recursos materiais e monetários, que devem ser planejados, monitorados e avaliados continuamente. (Yazbek, 2008. p. 21).

Como já citado anteriormente, o SUAS surge para organizar e consolidar a política de Assistência Social no Brasil, trazendo em sua matriz novas formas de gestão, estruturação dos serviços, e capacitação da equipe de trabalho de acordo com cada nível da Proteção Social, que segundo o PNAS (2004, p.31) “deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; e, convívio ou vivência familiar”. Essa política volta suas ações a famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos sociais, e que demandam de uma atenção na aproximação do seu cotidiano.

Com vistas a assegurar que cada esfera dessa população seja atendida de acordo com sua necessidade e situação de agravo social dentro da sociedade, a política social se divide em dois níveis de atenção: a proteção social básica (PSB) e a proteção social Especial (PSE). Sobre a proteção social básica entende-se:

As ações preventivas, de convivência, socialização, inserção e acolhida, voltadas prioritariamente para as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, visando desenvolver potencialidades, aquisições e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Nessa modalidade, estão incluídos os serviços, programas e projetos, locais de acolhimento, convivência e socialização e os benefícios de prestação continuada, eventuais e outras formas de transferência de renda como, por exemplo, os benefícios pagos pelo Programa Bolsa Família. A realização dessas atenções se concretiza nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. (Brasil, 2009, p. 47)

A proteção social básica é executada diretamente nos Centros de Referência da Assistência Social-CRAS, onde são realizados serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. O CRAS é também conhecido como porta de entrada para o acesso às demais políticas públicas, pois é a partir dos serviços e programas ofertados que muitas famílias passam a conhecer seus direitos e podem reivindicá-los. Onde:

A Proteção Social Básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (Brasil, 2004, p.27).

Essa política passou a ser destinada, não só aos mais pobres, mas para todo aquele que dela necessitar e esse foi um dos grandes avanços que decorreram das normativas regulamentadoras. Ao entender que a pobreza não se caracteriza apenas pela ausência de renda, mas também pela negativa ao acesso às políticas públicas, como saneamento básico, saúde e educação. A outra esfera da política de proteção social é a especial, que se divide em média e alta complexidade, ambas atuam diretamente em caso de violação de direito onde os vínculos familiares e comunitários estiverem fragilizados ou tenham sido rompidos. Nesta pesquisa busca-se ater fundamentalmente à política de proteção social básica e seus desdobramentos em relação ao território.

### **3 AMAZÔNIA MARAJOARA: A DISPUTA ENTRE DOIS MUNDOS**

A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo, segundo o Ministério do meio ambiente -MMA (2022). Ela conta “com aproximadamente 5 milhões de km<sup>2</sup> de floresta que se estende ao longo de nove países da América do Sul, sendo 60% da área desse bioma no Brasil”. É uma importante reserva de biodiversidade e de um grande potencial de sustentabilidade a nível internacional. Segundo Félix (2021, p.55), com a chegada dos europeus, foi marcada pela destruição e mortes, foi assim na era desenvolvimentista, no governo do presidente Juscelino Kubitschek<sup>4</sup>. Esses são apenas alguns marcos históricos de acontecimentos que sucederam desde a colonização.

#### **3.1 Contextualização sobre amazônia e do arquipélago marajoara**

Como bem nos assegura Loureiro (2002), a Amazônia ainda está no imaginário de muitos como um espaço limitado a rios, florestas, animais silvestres e fartura. No entanto, a região não se resume apenas a isto. Esse pensamento não é uma ideia distinta em relação aos primeiros colonizadores que pisaram nesta região. Para além disto, refere-se a vida, as pessoas que ocupavam a região e que carregam ancestralidade muito repleta de simbolismo que aos poucos foi se perdendo, ou melhor, foram sendo dizimados pelos processos de exploração. Mas, em meio a esse processo foram sendo formadas novas identidades das populações que hoje vivem na região.

---

<sup>4</sup> O período citado faz referência ao período de governo de Juscelino de 1956 e 1961. Marcado pelo plano econômico desenvolvimentista cujo lema era “50 anos em cinco”. O principal lema do governo de Juscelino foi “50 anos em cinco”, ou melhor, “50 anos de progresso em 5 anos de governo”, em que teve um expressivo crescimento econômico e como consequência marcado por uma crise social.

A população amazônica é constituída basicamente por negro, indígenas e brancos, predominando o “caboclo amazônico”, o fruto da miscigenação das raças, que em tupi significa “tirado da mata”. A população ribeirinha é composta por trabalhadores que se ocupam do extrativismo do açaí, buriti e cacau, mas também da pesca e confecções de produtos artesanais, como a peneira, e olaria na fabricação de telhas de barro e vaso de cerâmicas. Onde o rio também é elemento central na definição da vida econômica, social e cultural das mesmas. (Santos et al. 2010, p.5).

É fundamental compreender a realidade da Amazônia e dos povos que nela habitam, pois, a partir do entendimento da realidade, das vulnerabilidades e demandas é possível propor ações voltadas para a realidade desses povos. “O genocídio, dos povos originários do Marajó, também significa, a destruição de todo um sistema de proteção social, de usurpação das terras e riquezas da região, de guerra, educação, religião, cultura, segurança, justiça e fé”. (Félix, 2021, p.60). Mas, também pela resistência de muitos povos a toda e qualquer submissão, escravidão e violência dos colonizadores. Segundo, Félix, 2021, p.55:

A Amazônia marajoara na sua pré-história, habitou homens e mulheres e uma miríade de civilizações formada por diversas correntes migratórias, com estrutura social somente sua, antecedendo a chegada do homem branco Europeu. Esses seres humanos, organizados na vida comunal, eram reis e príncipes das florestas, pajés e curandeiros/as, vivendo com o saber milenar das florestas, reproduzindo saberes, como arte (música, pintura, filosofias), reinventando o seu mundo mítico no contato com a natureza. Insistentemente se fala, - que não tem povos indígenas no Marajó – é importante dizer que a vida comunal se exauriu, mas os costumes ainda são expressões de resistências até os dias atuais frente aos costumes ocidentais. Entendo, esses costumes ocidentais são nocivos ao modo de vida marajoara, formam verdadeiras ditaduras nas águas.

Carregada de belezas da flora e fauna, cheia de muita exuberância, de cultura e saberes, modos de vida deixam a trilha para conhecer a identidade dos povos originários da região. Também nos levam a conhecer a miscigenação de povos, que igualmente carregam culturas extraordinárias, como a população africana trazida para a região. São esses elementos que estão presentes na identidade dos povos amazônidas e nas diversas comunidades que foram se estabelecendo ao longo dos anos. Obviamente, essa trajetória é marcada por conflitos sangrentos entre os povos originários e os colonizadores.



Além disto, o autor destaca que o lugar é marcado por belíssimas paisagens e grande potencial econômico, apesar de carregar em sua história um processo doloroso de colonização, de mortes e enfrentamento dos processos de expropriação dos europeus. Ainda para o autor, a população africana se destaca como parte desta história e isso não pode ser desconsiderado, pois, essas informações permitem o conhecimento das raízes da identidade dos amazônidas, além preservar a cultura de vários povos como os indígenas e africanos. Não somente isso, mas a luta por resistência, por território e por sobrevivência:

Aspecto importante para ser contextualizado é a forma esquemática como a historiografia paraense concebeu os Marajós. Campos de presença negra e florestas de presença indígena; nessa representação fatal, pesquisadores interessados pela história regional esqueceram-se de acompanhar a constante movimentação interna (do campo para a floresta e vice-versa) e externa (da região para Belém, Maranhão, Macapá, Guiana Francesa e também no seu sentido inverso), que nações, com suas tradições, credos e experiências, empreenderam na luta por sua existência física e cultural. (Sarraf, 2010, p. 41).

Esses aspectos não podem ser ignorados, visto que, as populações que hoje habitam a região precisam compreender essa raiz, de cultura, modo de vida e também da violência, luta e resistência destes povos em sua história. Em linhas gerais, esse processo de colonização no Arquipélago do marajoara se deu com a chegada dos jesuítas, com o intuito de explorar o espaço, catequizar os povos e explorar o desenvolvimento econômico da área. O que resultou em confrontos com os povos nativos e o extermínio de muitos povos que ocupavam originalmente a região. Obviamente que junto ao extermínio dos povos também estava aniquilando conhecimentos, línguas nativas e modo de vida.

Nesse contexto, há marcas de violência e injustiça que ainda acompanham o Arquipélago. Ao pararmos para analisar o ranking de Índice de Desenvolvimento Humano – IDH<sup>9</sup> do Brasil, das 20 ocupações mais baixas, 5 são municípios que integram o Arquipélago Marajoara, são estes: Melgaço, Chaves, Portel e Anajás, Melgaço. Este último ocupa a última posição do ranking Brasil. Evidentemente que são dados importantes de serem trazidos e questionados no sentido de reivindicar ações que possam transformar essa realidade, visto que há potencial para isto.

<sup>9</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um número que varia entre 0,000 e 1,000. Quanto mais próximo de 1,000, maior o desenvolvimento humano de uma localidade.

A verdade é que a Amazônia se tornou uma região marcada por disputas, de um lado, interesses capitalistas, representado de diversas formas, e de outro a luta pela preservação, pela sobrevivência e pela liberdade. Não somente isto, mas, é importante retratar, apontar e denunciar as ações que põem em risco o modo de vida dos povos que nela habitam. Além disso, nesta região habitam povos de diversas identidades, como indígenas, ribeirinhos, quilombolas, entre outros, que perdem espaços, que estão inseridos em um contexto de vulnerabilidades, riscos sociais e ainda são invisibilizados enquanto sujeito de direitos.

Dentre as características marcantes que compõem as particularidades na região amazônica estão os povos de comunidades tradicionais e rurais que vivem nas áreas que apresentam grandes índices de vulnerabilidades e necessitam de políticas públicas que dialoguem com suas realidades. (ROLIM, 2021, p. 03).

Nessa perspectiva, de discussão de enfrentamento, garantia de direitos e de disputa pela Amazônia é que se começa a compreender o que está ao redor dela. Não são suposições, mas fragmentos de uma realidade que se apresenta de forma preocupante e produzir informações é uma tarefa crucial para desvelar a realidade. Os projetos que compõem a Amazônia já dizem muito sobre que tipo de informações temos contato e da ausência de informações que esclareçam ações com propostas de desenvolvimento e políticas públicas para a região.

### **3.2 Território e modo de vida ribeirinho**

É impossível dialogar sobre comunidades ribeirinhas sem compreender o que de fato é ser ribeirinho, isso precisa estar claro. E é preciso entender, desde o modo de vida, a garantia de direito em que essa população está inserida. A princípio parece fácil de dizer quem é o ribeirinho, entretanto, a verdade é que é um tanto complexo, pois, na existência da pessoa ribeirinha está inserida elementos singulares e plurais. A forma como ele interpreta o mundo, a forma como ele se relaciona com o ambiente onde vive, a forma como se relaciona com as pessoas em sua volta e a historicidade em que carrega são a chave para uma melhor compreensão.

O caboclo e o ribeirinho têm em sua distinção linguística, uma comunicação que é só deles, em cada região, tem pessoas nessa região de fala assobiada, repleta de onomatopeia, em certas regiões a fala se aproxima ao cântico, - de tanto que é arrastada. Fato, de herança indígena, escrava, nordestina. Nota-se que, para muitos trabalhadores de outras regiões, o acesso a comunicação se torna difícil, cabendo a outras pessoas descrever pacientemente, o que se pretende alcançar. Muitas das vezes, essas particularidades são vistas com pré-conceito, com retrógrados e atrasados, sendo esse pré-valor empregado por meio institucional, influenciando na mortificação da língua e cultura. (Félix, 2021, p. 49).

Dentre essa constituição da população amazônica, também a vida em comunidade é um elemento muito comum em populações tradicionais e originárias, que são essa organização em conjunto, baseado em uma espécie de fraternidade, de identificação de costumes, crenças e modo de vida. É muito comum os ribeirinhos fazerem parte de algumas comunidades, cuja organização está em torno da religiosidade, como comunidades católicas e evangélicas, que ultrapassam a espiritualidade e vão se organizando nas discussões sociais, políticas e culturais. Nessa linha, Chaves (2001, p.71 apud Lira; Chaves 2016, p.68) discorrem para fato de que "A comunidade se constitui "num espaço onde se estabelecem a construção de construção de identidades sociais, de projetos comuns, mas também, de manifestação da diversidade."

Nessa perspectiva, de organização comunitária, social, política e de crenças dessas comunidades é que se começa a perceber o valor, a riqueza dessas relações. É um ponto positivo, visto que, isso acaba dando mais visibilidade para as demandas presentes naquela comunidade. Por outro lado, há ainda uma visão de que as populações tradicionais estão atrasadas e que precisam de uma modernização. Para Santos et al. (2010, p. 04) diz que:

O olhar moderno por sua vez, é tratado como uma visão preconceituosa, que está atenta em pensar os fatos como uma fila histórica, saindo do estágio da selvageria para o estágio civilizado. As populações ribeirinhas são vistas como atrasadas, improdutivas ou ainda são regidos pelo "tempo lento", ligado a dinâmica da natureza onde o tempo é caracterizado principalmente pelo fluxo dos rios da região, as cheias ou as secas. Também são vistos como a expressão do passado, ou seja, um estágio que é necessário ser superado. Essa é a visão mais preconceituosa, pois nega os conhecimentos empíricos de tais pessoas, como se a vivência nessas localidades fosse apenas um estágio evolutivo, que muitos ainda não superaram, ou seja, não evoluíram.

Ainda para o autor é de fundamental importância refletirmos para o fato da necessidade da preservação das identidades dessas populações que precisa ser fomentada, justamente por esses "olhares", que carregam consigo resquícios coloniais de dominação e exploração. Além da necessidade da preservação da identidade é importante o reconhecimento, visibilidade e compreensão. Pois, não é apenas manter a existência de pessoas, mas de conhecimentos seculares, o envolvimento com o meio ambiente, essa relação de equilíbrio que se mantém e muitas vezes é suprimido por pessoas que objetivam apenas o interesse econômico nesses espaços.

Na mesma linha de pensamento Lira; Chaves (2016, p.70) abordam que comunidades tradicionais passam a ter mais visibilidade a partir dos anos 80, na medida em que eles se organizam e compreendem melhor sobre o direito à terra. A partir disto, começaram a questionar sobre as expulsões de comunidades tradicionais de suas terras e que pertenceram aos seus antepassados. Isso contribuiu muito para a organização política, surgimento de sindicatos,



o reconhecimento de organizações governamentais e não governamentais que contribuíram para a luta e resistência dessas comunidades. O que foi muito positivo, visto que, passaram a compreender as demandas não do ponto de vista individual, mas coletivo, como expressões próprias da vida em comunidade e da territorialidade.

É imprescindível falarmos de território e territorialidade, para Saquet (2008, p.75) “O território resulta das relações espaço-temporais. Em sua argumentação, os conceitos de tempo histórico, sincronia, espaço e território são centrais”. Isso quer dizer que quando se fala de um determinado lugar, é pensar nele observando características próprias, como vivências, visão de mundo, conhecimentos, paisagens, historicidade, esses elementos, entre outras características, são elementos presentes na definição de territorialidade.

Formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas, florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. (Santos, 1988, p.75-76 apud Saquet, 2008, p. 77).

Na verdade, não é uma tarefa fácil definir território sem antes perceber esses elementos presentes em um determinado espaço. Também não é nosso intuito afirmar que territorialidade é algo particular das populações tradicionais. Porém, compreender a territorialidade nos permite fazer uma reflexão crítica desses espaços e essa reflexão pode nos levar a desvelar a realidade em que essa população está inserida. É importante destacar que as identidades das populações originárias, tradicionais e africanas, são identidades que edificaram o país ao mesmo tempo que foram e são negadas. Esse é um fato presente ainda hoje, nos diversos campos e relações que a população negra e amazônica se encontra.

O conceito de território, no singular ou plural, refere-se a uma concepção dinâmica, tanto do ponto de vista geográfico, como histórico, político e sócio relacional. O território contém uma dimensão histórica, pois se constitui e constrói sua identidade em uma dinâmica de relações. O processo que define a trajetória do território, se reflete na trajetória dos que nele vivem. Sua caracterização ocorre por vivências, significados e relações que constroem identidades individuais e coletivas. (Sposati, 2019, p. 7)

A partir do SUAS/2005, o território passa ser um elemento indispensável para o direcionamento, efetivação dos serviços de proteção básica e para as intervenções profissionais. A importância dessas ações permite o planejamento de ações públicas com qualidade, visa a superação da vulnerabilidade presente, visto que, cada território tem suas particularidades e é preciso lidar com cada uma delas de acordo com as demandas e reivindicações que se

apresentam. Por isso, o SUAS tem essa preocupação em atuar a partir do conhecimento de território do seu público alvo, sendo as famílias em situação de risco, vulnerabilidade ou de violações de direito.

O território representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos (Brasil, 2005, p. 54).

Ainda sobre território, é essencialmente importante compreendê-lo quanto em seus diversos contextos, mas quando nos referimos ao campo das políticas públicas queremos dizer que é indispensável executar ações sem antes mesmo conhecê-lo. Para Saquet (2008, p. 85) “São territórios concomitantes e sobrepostos que se caracterizam pelo controle e pelo domínio, pela apropriação e pela referência, pela circulação e pela comunicação, ou seja, por estratégias sociais que envolvem as relações de poder, materiais e imateriais, historicamente constituídas”. São tantos elementos que dialogam entre si, e marcam a construção de um território, pois ele não é um espaço inerte, muito pelo contrário, é vivo, isso demonstra essa relação intrínseca entre os outros elementos, por isso é tão difícil de conceituá-lo sem antes uma reflexão crítica de, pelo menos, alguns elementos.

### **3.3 O marajó das florestas e a disputa em dois projetos, capitalismo e território – “o mito do Rei Erisícton”**

Existe uma história da mitologia grega chamada “*o mito do Rei Erisícton*”<sup>10</sup> que conta a história de um rei extremamente rico, prepotente, ambicioso e que não respeitava os lugares sagrados. Um dia, esse rei resolveu profanar um bosque sagrado com o objetivo de coletar frutos daquele lugar e oferecer em um banquete. As “ninfas” que eram guardiãs daquele lugar o denunciaram e Zeus o castigou, colocando o monstro da fome e sede em seu interior. A partir disso, passa a se alimentar de forma insaciável, chegando ao ponto de vender tudo que tinha para comprar mais e mais alimentos. Vende até mesmo sua filha, porém, mesmo com isso, não foi suficiente para saciar sua fome, seus recursos econômicos acabam o levando a miséria, não tendo como comprar mais nada ele acaba devorando a si próprio ocasionando a sua morte.

---

<sup>10</sup> Essa é uma história da mitologia grega. Disponível em: <https://eventosmitologiagrega.blogspot.com/2011/02/erisicton-e-sua-fome-devoradora.html>

É possível fazer uma analogia a partir deste mito para compreender melhor sobre o que queremos falar. O capitalismo é o rei rico, o bosque sagrado são as reservas naturais espalhadas pelo mundo que o capitalismo adentra e explora. Nesse momento, a Amazônia é um dos principais alvos. O banquete oferecido pode ser interpretado com a concentração de riquezas, no qual, o capitalismo alimenta o desejo de se tornar cada vez maior. Já o castigo são as expressões da “questão Social” que, ao invés de punir o capitalismo, acabou recaindo sobre os habitantes das regiões exploradas. Eles ficaram com a fome e a sede, morreram e estão perdendo tudo que tem por uma ação que não é deles, esse desfecho final podemos chamar de injustiça social.

O Capitalismo é um sistema econômico cujo intuito se baseia na acumulação de riquezas, na tomada dos meios de produção e no uso da força de trabalho dos proletários, como enfatiza e nos assegura Marx (1990, p. 830 apud Nascimento, 2012, p 230) que diz que o “processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, num processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos”. A autora destaca que a supervalorização da Amazônia está ligada aos recursos naturais presentes na região e que a sociedade econômica natural, ou seja, os povos originários e tradicionais são os mais afetados. Ela também destaca que os planejamentos capitalistas para a região amazônica são chamados de “grandes projetos”.

Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. (Harvey, 2003, p. 121).

Essa reflexão nos permite compreender sobre o uso e privatização da terra, que é uma realidade na Amazônia, além de acarretar consequências pela forma de exploração dos recursos naturais. Para Nascimento (2021, p.227), de imediato a consequência do capitalismo não é a pauperização, mas a “subordinação do conjunto da sua existência social ao capital”. Isto quer dizer, a primeira apresentação do capital vai ser com uma proposta de desenvolvimento da região e para a melhoria de vida das pessoas que lá habitam. A exploração da região permite o fornecimento de empregos, mão de obra, que mesmo que barata, os trabalhadores aceitam, pois,

essa subordinação está ligada a uma mudança do modo de vida. Obviamente que esse discurso a longo prazo não se sustenta, pois, logo surgem as principais consequências do capitalismo, a desigualdade social. Diante disto, Herrera et al. (2016, p.210) diz que:

Notadamente que a Amazônia sempre foi vista como espaço de expansão do capital, A exemplo disso, os Acordos de Exploração de seringa e abertura das rodovias, no entanto, o movimento capitalista mais recente apoiado na lógica de natureza mercadoria tem se apropriado dos espaços por meios de conglomerados econômicos nacionais e internacionais. Picoli chama atenção para o período de 1964 até 1985, destacando.

Quando se fala da riqueza da Amazônia e da contradição existente na região, queremos também situar as grandes empresas que existem se instalaram no território, com uma enorme fonte econômica. Aguiar (2021) discorre que na região temos hidrelétricas, empresas de mineração, exploração madeireira e outros modelos desenvolvimentistas. O retorno que essas empresas oferecem não suprem as necessidades da população que vive nessas regiões. Para Félix (2021, p, 67) “a acumulação e circulação de riqueza produzida, foi tão evidente que foi capaz de trazer a Europa para a Amazônia, na arquitetura, na moda, nas artes – foi tanta riqueza, capaz de mover uma cidade de um lugar para o outro e de adorna seus estilos nas paisagens”. O autor refere-se à atividade econômica do látex, na Amazônia, de alcance internacional, durante o século XIX, uma atividade capitalista marcada pela superexploração da região, da imigração de muitos nordestinos para o norte do Brasil.

No Espaço Amazônico, os grupos estrangeiros disputaram espaço pela extração da seiva da borracha com os compradores locais. As disputas se davam, por terras sendo constantes às grilagens. A mão de obra, se dava por mestiços, negros, indígenas e somando a esses, migrantes sertanistas. Para Weinstein (1993), os conflitos entre Belém e Amazonas na disputa do mercado externo; o surgimento de firmas e comércios ligadas a economia gomífera; o surgimento do Banco de Amazonas 1880; a constante disputas, por preços e demandas; os investimentos na infraestrutura, vinculada ao mercado europeu; a formação de uma elite da borracha; criação de impostos, formava o cenário da economia gomífera. (Idem. p.63).

Félix (2021) discorre sobre a imigração nordestina como um acontecimento marcante na história marajoara, era necessária mais mão de obra barata para trabalharem nas florestas com a extração do látex. Os povos das florestas já tinham conhecimento adquirido, mas eram necessárias mais pessoas para o trabalho. Essas atividades acarretaram em muitas mortes e doenças para os trabalhadores e as famílias que habitavam a região, isso acontecia a medida em que a indústria automobilística crescia, em consequência disso, houveram aumentos significativos das contradições na região, “os conflitos por terra, a biopirataria, a exploração pelas relações de trabalho, pelo sistema de aviação, a violência, a miséria social, o

crescimento populacional, redesenhava o espaço com o aumento das contradições”.

Posterior a isso, houve outras regiões do mundo, especificamente na Ásia, que começaram a comercializar a matéria-prima. A partir disto temos o declínio desse ciclo de exploração na Amazônia (FÉLIX, 2021). Com a decadência do ciclo do látex no século XX, as marcas deixadas pelo ciclo de exploração foram a desigualdade social, da acumulação do capital pelas empresas mobilísticas estrangeiras que se beneficiam da matéria-prima da época e a expansão de novos projetos capitalistas para a Amazônia. Para Rolim (2021, p. 04):

Os projetos de modernização da Amazônia brasileira não levaram em consideração a voz do homem amazônico, o qual ficou abandonado à beira das estradas, às margens dos rios e das florestas, longe das políticas públicas e sempre na esperança de melhores condições de vida, na perspectiva que tais projetos valorizem o ser que vive na Amazônia e não o identifique apenas como inferior ou primitivo, ainda que sua história seja marcada pela desigualdade.

Posterior ao ciclo da borracha, o ciclo de exploração da madeira ganhou muita força na região, mais uma vez o Arquipélago marajora aparece com notoriedade, a exploração foi adentrando as matas e chegando às famílias ribeirinhas. “Assim, as madeireiras com porte maior, firmada aos moldes das relações econômicas da borracha, negociavam com o aviamento as madeiras do Marajó, por mercadorias industrializadas”. (Félix, 2021. p.77).

Apesar do ciclo do látex ser o mais conhecido dos ciclos de exploração de Anajás e do Marajó, entretanto o ciclo de exploração da madeira também foi expressivo na região, este sendo o mais recente na história do município e que de certa forma se mantém até hoje. No Plano Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago marajoara - PDTS (2007, p.44).), faz-se considerações a respeito da exploração da madeira e cita Anajás como um território de que foi responsável com parte significativa, junto com os municípios de Anajás, Bagre, Breves e Portel e que somados eles eram responsáveis por 91% da extração de madeira em tora do Arquipélago.

A madeira, que abastecia o mercado estrangeiro, com toda a facilidade dada pelas condições objetivas, se intensificaram com a introdução de tecnologias, maquinário que permitiam, que as serrarias pudessem armazenar madeira, estufar e produzir lâmina de chapas de madeiras compensadas, sendo prensadas e aglomeradas. As grandes madeireiras, organizava sua cadeia de produção, aos moldes internacionais se apropriando principalmente de mão de obra braçal e qualificada para o setor. A insalubridade e periculosidade eram constantes, ocorrendo acidentes com eletricidade, no momento da serragem, na estufa, no picador, na caldeira, na esteira, na prensa, havendo mutilação de membros e até mortes de trabalhadores. (Félix, 2021, p. 76).

O que contribuiu para a exploração da madeira, na região, segundo Félix (2021), era a riqueza e diversidade da flora, era possível exportar grandes quantidades de madeira, somado aos baixos preços pagos aos trabalhadores. Além disso, as legislações voltadas para essas

atividades não eram efetivadas, o que facilitava a instalação de empresas madeireiras nesses territórios, sem a preocupação de proporcionar aos trabalhadores, segurança aos executarem as atividades para a extração da madeira.

A madeira, que abastecia o mercado estrangeiro, com toda a facilidade dada pelas condições objetivas, se intensificaram com a introdução de tecnologias, maquinário que permitiam, que as serrarias pudessem armazenar madeira, estufar e produzir lâmina de chapas de madeiras compensadas, sendo prensadas e aglomeradas. As grandes madeireiras, organizava sua cadeia de produção, aos moldes internacionais se apropriando principalmente de mão de obra braçal e qualificada para o setor. A insalubridade e periculosidade eram constantes, ocorrendo acidentes com eletricidade, no momento da serragem, na estufa, no picador, na caldeira, na esteira, na prensa, havendo mutilação de membros e até mortes de trabalhadores. (Idem, p.76).

Diante desse cenário, as contradições apareciam de forma cada vez mais acentuada, apesar da atividade madeireira ter proporcionado empregos na região, contribuiu também, para as péssimas condições em que os trabalhadores se encontravam, bem como as violações que se manifestavam de forma mais acentuada, com os conflitos por terras, destruição da natureza e poluição dos rios, Félix (2021, p.76), discorre um desses conflitos em decorrência da exploração da região “Por conta da política do governo, muitas madeireiras emitiam títulos falsos e grilavam terras de ribeirinhos, que historicamente eram donos ou herdeiros da propriedade rural”.

Essas colocações e reflexões sobre o cenário da Amazônia são importantes de serem ditas, como os ciclos de exploração do látex e da madeira, para situar que as demandas que hoje são apresentadas estão inseridas em um cenário histórico. Isso quer dizer, que dada a realidade atual, as propostas de intervenção social, econômica e social para a região precisam estar inseridas nesse contexto dos acontecimentos históricos que provocaram muita pobreza, miséria, doenças e muitas violações. Infelizmente muitas dessas atividades que ocorreram ainda estão presentes, ganhando força e perpetuando impactos negativos as famílias que habitam a região. Desse modo, quando se pensa nos serviços socioassistenciais para a região precisam ser avaliadas as particularidades, demandas e a efetivação desses dos serviços que são prestados, pois, ainda é um desafio no para a política de assistência social fazer com que esses serviços cheguem à população, muitas vivem em localidade remotas e de difícil acesso. No caso da Amazônia, há fatores que determinantes, como os componentes regionais, a geografia, o deslocamento pelos rios, longa distâncias o que demanda embarcações fluviais de diversas formas, que possam viabilizar a ida dos profissionais aos lugares mais distante como rios, lagos, campos e igarapés mais estreitos.

Embora essas particularidades sejam relevantes e fundamentais para se compreender é importante também não se afastar do propósito dos serviços de proteção básica, que são de oferecer serviços que proporcionem o enfrentamento das vulnerabilidades das famílias mais pobres e ações que de fato abarquem as realidades dessas famílias amazônidas. Pois, deixar essas famílias sem os serviços de proteção também é uma maneira de gerar mais demandas, mais expressões da “questão social” e também a invisibilidade dos povos que habitam a região. A pobreza em meio a “riqueza” de recursos naturais deve ser discutida e tornar essa discussão pública, para que a própria população seja capaz de compreender essa realidade e se posicionar frente a efetivação ou não efetivação das políticas públicas para a região.

Um estoque de terras, apesar da rigidez de localização, apresenta, no entanto, uma possibilidade de uso bastante flexível que pode incorporar vários valores de uso. A flexibilidade na utilização das terras envolve, não só uma flexibilidade na produção de diversas mercadorias agropecuárias, mas, também, uma flexibilidade de utilização não propriamente agrícola: usos urbanos, mineração, energia, elétrica, lazer, turismo e, futuramente, está sendo considerada a fonte de biodiversidade; seja o que isto venha a significar (Moreira, 2007, p. 48-49 apud Herrera et al., 2016, p. 217).

Logo, para Torres (2005 apud Feitosa 2021), compreender que a Amazônia não pode ser colocada como barganha econômica para os interesses capitalistas, tanto ao nível nacional como internacional<sup>11</sup>, pois ela não se resume a suas matérias-primas. E as políticas públicas não podem assumir um caráter desenvolvimentista ou assistencialista, pois, encontram-se culturas, conhecimentos acumulados por gerações, modos de vida, que ao longo da história sofreram grande retaliações pelos interesses econômicos. Por isso, as políticas para estas regiões devem ser pensadas em uma perspectiva de benefício para os amazônidas, considerando o modo de vida, território e as principais demandas para a região.

---

<sup>11</sup> A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) afirma que “O fluxo de investimentos estrangeiros para empresas que atuam no Brasil se expandiu em uma intrincada rede internacional. Na cadeia desses projetos, os povos indígenas são tratados muitas vezes como um ‘entrave para o desenvolvimento’, e as suas terras são invadidas, ocupadas, saqueadas e destruídas” (2020).

### 3.3.1 Abrace o Marajó: desenvolvimento ou farsa para a exploração?

Falar nem que seja de forma breve sobre o programa Abrace o Marajó é sem dúvida importante. Não é uma discussão partidária política, mas uma reflexão política e social para este território. Só para esclarecer, a política partidária é aquela que gira em torno de um partido, as ideias fechadas em um determinado grupo e visão de mundo. Enquanto a política, ela abre discussão para a democracia, para reflexões de modo geral e as novas possibilidades de mudanças. Ela é importante para a participação e conhecimento de várias discussões e tomadas de decisões.

Diante disso, abordando melhor sobre o programa “Abrace o Marajó” é necessário explicar o que de fato ele é. Ele é um programa que se apresenta como uma ação estratégica para as áreas mais vulneráveis do Brasil, especificamente a região norte, com ações para o Arquipélago do Marajó que tem municípios com baixos IDH. Além disso, o fato da notoriedade dos abusos sexuais denunciados na região, muito deles ganharam visibilidades pelas denúncias e falas do Bispo emérito, Dom Azcona<sup>12</sup>, esse projeto tinha como objetivo se voltar para o enfrentamento de abusos e violência sexual de crianças e adolescentes.

O Programa está inserido na estratégia de ação do Governo Brasileiro para a Amazônia. Foi criado por meio do Decreto Presidencial nº 10.260, em 03 de março de 2020, que instituiu o Programa Abrace o Marajó e seu Comitê Gestor, como “estratégia de desenvolvimento socioeconômico dos Municípios que compõem o Arquipélago do Marajó, localizado no Estado do Pará”. (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2022).

Também o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC (2022), enfatiza para o fato da pobreza, da vulnerabilidade social da região do arquipélago do Marajó e usa como uma das estratégias o “desenvolvimento” como uma das alternativas para as demandas que se apresentam. Além disso, o projeto está subsidiado em 4 eixos de ação, para serem trabalhados de forma estratégica em cada uma delas. São elas; Desenvolvimento Social, Infraestrutura, Desenvolvimento produtivo, Desenvolvimento institucional, que tinham como objetivo atuar de diferentes áreas, desde da vulnerabilidade às questões econômicas (MDHC, 2020).

<sup>12</sup> Dom José Luís Azcona Hermoso é religioso católico missionário da Ordem dos Agostinianos Recoletos, Bispo Emérito prelado do Marajó. Ganhou notoriedade após denunciar a exploração sexual contra crianças e adolescentes, e foi ameaçado de morte em decorrência dessas denúncias. Em 2021 ganhou o prêmio Internacional Jaime Brunet, a fundação Jaime Brunet reconhece pessoas, entidades ou instituições que trabalham na defesa e promoção dos direitos humanos. Também o bispo foi condecorado com outras premiações, todas em reconhecimento ao trabalho em defesa da vida.



Esse projeto, assume propostas de ações com iniciativas que partem de dados sobre violência, conflitos e da vulnerabilidade das famílias, onde é citado no próprio plano de ação, que enfatiza para fato de “Dos 16 Municípios que integram a região, 08 estão entre os 50 de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País, sendo que o de pior índice se encontra no Marajó”. (MDHC, 2020, p. 12). Ou seja, essa pobreza citada e as situações de violência ocorridas no Marajó foram muito enfatizadas, não apenas no plano de ação, mas pela ministra responsável por estar à frente do projeto.

A ministra que foi responsável pela efetivação do programa Abrace o Marajó é a pastora e advogada, Damares Regina Alves, mais conhecida como Damares. Nos anos de 2019 até 2022 ocupava o ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH, no então governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Obviamente que no governo do ex-presidente ficou marcado por muitas polêmicas e uma delas estava em volta das escolhas dos ministros para seu governo. A ex-ministra Damares também ocupou seu ministério, mais reconhecida pelas suas falas do que propriamente pelos seus trabalhos.

A ideia de um Marajó resumido a violência foi disseminada muito nos anos em que a ex-ministra esteve à frente do ministério do Direitos Humanos – MMFDH, que curiosamente, tem como objetivo a defesa do direito e cidadania para todos, todos os grupos, sem distinções de gênero ou etnia. Porém, muitos grupos, minorias, se sentiram muito atacados pelas declarações da ex-ministra. Entre as declarações da ex-ministra está “meninos vestem azul e meninas vestem rosa” (jornal O globo, 2019), o que provocou uma discussão sobre gênero, homofobia na época, pelos civis, grupos de movimentos sociais pelas causas LGBTQI+, mas também o apoio de muitos grupos de conservadores as falas da ex-ministra.

Para Hümmelgen (2022) Damares Alves é uma figura que representa muito bem a ascensão de um conservadorismo cristão que tomou conta do país e foi ganhando força a partir do governo Temer. Embora a utilização do termo conservadorismo esteja ligada à moral cristã, o que se apresentou foi um projeto político voltado a beneficiar a propriedade privada. Durante o governo de Jair Bolsonaro, marcado pela imposição e falta de diálogos com a população. Foi possível perceber discursos que mais pareciam sermões, do que propostas de ações para a execução de projetos políticos, sociais e econômicos. Ainda para autora:

De fato, Damares Alves ocupa espaço central entre os atores que defendem a moralidade conservadora no governo Bolsonaro, caracterizada pelo nacionalismo exacerbado, pelo autoritarismo estatista e pela moral cristã tradicional. É preciso ressaltar, contudo, que ao mesmo tempo em que se caracteriza como um político conservador, Bolsonaro está também inserido no paradigma que privilegia os ‘mercados’, demonstrado pelo seu desejo de impulsionar a agenda neoliberal, nas formas, por exemplo, da desregulamentação do trabalho, da demonização do estado

social e da defesa da liberdade. (Brown, 2019, p. 2 apud Hümmelgen, 2022, p.08).

Também merece ênfase a declaração mais recente da ex-ministra sobre as crianças e adolescentes do Arquipélago marajoara, durante a campanha presidencial de 2022. Damares Alves afirmou que há tráficos de crianças no Marajó e que o objetivo se destina a violações gravíssimas, estupros, mutilações e torturas. A ex-ministra afirma que o projeto Abrace o Marajó é motivado principalmente por essas situações de violações que acontecem no Arquipélago do Marajó. A ex-ministra declara a seguinte fala:

“Fomos para a Ilha de Marajó, lá descobrimos que nossas crianças estavam sendo traficadas por lá...O Marajó faz fronteira com o mundo, Suriname, Guiana. Eu vou contar uma coisa para vocês que agora posso falar... nós temos imagens de crianças nossas brasileiras com 4 anos, 3 anos, que quando cruzam as fronteiras sequestradas os seus dentinhos são arrancados. Para elas não morderem durante o sexo oral...essa nação que ainda temos irmão, nós descobrimos que essas crianças comem comidas pastosas para o intestino ficar livre, para a hora do sexo anal. Bolsonaro disse que vamos atrás de todas elas e o inferno se levantou contra esse homem, a guerra contra Bolsonaro que a imprensa levantou, que o supremo levando, que o congresso levantou... acreditem, não é uma guerra política é uma guerra espiritual. (Revista eletrônica extra. Globo, 2022),

Essas acusações são extremamente graves, mas talvez o que a ministra não esperava era que seria confrontada sobre essas falas. E mais, ela não apresentou nem imagens ou denúncias, o que obviamente causa indignação de movimentos, autoridades políticas, pessoas públicas e que lutam por direitos humanos, quanto da própria população marajoara, usada como barganha para a política partidária. Na página da agência do senado (2022), diz que:

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou, nesta terça-feira (18), o convite para que a ex-ministra e senadora eleita pelo Distrito Federal Damares Alves compareça ao colegiado para prestar informações sobre supostos crimes que teriam sido cometidos contra crianças na ilha de Marajó (PA). O requerimento (REQ 47/2022) para o convite à ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos foi apresentado pelo senador Carlos Fávaro (PSD-MT). O senador disse que as palavras usadas pela ex-ministra o deixavam “envergonhado” e com o estômago “embrulhado”. Fávaro lembrou que “a denúncia sem provas” foi feita pela ex-ministra durante participação em um culto na igreja Assembleia de Deus, em Goiânia, com crianças presentes, no dia 9 de outubro.

Até o momento não foi provado tais atos de violência e tortura em tráfico de criança no Arquipélago marajoara, referente a escabrosas declarações, entretanto, mobilizou o posicionamento de instituições públicas. A ex-ministra foi convidada a prestar esclarecimento também ao Ministério Público Federal (MPF) e Polícia Civil (PC) do estado do Pará, além de investigar o motivo de tais declarações (MPF, 2022) se manifestou esclarecendo que durante o período de 2006 a 2015, em seus inquéritos “nenhuma das denúncias mencionou nada

semelhante às torturas citadas pela ex-ministra Damares Alves no último dia 8”.

Diante disto, é nítido que há um problema muito sério, além da “liturgia pública”, que lhe faltou, tem essa personificação “conservadora cristã”, que de maneira intrigante, se apresentam de forma muito violenta, com inverdades, de usar pessoas mais vulneráveis como forma de barganha para manipular e polarizar o cenário político, com conflitos e instabilidades. E isso resulta em mortes, em violência e principalmente em retrocesso no que diz respeito à garantia de direitos.

O governo de Jair Messias Bolsonaro foi uma expressão de governo que foi marcado pelo neoconservadorismo e pela necropolítica<sup>13</sup>, ligado a um quadro político muito fomentado ao extremismo, pois nos últimos anos as políticas de extermínios das populações e suas identidades têm ganhado força, ganhou o nome de necropolítica. Fez com que a desigualdade fosse mais expressiva, essa visibilidade da desigualdade social, que ainda é negada por muitos, se deu principalmente durante a pandemia. Se antes as populações vulneráveis já se encontravam em um processo de adoecimento, isso foi acentuado por um projeto político perverso. Para Hümmelgen (2022, p.09):

No governo Bolsonaro, esse projeto está bem articulado com seus ideais conservadores. Sobre o tema, Brown argumenta que o neoliberalismo e o conservadorismo operam em conjunto conceitual e praticamente, uma vez que ambos estão interessados em dismantlar o provimento do público e ressaltar o privado, particularmente na forma da família tradicional cristã (Brown, 2019). Partindo dessas considerações, este trabalho tem como pressuposto que o governo Bolsonaro opera diante de um paradigma “neoliberal-conservador.” Ao final, esta dinâmica entre a moralidade conservadora e a prevalência dos mercados é demonstrada pela análise dos discursos de Damares Alves que, embora represente o polo conservador do governo, reproduz a racionalidade neoliberal do contexto em que está inserida – isto é, no projeto político-econômico de Bolsonaro.

Como bem coloca a autora, o governo de Jair Bolsonaro fomentou muito uma política pautada em um modelo neoliberal<sup>14</sup>. Além disso, “trata-se, aqui, do necropoder e da necropolítica, em que a guerra, a política, o homicídio e o suicídio são as formas de exercício da soberania.”. (Almeida, 2021, p.05). Um movimento que nega as possibilidades de autonomia, existência e identidade das pessoas, e promove os desmonte das políticas públicas.

<sup>13</sup> O conceito de necropolítica introduzido no debate público por Achille Mbembe tem sido frequentemente mobilizado para a reflexão acerca das formas de violência perpetradas pelo Estado, especialmente contra as populações mais pobres e as minorias raciais (Almeida, 2021, p.01).

<sup>14</sup> Em Mbembe, o neoliberalismo implica em uma forma de governamentalidade, que só pode ser adequadamente descrita com o aporte dos conceitos de estado de exceção e estado de sítio, além de uma nova formulação do que Foucault chamou de racismo de Estado. (Almeida, 2021, p.02).

Nessa mesma linha de pensamento, Castilho & Lemos (2021, p. 272), afirma que:

O governo Bolsonaro é marcado por uma direção política que atenta contra a própria sobrevivência da classe trabalhadora. Sua escolha pela necropolítica impõe um extermínio a todos/as aqueles/as que ameacem o grande capital, como é o caso das ações orquestradas contra os povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas; contra a Amazônia e seu desmatamento criminoso; na liberação de centenas de agrotóxicos; no pacote anticrime; na contrarreforma da previdência social; na garantia de armamento aos grandes proprietários de terra; nas reduções orçamentárias das políticas sociais; nos sucessivos cortes nas universidades e na cultura, e, portanto, no descrédito com relação à ciência e à cultura, como campos de elevação da consciência.

Nesse contexto, essa compreensão contribui para uma organização de luta, de reivindicações de direitos, por outro lado, um sentimento de medo, pois existe uma história de opressão que foi perpetuada neste governo. Ações que resultaram em conflitos nas mais diversas situações, isso gera mortes, gera impactos negativos no campo da saúde mental, além do período pandêmico, na negligência que gerou muitas mortes. Por isso a necessidade das discussões e de apresentar esses fatos e reflexões para compreendermos sobre vidas, direitos, resistência e até mesmo os processos de violência que se estabelece.

É necessário citar alguns movimentos de resistência manifestados pela própria população marajoara, para mostrar que parte das pessoas que residem nesta região também se preocupam em defendê-la das investidas de grupos neoconservadores. Há uma nota conjunta de repúdio às declarações da ex-ministra Damares, realizada por instituições, grupos sociais e sociedade civil.

Nós, marajoaras, representantes dos movimentos sociais e da sociedade civil, viemos, novamente, por meio desta carta manifestar o nosso total repúdio e indignação diante das graves afirmações proferidas, por uma gestora pública, que mais uma vez direciona AOS MARAJÓS palavras maldosas que alimentam cada vez mais os estigmas carregados pela nossa população historicamente atacada e atingida pelo modelo desigual de desenvolvimento social e econômico do país, que centraliza recursos e distribui misérias para as regiões do norte e nordeste. (Ascom SINASEFE, 2022).

Ao todo foram 34 grupos que se uniram por meio da nota, grupos, instituições públicas e Organizações Não Governamentais - ONGs-, perceberam a necessidade de confrontar as informações prestadas pela ex-ministra, usadas em período eleitoral. Essas informações ditas pela ex-ministra, até o momento dessa pesquisa, não foram provadas, mas isso acaba por agregar ao Marajó como uma região que só acontece violência, abusos e crimes. O trabalho feito pelos movimentos sociais, instituições públicas e pela própria sociedade marajoara, acabam sendo menosprezados e desacreditados. Obviamente, não há uma negação de que haja violência e crimes na região, mas isso precisa ser apontado e discutido dentro dos acontecimentos reais. Esse é o perigo da desinformação, uma narrativa que estigmatiza, isola e confunde as pessoas.

### 3.4 Anajás: o coração do arquipélago marajoara

Banhada pelo rio que leva seu nome, Anajás é um município que fica localizado no centro geográfico do Arquipélago do Marajó, cuja extensão territorial é de 6.913,640 km<sup>2</sup>, também faz parte da mesorregião do furo de Breves<sup>15</sup>. Possui uma população estimada 30.091<sup>16</sup>, pessoas. A maior parte da população está concentrada na parte rural do território, totalizando 61,65%, enquanto o restante, 38,35%, está residindo na parte urbana do município. A economia gira em torno do extrativismo vegetal, como açaí, palmito, madeira, frutas, além da criação de gado.

Figura 2 - Imagem da cidade de Anajás



Fonte: site<sup>17</sup> da prefeitura municipal de Anajás

A origem do seu nome está relacionada aos povos originários que habitavam esta região, os povos indígenas Anajás, segundo o Instituto de Geografia e Estatística-IBGE (2021). É importante destacar que no Brasil colônia, em missão comandadas pelos padres jesuítas, os colonizadores chegaram a este território, onde se depararam com muitos povos e culturas diferentes. Esse encontro resultou em muitos conflitos, mortes dos povos nativos e também dos colonizadores, mas também resistência dos povos indígenas à dominação dos colonizadores, mesmo que isso ocasionasse em mortes de muitos deles. (História de Anajás, 2017).

<sup>15</sup> O furo de Breves é composto pelos municípios de Afuá, Anajás, Breves, Curalinho e São Sebastião da Boa Vista.

<sup>16</sup> A população no último censo (2010) contava com 24.759 pessoas, segundo informações do IBGE.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://anajas.pa.gov.br/o-municipio/sobre-o-municipio/>.

O território de Anajás primeiro pertenceu ao Município de Chaves. A cidade, primeiramente denominou-se Mocoões, por se situar à foz do rio de mesmo nome, este, recebeu da presidência da província a categoria de freguesia, no ano de 1869, com a invocação do Menino Deus do Rio Anajás. Em 1870, passou a pertencer ao município de Breves. A esta freguesia, para sua criação foi dado um terreno quadrangular medindo 400 braças de lado, em posses dos Srs. João Alves Monteiro, João Gonçalves dos Santos e José Gonçalves dos Santos. (Idem).

Além do processo de colonização e desse embate entre colonizadores e povos originários, que segundo Sarraf (2010, p. 18) não foi fácil e nem passiva, pois, “enfrentaram as armas portuguesas por quase 20 anos. Esse processo já demonstra quão difícil foi a conquista da Amazônia”. Posterior a isso, entre os conflitos e exploração do território marajoara veio o processo de escravidão, em que pessoas de origem africana, trazidas para a Amazônia marajoara marcam hoje a identidade do povo marajoara. Essa região, apesar de ser fortemente fomentada a raiz indígena, ela carrega a ancestralidade de várias etnias, e a população africana tem uma expressiva parte cultural no que diz respeito à identidade da população marajoara dos tempos atuais.

Se populações negras do período colonial, em parceria com nações indígenas como Nheengaíba, Mamainase, Chapouna, que trabalharam em engenhos, roças de mandioca, construção da igreja de São Miguel em Melgaço, ou no forte de Gurupá e nordestinos de descendência negra embrenhados em seringais da floresta, conseguiram, com maior facilidade, misturar-se a portugueses, judeus, turcos, norteamericanos entre outros que para cá se dirigiram, a escrita da história precisa ultrapassar a cegueira de ver o Marajó das Florestas como tão somente constituído pela identidade indígena. (Sarraf, 2010, p.42).

Essas informações servem para compreendermos que na historicidade do município emerge experiência de resistência e também de disputas que acarretou detrimento de muitos povos. Logo, nessa formação social, política e econômica encontra-se processos genocidas de forma velado, se apresentando nos ciclos de exploração, na ausência de políticas públicas ou mesmo na desinformação da população em relação às suas origens. Também fez parte dessa trilha histórica a expropriação, que é se apropriar do lugar que é por direito de uma pessoa, ou de várias, assim como aconteceu com o processo de colonização. Colonizadores tomaram para si os territórios dos povos indígenas sem nenhum tipo de reparação.

É importante também citar que Anajás faz parte da microrregião furos de Breves, são parte dessa região os municípios de Afuá, Anajás, Breves, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista. É necessário situar para melhor compreender a relação com Anajás nos processos de exploração que ocorreram neste território. Que foi se desenvolvendo a partir da exploração dos recursos naturais, todavia, isso se deu de forma desenfreada, como consequência os ciclos de exploração deixam cicatrizes de precarização no território. Algumas informações podem ser analisadas pelos próprios indicadores de avaliação do município, por exemplo, o índice de

desenvolvimento humano é de 0,48, considerado muito baixo.

O primeiro grande ciclo de exploração que marca a região é sem dúvida o da borracha, segundo Palheta (2021, p.40), Anajás teve uma relevância muito expressiva no período da extração do látex, visto que ele era um dos municípios que mais produziam a matéria-prima no estado do Pará. A autora enfatiza para o fato de como o apogeu da borracha significou uma modernização nas cidades, principalmente Belém e Manaus, porém nas cidades do Marajó essa “modernização” não aconteceu. As cidades eram vistas apenas pelo seu potencial de exploração, até a produção de conhecimento em relação a este município é escasso, ausência de informações que melhor explicitasse é um fato presente.

Entretanto, contextualizar Anajás no tempo auge da economia gomífera somente é possível por meio de registros escritos ou imagéticos, a arquitetura que o Fausto construiu em Anajás desapareceu totalmente do patrimônio material dessa cidade. A construção e manutenção dos poucos prédios que surgiram no período auge era o retrato da pouca importância que as regiões produtoras do látex tiveram, ficando os benefícios da riqueza gomífera evidente apenas em Belém e Manaus. (Idem, p. 40).

Nesse contexto, é necessário voltarmos o olhar para o termo muito trabalhado por Harvey, a *expropriação*, isso porque, a maneira como ao longo da história isso é expressivo, ou seja, na tomada de posses de outras pessoas para aproveitamento de poucas. É um absurdo e ao mesmo tempo a chave principal para a exploração, Cavalcante (2019, p. 107 apud. Palheta 2021, p. 33), enfatiza que “na Freguesia de Anajás, essa dinâmica se repete. O registro de posse de terra mostra a compra de propriedades com estradas de seringueiras ao longo do rio Anajás e a preocupação com o escoamento da produção”. Aqui é um ponto muito importante a se refletir:

Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais depredação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. (Harvey, 2003, p. 121).

Isso tudo nos leva a compreender que o posicionamento por acúmulo de riqueza é um fato que acarreta no detrimento não só dos recursos naturais e matéria – prima, mas também de pessoas, valores, simbologia modos de vida, e no próprio território. Um exemplo é a desinformação, na procura de material que buscasse conhecimento a respeito do município, recorremos a casa da cultura, em que é responsável de guardar e preservar a historicidade do

município, assim como, de fomentar as manifestações culturais na região. O que foi encontrado foi apenas cerâmicas atribuídas aos povos originários, mas sem indicações de estudo, nem mesmo documentos históricos foram encontrados. A disputa por esse território impactou na preservação das raízes e na ausência de investimento para a melhoria de vida dos munícipes.

Figura 3 - Artefatos indígenas dos povos originários de Anajás



Fonte: registro da pesquisadora realizado na Casa da Cultura em Anajás. 2023

O registro dos poucos artefatos indígenas foi registrado na Casa da Cultura de Anajás, uma unidade que tem como objetivo desenvolver um trabalho fomentando as raízes culturais do município, bem como promover manifestações de valorização culturais em datas comemorativas, como o Aniversário do município.

A perda de autonomia política e a obscuridade na administração de alguns intendentos também contribuíram para que Anajás, de vila desenvolvida, passasse para um espaço de quase total abandono. A riqueza gomífera anajaense justificava a disputa pela posse de seu território por Breves e Afuá. Devido a essa discordância, a freguesia do menino Deus foi extinta e restabelecida sucessivas vezes num período de 17 anos, discórdias que foram encerradas em 25 de novembro de 1886, com a lei provincial nº 1225, que elevou Anajás à categoria de município. (Palheta, 2021, p. 41).

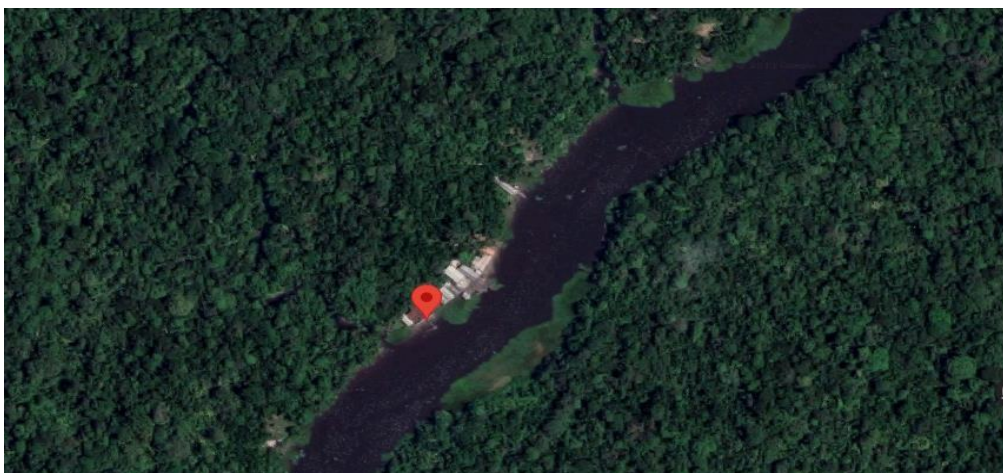
Bem recepcionada na instituição, os funcionários relataram a dificuldade de organizar a unidade de forma que seja um ambiente de referência de conhecimentos das origens do município, pois, nos últimos anos a rotatividade de gestões do município, aliado ao pouco interesse de preservar documentos, livros e resquícios materiais que pertenceram aos povos originários, levaram ao detrimento de importantes informações e registros relacionado a historicidade do município.



### 3.5 Lócus da pesquisa: comunidade ribeirinha belo horizonte

A pesquisa foi realizada em uma comunidade ribeirinha do município de Anajás, estado do Pará, chamada Belo Horizonte, que fica às margens do rio Guajará, todas as informações coletadas sobre esta localidade se deram por meio dos relatos dos próprios moradores. O período de entrevistas ocorreu no início de janeiro de 2023 e terminou no dia 15 de fevereiro. Foram por meio das viagens dos usuários a cidade de Anajás, para os recebimentos dos programas sociais que foi possível entrevistá-los. A partir das mídias sociais foi possível fazer os primeiros contatos com os entrevistados, os procurando na data e horário marcados por eles para a entrevistas.

Figura 4 - Imagem da Vila Belo Horizonte



Fonte: google maps<sup>18</sup>. 2023

Ao todo foram entrevistadas 8 famílias desta localidade, que não serão identificados com seus nomes verdadeiros, em vista a preservar suas identidades e integridade, visto que algumas falas se apresentam e exemplificam ações que ocorrem na localidade, por pessoas que também moram no entorno. Por esse motivo, nos reportaremos por nomes de rios da região. Além das famílias foram entrevistados 2 aposentados rurais, que fizeram parte da criação da comunidade, um que ainda é membro e outro que já não reside na localidade, mas que ajudou a contar as origens desta. Eles serão identificados com nomes fictícios, para não serem confundidos com as famílias entrevistadas sobre os serviços de proteção, já que ao longo das entrevistas foi perceptível a lacuna sobre o conhecimento a respeito da criação desta comunidade.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://goo.gl/maps/T5wXQB4pVsLCqczc6>

Quanto a origem da comunidade, não há documento oficial registrado em cartório ou mesmo pela prelazia do Marajó, uma vez que a comunidade enquanto instituição religiosa faz parte do município de Afuá, apenas nos anos de 1992 a 1996 que pertenceu ao município de Anajás, posterior a isso voltaram a integrar ao município de Afuá e hoje, a maioria da comunidade, segundo os entrevistados, preferem que seja desta forma, apesar de a cidade de Anajás ser mais próxima da vila Belo Horizonte.

Isso nos mostrou que há um apagamento da história das pessoas desta comunidade, nenhum dos entrevistados conseguiu contar como ela surgiu; “eu não sei que devido ao procurar saber, né? Da história dela” (Rio Buiucú, 18 anos, 2023). Também não souberam relatar a maneira como eles se organizaram para reivindicar uma comunidade mais próxima de sua residência. Pouquíssimas pessoas souberam dizer os principais envolvidos que contribuíram diretamente. “Na época que surgiu a comunidade eu não lembro porque devido a ser pequena né? Eu não lembro dizem que foi entre mil novecentos e setenta e setenta e dois, oitenta, por aí? Não lembro bem” (Rio Francês, 29 anos, 2023)

As falas dos entrevistados se assemelham e retratam a mesma realidade: O desconhecimento das origens que constituiu a comunidade Belo Horizonte. O entrevistado com mais idade (69 anos) lembra de poucos acontecimentos, conhece algumas pessoas envolvidas, mas não lembra as datas que ocorreram. Já os outros entrevistados desconhecem a criação e todo o processo do surgimento que se entende hoje da comunidade católica e vila Belo Horizonte. Apenas um dos entrevistados conseguiu lembrar de histórias contadas por sua mãe sobre a origem.

“Quando eu nasci a comunidade já existia, segundo os relatos da minha mãe, as pessoas mais antigas contavam que o morador da área mais antiga quis fundar uma comunidade religiosa na sua localidade. Então foi atrás de informações, com pessoas mais informadas e conseguiu trazer uma igreja religiosa pra perto de onde a gente mora com ajuda de outro membro ela foi fundada, eu não sei o ano, mas segundo as pessoas mais antigas, ela foi fundada pelo início da década de 80. Que no qual hoje eu participo, que formou uma comunidade ribeirinha, no qual hoje ela é uma fonte que gera renda, através da educação e outras atividades rurais”. (Rio Guajará, 33 anos, 2023).

Segundo Ricardo (aposentado, 68 anos), o tempo gasto da vila Belo Horizonte à Vila de Santa Maria, a casco, é de aproximadamente 4 horas, esse fator foi determinante para o surgimento de novas comunidades para que ficassem mais próximas das famílias. Frei Crescêncio foi um dos primeiros missionários a desenvolver esses trabalhos de base no Marajó, sacerdote vindo da Espanha, dedicou parte da sua vida aos serviços missionários nesta região. Dessa forma, se dá o surgimento da comunidade e vila, essas são as informações mais precisas da historicidade dela, relatadas pelas pessoas entrevistadas. A partir das entrevistas foi possível

identificar que existem 63 famílias na comunidade.

O registro é realizado a partir de uma lista de frequência que é feita pelo líder da comunidade, com o nome de cada adulto. Dessa maneira, as frequências são contabilizadas a cada domingo e é utilizada como requisitos para participar de ritos religiosos como batizados, primeira comunhão e casamento. Além do mais, esses registros servem para apresentar aos líderes da igreja católica, pois, que anualmente um sacerdote responsável pela comunidade faz uma visita onde é realizada uma avaliação com todos os membros para a discussão de problemas e pontos positivos realizados ao longo do ano pelos membros da comunidade.

Fizemos um contato com um religioso de Soure, onde fica localizado a sede da prelazia do Marajó, mas ele relatou que existem poucos documentos de registros de comunidades. Esses documentos foram se perdendo com o tempo mas que o nascimento das primeiras comunidades religiosas católica no Marajó se deu pelo trabalho missionário de formação de base da igreja católica, conhecido como Comunidade Eclesiais de Base - CEBs<sup>19</sup>, que tinha como objeto chegar às áreas de difícil acesso para a construção de comunidade católica.

“A primeira celebração que teve lá no caso, maio de 1983, mais ou menos, aí ficou funcionando dessa forma até 84 que foi fundada pelo padre Crescêncio. Eu não tô bem certo, mais exclusivamente foi 20 de maio. Resolveram fundar uma comunidade lá, tiveram essa conversa, aí pensaram de fundar esta comunidade lá. A primeira celebração, com uma parte da comunidade de Santa Maria. Quando foi dia...quando foi dia 05 de agosto de 1984, aí o frei Crescêncio chegou para celebrar a primeira missa e fundar a comunidade, já com a equipe da liturgia. (Ricardo, Aposentado rural, 68anos, 2023).

A primeira comunidade católica que surgiu na região do Rio Guajará foi Santa Maria, que segundo os entrevistados, o nome da vila é conhecido como vila dos Martins, sobrenome dos donos da região no período do ciclo de exploração da borracha, madeira e palmito. Contudo, devido à distância, já que na época o tipo de embarcação mais comum era os cascos<sup>20</sup>, acharam necessário dá surgimento a uma comunidade que ficasse mais acessível para a localidade que hoje se conhece como Belo Horizonte.

---

<sup>19</sup> Comunidades de bases eclesiais

<sup>20</sup> Embarcação de madeira de pequeno porte no qual usam remo a mão para conduzi-lo.

### 3.5.1 A organização econômica, política, social e cultural das famílias da comunidade belo horizonte

A terra em que a comunidade está firmada foi dada aos cuidados do senhor Abraão Gonçalves (já falecido). Havia um dono dessas terras, ele se mudou do município e recentemente apareceram seus supostos filhos querendo a posse das terras, mas o filho do seu Abraão e a comunidade não aceitaram entregar as posses, já que eles não apresentaram nenhuma documentação, uma vez que os moradores já habitavam o lugar muito antes da comunidade existir. Esses supostos filhos quiseram fazer um acordo com a família, o de construir uma fábrica de açaí na comunidade, o que foi aceito, entretanto, o projeto acabou não acontecendo devido a desistência dos supostos donos da terra. Essa situação revela um conflito velado de terras, uma vez que, os moradores não consideram serem estes os legítimos donos da colocação onde moram, e desconhecem os seus direitos legais.

Outra extensão considerável de terras, nesta localidade, é tida como pertencente a uma empresa de madeira, PLANTEC, onde os representantes dessa terra, que usufruíram por muito tempo da matéria-prima desta região, cediam locações para que as famílias trabalhassem. Entretanto, toda a matéria-prima extraída tinha que ser entregue à empresa e os moradores só podiam comprar nos barracões de propriedade desta empresa. Segundo relatos dos moradores, houve algumas pessoas que chegaram, em nome da empresa, a reivindicar uma taxa pelo uso das terras, querendo que os moradores pagassem a eles uma quantia em porcentagem sobre cada valor que conseguissem produzir com o trabalho que exercessem nessas terras. Os moradores não aceitaram pagar tais taxas, devido à falta de comprovação legal de que essas pessoas fossem os verdadeiros representantes dessas terras.

O Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (2007, p. 42) coloca em pauta a necessidade de regularização para o Estado do Pará, visto que ele é alvo de agentes capitalistas, latifundiários e grileiros, que agem sem nenhuma responsabilidade com os moradores e território. Ressalta, também, a necessidade de regularização de terras no arquipélago, sendo Anajás como um dos municípios que mais sofre com a extração de madeira, que se apresenta como uma exploração desordenada e muito prejudicial ao meio ambiente. Embora isso aconteça, não há conflitos violentos na região, mas é uma realidade pouco discutida pelas autoridades públicas e entre os próprios moradores.

Há vários grupos dentro da comunidade que são representações das expressões de como a comunidade vem se reunindo, por exemplo, como os grupos de jovens, onde em alguns sábados se reúnem para encontros religiosos de expressão cristã; há grupos de esporte, como

times de futebol masculino que competem nos campeonatos regionais; grupo dos produtores rurais, organizados pela associação dos produtores rurais; há os cultos religiosos aos domingos que reúnem todas as comunidades onde são escolhidas Equipes para trabalhar na festividade de Santa Luzia, que é a maior comemoração que a comunidade promove. Sobre as atividades realizadas na comunidade foi citado que existe:

Atividades como festa junina. Festividade cultural onde se celebra a padroeira da comunidade... grandes encontros de jovens também que envolvem toda a comunidade. Pastoral da criança, no começo, mas depois foi fracassando e a comunidade não conseguiu manter e teve muitas problemáticas que aconteceu nesse processo aí. Houve falta de envolvimento da comunidade, e a distância também que a comunidade ficava muito longe, fica difícil o acesso com outras lideranças. (Rio Aramã, 31 anos, 2023).

Nesta festividade católica, famílias de outras comunidades vizinhas se deslocam para prestigiar as programações, esse momento também é tido como uma forma de lazer não só para os mais jovens como também para os de mais idade. Há também a participação de pessoas não católicas que participam dos jogos organizados para a festividade e prestigiam o evento, que também conta com show de louvores, comidas típicas, bingos, torneio de futebol e desfiles de miss. A festividade dura aproximadamente 3 dias e no último dia acontecem as principais atrações. Além desse momento de organização comunitária, a comunidade de forma coletiva se organiza também em outros momentos.

Missas, atividades que fazem com os jovens, no dia de sábado. E quando tem um problema do assunto da igreja pra fazer, a gente se reúne, aí a gente decide que vai fazer ou não. Sempre tem um acordo com a comunidade. Então sempre a gente faz reuniões. (Rio Francês, 29 anos, 2023).

A comunidade Belo Horizonte, atualmente, conta com uma escola de educação infantil e ensino fundamental I e II, estando matriculados 87 crianças, segundo informações dos entrevistados. Não há posto de saúde, há apenas uma igreja cuja padroeira é Santa Luzia, um salão para reuniões dos membros da comunidade, uma casa da associação dos produtores rurais do rio Guajará Natureza é Vida – APRUNAV e algumas casas.

Recentemente a escola da comunidade passou por reforma, o que resultou em um evento (inauguração) com a presença de autoridades políticas do município no que eles chamam de “Caravana da Gratidão<sup>21</sup>”. Essa ação tem o intuito de fazer as inaugurações das escolas reformadas e “levar alguns serviços socioassistenciais”, entretanto, o que se viu na verdade é que tais serviços ofertados, limitaram-se apenas a emissão de cédula de carteira de Registro

<sup>21</sup> A ação foi realizada ao 11 de fevereiro de 2023 e pode ser vista na página do *facebook* <https://www.facebook.com/PMANAJAS>

Geral, popularmente conhecida como carteira de identidade. A seguir registro da inauguração da escola Belo Horizonte.<sup>22</sup>

Figura 5 - Imagem da escola Belo Horizonte



Fonte: página do *facebook*<sup>23</sup> da prefeitura municipal de Anajás. 2023.

Esses tipos de ações que ocorrem na comunidade são bem esporádicos, não sendo comuns de acontecerem na própria vila da comunidade, já houveram em alguns anos campanhas de vacinação, segundo relatos dos entrevistados, mas a maioria dos serviços, quando vão para região, são concentrados na maior vila do Rio Guajará, Mocambo do Guajará, a maioria das ações acontecem lá para que moradores das outras vilas próximas, possam ir até o local usufruir dos serviços que, geralmente, têm número limitado de vagas.

Questionados sobre uma das maiores conquistas que conseguiram em relação a comunidade, a maior parte dos entrevistados citou a escola. Porém, essa também se mostrou como uma preocupação, visto que, segundos os relatos, já houve inúmeras tentativas de fechar a escola, o que eles atribuem à intolerância religiosa já que essas tentativas partem de pessoas ligadas a outra expressão religiosa. Por esse motivo, foram se ocasionando constantes divergências com pessoas influentes na região que não querem que a escola se mantenha na comunidade. Essa tem sido a principal causa pela qual a comunidade tem se reunido nos últimos anos, para que todas as reivindicações cheguem junto aos representantes da gestão escolar por

<sup>22</sup> Escola Belo Horizonte, sn - Rio Guajará, meio rural. 68810-000 Anajás - PA. Código INEP: 15517063

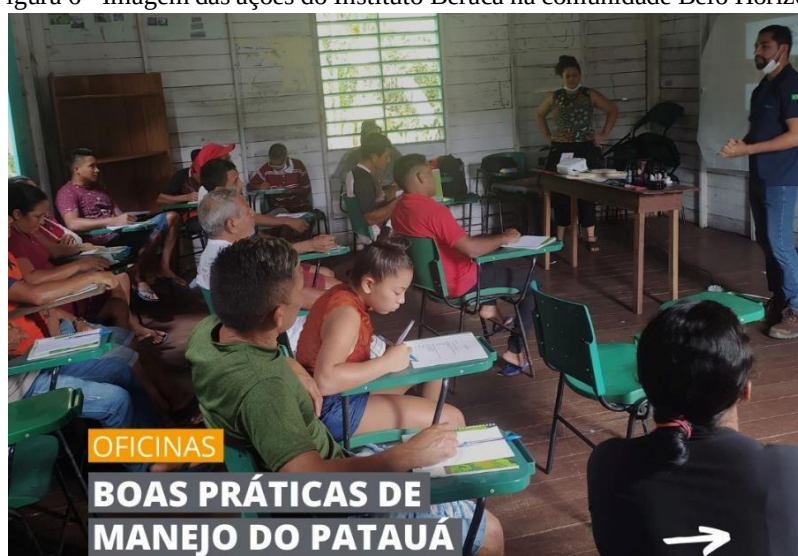
<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/PMANAJAS>



meio de abaixo-assinado e reuniões com pais de alunos e assim pressionar as autoridades do setor da educação garantindo que a escola permaneça onde está.

Outro ponto interessante são as organizações dos grupos de produtores rurais, APRUNAV, os quais trabalham com a coleta dos frutos do Murumuru e Patauá<sup>24</sup>, ambas frutas regionais, entretanto, o Patauá é comestível e serve como alimento para as principais refeições, assim como no preparo para mingau. O óleo extraído da fruta, por meio do cozimento é extraído e pode ser utilizado em alimentos, tem sabor marcante, sendo muito apreciado pelos moradores. Já o murumuru não é comestível, mas tanto ele como o patauá ganharam notoriedade pela utilização de empresas de cosméticos. Entre essas empresas estão a *L'Occitane au Brésil*<sup>25</sup>, e o instituto BERACA<sup>26</sup> Ingredientes Naturais, ambas assim como as demais, usam a matéria-prima para a produção dos seus produtos. A empresa NATURA também foi citada como compradora dos produtos, no entretanto, hoje não tem parceria com a associação da comunidade local.

Figura 6 - Imagem das ações do Instituto Beraca na comunidade Belo Horizonte



Fonte: página do facebook do instituto Beraca,<sup>27</sup>, 2022.

*AL'Occitane au Brésil* e BERACA, além de comprar a matéria-prima dos coletores, também contribuem com investimentos, como por exemplo, na reforma e construção da casa de patauá, onde é feito a extração da matéria-prima. Além disso, algumas vezes são distribuídos os produtos que são fabricados com a matéria-prima para que os coletores também tenham

<sup>24</sup> Na localidade as pessoas usam essa pronúncia, mas há variações do uso do termo em outras regiões, por exemplo, “Patoá”.

<sup>25</sup> Empresa de origem francesa.

<sup>26</sup> A Beraca faz parte da Clariant, uma empresa global de especialidades químicas com sede na Suíça.

<sup>27</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/institutoberaca/about>

acesso aos produtos que eles colaboraram para serem produzidos. Também são realizadas ações com equipes de saúde, engenharia florestal e cursos de formação para utilização de ferramentas que não agredem o meio ambiente. O contato com profissionais dessas empresas é frequente, o que possibilita uma relação de confiança.

“Aí eles falam das coisas que eles trazem né, material, explicando um bocado de coisas. A gente trabalha com o patauí, tanto com o caroço e óleo, os dois, eu vendo em caroço, eu tiro em óleo e a safra é de 2 em 2 anos. O murumuru a gente vende o caroço mesmo. Eles dão cestas básicas de vez enquanto, eles dão material, dão botas, terçado, luvas, dão as panelas, os cintos de segurança, caixa d’água, bomba. Essa mulher que veio fez um bocado de brincadeira, eu sei que eles passaram quadro dias, o dia inteiro, cada um dia era um certificado. (Rio Buiú, 24 anos, 2023).

Vale ressaltar que os representantes destas empresas costumam fazer visitas com frequência à região. O secretário da associação, que é um dos associados, é pago para ajudá-los a organizar as visitas e manter as pessoas informadas sobre as reuniões que possam acontecer. Também já houve a ida de profissionais como psicólogos e enfermeiros para proporcionar uma escuta com as famílias e dar suporte com orientações e atendimentos. Mas alguns entrevistados relataram que a associação já foi alvo de tentativa de retirada da comunidade, o que não deu certo.

Tem a associação que existe lá por perto, que alguns membros são cadastro e daí as pessoas ao redor da comunidade tiram muitos, trabalham lá para conseguirem os seus salários e um pouco do seu dinheirinho. Não é dinheiro suficiente pra... digo assim...para o ano todo, tipo é uma renda de seis meses ou as vezes duram um ano e assim vai, não é definitiva. Assim ela vai crescendo e desenvolvendo a comunidade. A atividade que ela desenvolve é que ela compra o Patauí, caroço ou pode ser também o óleo que é vendido e também o murumuru que só é uma fruta, que compra também duas espécies, um com a casca e outro só a massinha de dentro. Então os moradores façam a coleta e entregam esses por litro o óleo. Quando não é vendido em caroço, ele é vendido por rasa, quando é o óleo ele é vendido por litro. E o murumuru a mesma coisa, com a casca é mais barato. (Rio Guajará, 34 anos, 2023).

Foram muitos os relatos sobre as atividades desenvolvidas pela associação APRUNAV, como sendo uma importante atividade de fonte de renda na localidade, uma das principais conquistas que a comunidade conseguiu realizar ao criá-la. Todos os entrevistados apontaram a associação como sendo importante para a comunidade, isso tudo aliado ao fato dela conseguir existir em meio a tantas dificuldades: *“uma das principais conquistas, foi a associação de compra e venda do patauí, do óleo de patauí, do murumuru, dentre outros* (Rio Aramã, 31 anos, 2023). Contudo, a associação dos moradores depende de investimentos para a sua manutenção e realização de atividades.



### 3.5.2 Perfil das famílias entrevistadas sobre os serviços de proteção social básica e os programas de transferência de renda

Foram entrevistadas 8 pessoas que representam 8 das 63 famílias que fazem parte da comunidade Belo Horizonte, que se deslocaram de suas residências da zona rural para vir até a zona urbana, onde é possível sacar seus repasses governamentais adquiridos através dos programas de transferência de renda. As pessoas entrevistadas foram abordadas tanto por meio de mídias sociais, através de aplicativo de mensagem instantânea, quanto por indicações dos próprios entrevistados.

O uso de mídias sociais como, *whatApp*, *Facebook* e *instagram*, foram grandes aliados para manter contato com os entrevistados, foi possível fazer uma apresentação das pesquisadoras e do objetivo das entrevistas. Esse momento permitiu esclarecer qualquer dúvida que o entrevistado pudesse ter em relação à pesquisa. Depois desse primeiro contato não houve qualquer resistência por parte das pessoas em serem entrevistadas para o trabalho em questão, pelo contrário, ainda que um número reduzido de pessoas tenha apresentado estarem receosas em relatar algumas informações, fizeram isso de forma entusiasmada.

Dessa forma, primeiramente foi realizado o contato com cada indivíduo e, posteriormente a isso, marcando o melhor dia e horário para a execução das entrevistas. É importante sinalizar que todos os indivíduos que consentiram participar dessa entrevista foram informados sobre o teor da pesquisa e qual a sua finalidade dentro da construção deste trabalho de conclusão de curso – TCC, e que também, teriam suas identidades preservadas. Segue abaixo o quadro com o perfil dos entrevistados:

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados

| Nome        | Idade   | Gênero    | Cor <sup>28</sup> | Escolaridade          | Número de integrantes familiares |
|-------------|---------|-----------|-------------------|-----------------------|----------------------------------|
| Rio Mocoões | 23 anos | Masculino | preto             | Graduado              | 8                                |
| Rio Anajás  | 25 anos | Feminino  | pardo             | Ensino médio completo | 3                                |

<sup>28</sup> O roteiro de entrevista deixou em aberto a resposta dos entrevistados para esse item, porém, é bom alertar que o termo “moreno” está em desuso para definir a cor de alguém, embora ainda esteja no vocabulário de muitas pessoas, principalmente as mais velhas.

|             |         |           |        |                       |   |
|-------------|---------|-----------|--------|-----------------------|---|
| Rio Aramã   | 31 anos | Feminino  | pardo  | Graduado              | 4 |
| Rio Guajará | 33 anos | Feminino  | preto  | Graduado              | 6 |
| Rio Cururú  | 24 anos | Feminino  | preto  | Ensino médio completo | 4 |
| Rio Buiuçú  | 18 anos | Feminino  | pardo  | Ensino médio completo | 2 |
| Rio Francês | 29 anos | Feminino  | pardo  | Graduado              | 8 |
| Rio Zinco   | 69 anos | Masculino | moreno | Alfabetizado          | 3 |

Fonte: dados da pesquisa. 2023

Como o quadro mostra, a maior parte das pessoas entrevistadas foram mulheres com idade entre 18 a 33 anos, 06 mulheres ao todo, onde 04 possuem grau de escolaridade de nível médio completo e 02 possuem grau de escolaridade de nível superior completo. Os outros entrevistados foram homens, um de 24 anos, que possui nível superior completo e um aposentado rural de 69 anos. Todos encontravam-se inscritos no Cadastro Único para programas sociais (CadÚnico) que consiste em um instrumento de identificação de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, realizado pelo governo federal e operacionalizado pelos municípios. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social –MDS (2023) “o Cadastro Único é uma base de dados que serve para identificar e conhecer as pessoas e famílias mais vulneráveis do país e, assim, ajudar o Governo Federal a desenvolver políticas públicas voltadas para essa população”.

Ao se inscrever ou atualizar seus dados no Cadastro Único, o cidadão estará apto a participar de diversos programas sociais dos governos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal. A inscrição no Cadastro Único, garante que o Ministério da Cidadania e os órgãos gestores dos outros programas direcionem os serviços e benefícios a quem realmente precisa, aos mais pobres e vulneráveis. (MDS, 2023).

Esse sistema permite que sejam realizados levantamentos de dados a partir das informações coletadas, dos quais possam ser usados para a efetivação de ações e projetos nas áreas de mais fragilidade e, dessa forma, propor políticas públicas que façam a diferença nas realidades que são apresentadas. Por isso a importância de identificar se as famílias estão ou não inseridas no Cadastro único, para a possibilidade de serem inseridas em algum programa social.

Com um roteiro semiestruturado foi questionado sobre o quesito cor, não apresentamos opção de escolha, deixamos em aberto para observar a auto percepção dos entrevistados, 4 deles se autodeclararam como pardas (todas mulheres), 3 pessoas (1 homem e 2 mulheres) se autodeclararam como preta e 1 homem se declarou “moreno”. O termo “moreno” já foi bastante utilizado como opção de auto declaração, entretanto, o Instituto de Geografia Brasileira costuma utilizar categorias como: branco, preto, pardo, amarelo e indígena, cada categoria representada abrange etnias diferentes.

É importante destacar que as mulheres assumem um protagonismo nos programas de transferência de renda, já que, segundo o *site* de informações do governo federal (2023) “[...] são 17,2 milhões do total de 21,1 milhões de famílias beneficiárias neste mês”, dado referente ao mês de março. Dessa forma, é um número significativo de mulheres, que obviamente, apesar do valor baixo recebido, segundo Silva (2018) permitiu ampliar os caminhos de autonomia para elas, frente ao patriarcado.

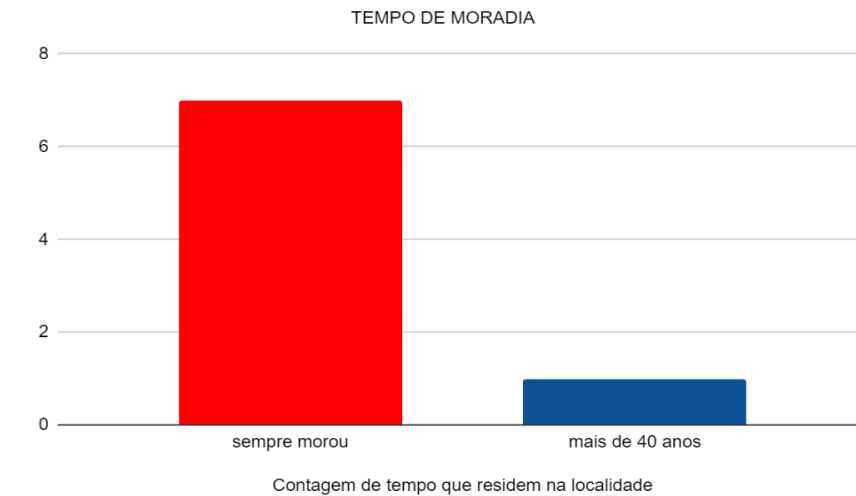
Ainda no *site* de informações do governo federal (2023) diz que “[...]no programa de transferência do Governo Federal, a ampla maioria dos lares tem uma mulher como responsável familiar. Na folha de pagamento de março, 81,2% dos benefícios concedidos estão em nome das mulheres [...]. Com isso, segundo Iorio (2002) apud Silva (2018, p. 01):

Diante do protagonismo feminino no âmbito do PBF é possível observar, que a renda repassada pelo programa tem ampliado o universo das escolhas objetivas para suas beneficiárias, possibilitando o início de uma caminhada rumo à autonomia mais ampla, no entanto para que esta se concretize plenamente é necessário um conjunto de condições políticas, sociais e econômicas (Iorio, 2002).

Para a autora (SILVA, 2018), esse protagonismo das beneficiárias dos programas de transferência de renda traz para discussão o papel social da mulher, o programa as colocou como principais representantes de suas famílias. Porém, isso não é o suficiente para que seja efetivado de fato a autonomia dessas mulheres, é uma estratégia da política de assistência social, mas exige uma mobilização para além do olhar social, é necessário ter alcance econômico ocupar espaços e lutar contra as privações das famílias ocasionadas pela pobreza.

Também foram questionados sobre a quanto tempo eles residem na localidade, visto que, a existência dela enquanto instituição tem aproximadamente 40 anos. Apesar de nem todas as pessoas residirem no local onde fica a vila, pois, a comunidade é constituída de pessoas que residem no mesmo local da vila Belo horizonte e outras em locais diferentes, mas na mesma região, como nas redondezas e igarapés, são membros da mesma comunidade. Sobre o tempo de moradia eis o resultado:

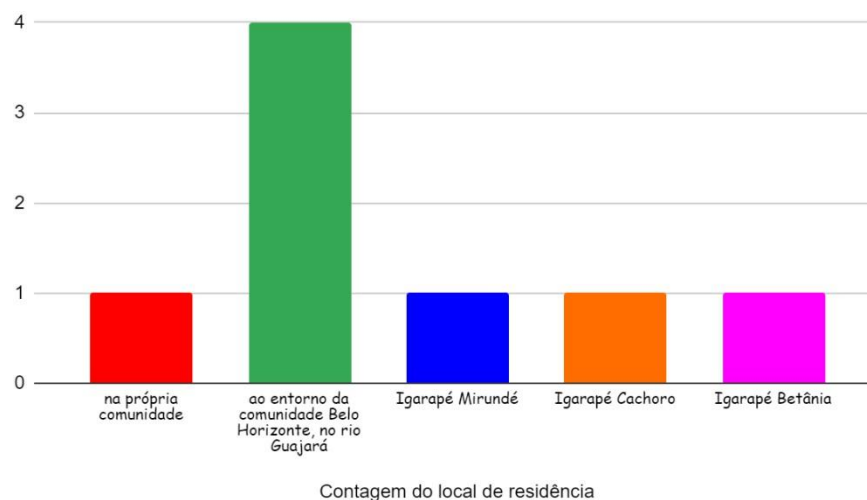
Gráficos 1 - Dados do tempo de moradia na região



Fonte: dados da pesquisa

Como foi possível observar, 7 dos 8 entrevistados responderam que sempre moraram na localidade, na própria vila, nas proximidades, ou mesmo em Igarapés próximos à vila Belo Horizonte. Percebemos que a maioria, para ser exato, metade dos entrevistados moram no entorno da comunidade, outros 3 moram em igarapés aos arredores e apenas um reside no mesmo local da vila. Essa informação não altera o fato de que essas pessoas se organizam e se relacionam enquanto comunidade, pelo contrário, é uma característica que expressa as possibilidades de organização em um território como a Amazônia, um exemplo disso são as reuniões regulares para tratar de questões referentes à comunidade. A seguir, alguns lugares em que os membros da comunidade residem:

Gráficos 2 - Domicílios dos entrevistados



Fonte: dados da pesquisa

Além dos igarapés supracitados, existem outros lugares, mencionados pelos entrevistados, que podemos encontrar moradores que, também, são membros da comunidade como o Igarapé Itaboca e o Igarapé Santa Balbina. Essa organização se dá pelas posses de terras e pelo trabalho, eles residem onde a possibilidade de trabalho é mais viável. E desse cenário que trabalhamos na pesquisa com as famílias entrevistadas sobre os Serviços de Proteção Social Básica e os Programas de Transferência de Renda efetivadas sob a responsabilidade do Centro de Referência de Assistência Social Yullis Jordan.

#### **4 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA COMUNIDADE BELO HORIZONTE: EXPERIÊNCIAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL YULLIS JORDAN**

Para melhor compreensão da execução dos serviços de proteção social básica e dos programas de transferência de renda no município é importante reafirmar que o Centro de Referência do município de Anajás, foi campo de estágio supervisionado do I ao III de uma das discentes<sup>29</sup> deste trabalho. Todas as informações coletadas estão registradas em diários de campo e documentos emitidos à FACSS- Faculdade de Serviço Social, como relatórios ao final de cada estágio, assim como documentos de pesquisas.

A política de assistência social como já foi sinalizado anteriormente integra o tripé da seguridade social através da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no Artigo 194, o qual diz que a seguridade social e assume seu caráter protetivo se estabelecendo como um meio de conhecer o público mandatário e conduzi-los até às demais políticas sociais.

##### **4.1 Dos serviços de proteção social básica**

Sobre o centro de referência da assistência social do município de Anajás, o CRAS Yulis Jordan<sup>30</sup>, sabemos que atualmente é o único do município e não está situado em uma zona com maior vulnerabilidade, conforme é recomendado nas orientações técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (p.13, 2009). Porém, na época em que ele foi fundado ficava em uma zona territorial de vulnerabilidade. O papel do CRAS volta-se para um trabalho preventivo, seja de forma individual ou com as famílias.

<sup>29</sup> A discente Maria Elisane de Souza Silva, estagiou na instituição iniciando em outubro de 2019 e finalizando em outubro de 2022.

<sup>30</sup> Localizado na Rua Wilson Guimarães, Bairro Cidade Nova I, S/N - CEP: 68810-000- Anajás- PA. CNPJ: 18818945000180. Email: [crasyulisjordan@gmail.com](mailto:crasyulisjordan@gmail.com)

Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que disponha de espaço físico e equipe compatível. Quando desenvolvidos no território do CRAS, por outra unidade pública ou entidade de assistência social privada sem fins lucrativos, devem ser obrigatoriamente a ele referenciados. (MDS, 2009. p.9)

Outro ponto a destacar é que não existe CRAS – volante<sup>31</sup> ou equipe volante no município, os profissionais, esporadicamente, são deslocados para visitas e atendimento de urgência nas zonas rurais. Contudo, esses deslocamentos se dão em vista de convites por equipes profissionais de outras áreas, como saúde, educação e conselho do tutelar para ir até as zonas rurais participar de algumas ações para fortalecer o trabalho em rede, mas essas ações se dão pouquíssimas vezes durante o ano, ou mesmo, há ano que não é realizado nenhum tipo de ação em conjunto.

Diante da imensidão do território e da quantidade de comunidades que se encontram dispersas, a existência de uma equipe volante no município potencializa oferta de serviços da proteção social básica às famílias que vivenciam situações de risco e vulnerabilidade social. Muitas famílias ribeirinhas estão inseridas em algum programa social, como os de transferência, mas poucos estão tendo acesso aos serviços de proteção básica de assistência social de incumbência do CRAS. (Relatório Técnico Município de Anajás, 2021, p.46).

Embora a afirmação volte-se para um fato importante, o da necessidade de equipe volante no município, o mesmo relatório traz algumas informações que não condiz com a realidade, como a de que “também é disponibilizado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes e uma equipe Volante, referenciada ao CRAS para atendimento às famílias que estão localizadas em regiões ribeirinhas”. (Idem, 2021, p. 36). Porém, durante os períodos de estágios supervisionados, sempre foi enfatizado o fato de que não havia CRAS ou equipes volantes no município, o que acontecia era que, esporadicamente, um assistente social da unidade do CRAS se deslocava até uma localidade ribeirinha a convite de outras equipes como de saúde, educação ou conselho do tutelar para acompanhar as ações realizadas por elas.

Com isso, é importante destacar que mesmo com os desafios na efetivação dos serviços, a tentativa do trabalho em rede tem fomentado ações mais articuladas. Embora, para de fato ter um trabalho em rede, é necessário um planejamento em rede e não apenas o convite para acompanhar ações. Por isso, muitos profissionais estão percebendo a importância desse trabalho, o que tem demonstrado resultados positivos, principalmente em demandas sobre abuso e exploração sexual que envolvem crianças e adolescentes. Mas ainda é preciso avançar muito para ter um trabalho em rede fortalecido.

<sup>31</sup> A Equipe Volante integra a equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e tem o objetivo de prestar serviços de assistência social a famílias que residem em locais de difícil acesso.

O CRAS Yullis Jordan cumpre, de forma parcial, aos requisitos da efetivação dos serviços de proteção social básica, onde todos os projetos, programas e ações que chegam à população anajaense estão em consonância com os princípios e diretrizes da política de Assistência Social, embora o público-alvo seja as famílias que residem na parte urbana. Mas, não se pode esconder a fragilidade no quesito territorialidade, como supracitado, a maior parte da população encontra-se na zona rural e isso, torna-se um desafio para a atuação profissional no que se refere a efetivar os serviços de proteção social básica.

A territorialização refere à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento. A adoção da perspectiva da territorialização se materializa a partir da descentralização da política de assistência social e consequente ofertados serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários. Isso aumenta sua eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território. (MDS, 2009, p. 13)

Muitas famílias ribeirinhas estão inseridas em algum programa social, como os de transferência de renda, mas poucos estão tendo acesso aos serviços de proteção social básica da assistência social que é de incumbência do CRAS, como por exemplo os serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV e Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Estes serviços são efetivados apenas na parte urbana do município como já mencionamos, ainda que de forma positiva para quem recebe, entretanto, as famílias ribeirinhas não usufruem desses serviços.

A assistência social centra esforços na prevenção e enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco sociais, por meio de intervenções territorializadas e com foco nas relações familiares e comunitárias. Para cumprir tal finalidade, faz-se necessário planejar. Este planejamento consiste em uma estratégia de ação que estabeleça metas, procedimentos e métodos, compatibilizando necessidades e demandas com recursos e tempo disponíveis, de forma a possibilitar a organização do Sistema Único de Assistência Social no município. O planejamento baseia-se em uma leitura da realidade e visa promover uma mudança na situação encontrada, segundo objetivos estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Social. (MDS, 2009, p.15)

Nessa perspectiva, reforça-se a incumbência da assistência social através dos serviços ofertados por meio do CRAS, que é de efetivar os serviços de proteção social básica nos municípios. Porém, em Anajás os serviços chegam apenas em parte da população. Primeiro, pelos repasses destinados ao CRAS que se tornaram cada vez mais escassos, principalmente no período pandêmico.

A redução dos recursos, provocou impacto em todo o território nacional na PNAS, diante de aguçar o resultado da crise do capital e do desmonte da Seguridade Social, essencialmente necessária, para manter serviços primordiais para manutenção da vida.

Por essa questão, os mecanismos de combate à pobreza e a desigualdade social, em meio a pandemia foram mais fragilizados. Os principais reflexos, se deram principalmente para famílias mais vulneráveis, entre elas, que estão em situação de extrema pobreza e pobreza, que necessitam dos programas sociais ou vivem pela informalidade. (Félix, 2021, p. 107).

Com isso, os serviços de proteção social básica que “atendem o conjunto da população em situação de vulnerabilidade, incluindo pessoas inseridas no Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros” (MDS, 2023) acabam não sendo efetivados. Esses, na verdade, não são serviços isolados, mas que se estabelecem dentro de uma realidade articulada com estratégias de políticas públicas para determinadas famílias, nesse contexto, aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica. E nesse sentido, o resultado da nossa pesquisa foi bem enfático em relação ao não acesso das famílias aos serviços de proteção social básica, isso porque muitas famílias nem sabem o que significa o CRAS.

Sobre o acesso aos serviços de proteção social básica da assistência social, os entrevistados foram questionados sobre a seguinte pergunta: você sabe o que é o CRAS e os serviços por ele ofertados?

A maioria das pessoas entrevistadas disseram não saber sobre o CRAS. Seis responderam que não sabem. Três dessas seis pessoas não conseguiram responder sobre o que pelo menos acham o que seria, como podemos observar:

“Não sei, não sei pra que ele serve”. Rio Cururu (2023);  
 “Olha, eu não sei nem onde fica”. Rio Anajás (2023);  
 “Não, nem sei pra onde é que fica”. Rio Zinco (2023).

Apesar de não saberem o que é o CRAS, nem onde ele está localizado, todos sabem que existe a unidade no município. Três dos entrevistados responderam que não sabiam do que se tratava na unidade, ainda tentaram responder o que imaginavam que seria. Assim, tivemos as seguintes respostas:

“Não, é mais ou menos pra pesar as famílias do bolsa família”. Rio Buiuçú (2023);  
 “Não sei, eu fui uma vez pra tirar meu comprovante de residência pra abrir uma conta, acho que ele serve pra dar assistência para pessoas, assistência aos carentes”. Rio Aramã (2023);  
 “Não sei, mas eu sei onde fica, é tipo pra peso das crianças do bolsa, tipo pra tirar declaração de moradia quando a pessoa não tem papel de terra”. Rio Francês (2023).



Embora os entrevistados tenham afirmado que não sabem qual o papel do CRAS e dos serviços que ele ofertam, se arriscaram em responder que ele é responsável pela pesagem dos integrantes do programa Bolsa Família (até o momento da pesquisa Auxílio Brasil, mas como já supracitado, mesmo com a mudança de nome dos programas, as pessoas ainda remetem pelo antigo nome, Bolsa família) que, de fato por algum tempo aconteceu no CRAS, durante o ano de 2019, período de estágio, mas que agora acontece nas unidades básicas de saúde do município e também em locais estratégicos de bairros. Já na zona rural, acontece em um dia para cada polo<sup>32</sup> em dias marcados pela Secretaria de Trabalho e Promoção Social – STPS do município. Quanto aos dois outros entrevistados obtivemos as seguintes afirmações:

“Eu tenho uma ideia, mas não sei se tá certo. O CRAS é uma assistência que se dá para pessoas com deficiência, crianças, atendimento às crianças, famílias carentes, atendimento as pessoas especiais. Mais ou menos isso”. Rio Guajará (2023);

“Mais ou menos, tipo pra pessoas carentes, mas se eu tivesse passando por uma situação difícil, tipo financeira ou social, eu ia procurar a associação” Rio Mocoões (2023).

Essas foram as respostas das pessoas que tinham uma ideia do que seria o papel do CRAS e as ofertas dos serviços. Essa pergunta foi mais difícil para os entrevistados, principalmente para aqueles que não faziam ideia do que fosse a unidade, mesmo os deixando pensar sobre a pergunta. Por isso, no espaço de tempo em que eles pensavam, tentamos instigá-los a falar um pouco mais, perguntamos se alguma vez foram ao centro de referência, porém a maioria respondeu que nunca foram e desconhece até o lugar que fica localizado o CRAS.

É possível perceber que há desinformação a respeito do que foi perguntado, mesmo os que responderam, tem uma ideia distante do que deveria ser de fato o papel do CRAS. Segundo as orientações técnicas sobre o centro de referência de assistência social (2009. p.13) “O CRAS materializa a presença do Estado no território, possibilitando a democratização do acesso aos direitos socioassistenciais e contribuindo para o fortalecimento da cidadania”. Todavia, quando esses serviços não alcançam os sujeitos da política, essa democratização do acesso acaba sendo fragilizada, ou mesmo não efetivada, deixando de ser executados os serviços que são de responsabilidade do Estado.

<sup>32</sup> O interior do município de Anajás é dividido em doze polos, cada polo tem um cede, onde são as comunidades ou vilas com maior número de famílias. Essas vilas/comunidade é para onde vão os poucos serviços que são ofertados pelo município.

Na perspectiva de Aquino e Suto (2019, p.09), abordando a efetivação da política no território, diz que “devem garantir formas de abordagens culturalmente adequadas em que sejam respeitados os costumes e tradições dos povos ribeirinhos tradicionais e que lhes sejam garantidos os serviços, programas, projetos e benefícios da Proteção Social Básica”. Mesmo as autoras enfatizando o fato da efetivação da proteção social básica que atenda a realidade dos povos tradicionais, a discussão maior para realidade de Anajás é fazer com que esses serviços cheguem até as famílias ribeirinhas, ou mesmo que a elas sejam levadas informações a respeito de seus direitos.

Assim, como no âmbito local se expressam as desigualdades sociais, também é no território que se encontram as potencialidades para o enfrentamento destas desigualdades. Todavia, voltar-se para o território não significa esperar que somente a solidariedade e a sinergia comunitária serão capazes de enfrentar as situações de desproteção social. Ao contrário, significa o reconhecimento pela política de assistência social que a organização dos serviços por territórios torna possível, com uma boa gestão, construir a perspectiva do alcance da universalidade de cobertura da política de assistência social, a partir de suas particularidades e especificidades, bem como o compromisso do poder público com a oferta adequada e acessível a serviços. (Orientações Técnicas do CRAS, 2009. p.13).

Mesmo com o reconhecimento de que não se pode deixar as familiares desprotegidas socialmente, na realidade da Comunidade Belo Horizonte isso acaba acontecendo quando eles próprios estão lutando para não perderem os direitos conquistados; quando eles, ao se depararem com situações desafiadoras, preferem buscar associações ao invés de informações em unidade que por direito deveriam ter acesso, mesmo que fosse apenas informações.

A oferta dos serviços no CRAS deve ser planejada e depende de um bom conhecimento do território e das famílias que nele vivem, suas necessidades, potencialidades, bem como do mapeamento da ocorrência das situações de risco e de vulnerabilidade social e das ofertas já existentes. (Orientações Técnicas do CRAS, 2009. p.09).

As poucas informações que as pessoas sabem sobre o CRAS, estão ligadas às informações destinadas às pessoas inseridas nos programas de transferência de renda para o cumprimento das condicionalidades exigidas pelos programas. Entretanto, se essas informações chegam às familiares é possível criar estratégias para a divulgação do que é a unidade e qual o objetivo dos serviços que eles ofertam. Esperar que eles mesmos busquem essa informação é desresponsabilizar o Estado de cumprir o seu papel de efetivar a seguridade social.

Com isso, torna-se inviável conhecer as famílias e as dificuldades que elas enfrentam se a política não chega até elas. É importante lembrar que um dos princípios da política de assistência social é a universalidade. Mesmo com esse princípio, observamos que há muito para ser alcançado, pois, parece haver um abismo entre essas famílias entrevistadas e a garantia de

direito ligada à proteção social básica da assistência social. Para Aquino e Suto (2019, p.09). “[...] ribeirinho vive em meio a realidade da falta de efetividade das políticas públicas para atender de fato as suas especificidades e assim como a maior parte dos municípios do Marajó e da Amazônia as comunidades abrigam a precariedade ou inexistência de serviços básicos”.

Embora as autoras afirmem a inexistência dos serviços de proteção social básica, entendemos que eles existem, mas não efetivados juntos às famílias e, esse é um ponto importante. Uma vez que eles existem é necessário lutar para que sejam efetivados de forma universal, como diz a PNAS/2004 e, pensado no território em que cada família está inserida, como previsto nas orientações do CRAS (2009) para que assim seja possível realizar serviços e ações a partir do conhecimento da realidade, seja nas potencialidades ou fragilidades em que essas famílias estão inseridas.

No entanto, observa-se o isolamento dessas famílias, assim como a própria desproteção social descritas a partir das problemáticas por elas vivenciadas e relatadas durante as entrevistas. Por isso, considerando a desinformação dos entrevistados em relação ao papel do CRAS e o objetivo de seus serviços, no final de cada entrevista, as pessoas foram orientadas sobre o papel do centro de referência de assistência social no município e quais serviços que deveriam ser ofertados por ele como, por exemplo, PAIF e SCFV, os quais eram o público alvo desses serviços.

## **4.2 Dos programas de transferência de renda**

No que diz respeito aos programas de transferência de renda, hoje o mais conhecido é o Bolsa Família. Porém, após 18 anos de existência, em dezembro de 2021 foi substituído pelo Auxílio Brasil. Segundo o *site* de informações do governo federal (2023) “em fevereiro de 2023 o programa de transferência de renda do Governo Federal chegou a 21,8 milhões de famílias, a partir de um investimento de R\$ 13 bilhões”. É importante pontuar que a sua intenção desde sua implementação era o de complementar a renda das pessoas mais pobres e assegurar que essas pudessem ter acesso a um valor mensal que não precisasse de uma contribuição prévia.

Segundo Félix (2021), os programas de transferência de renda no Brasil foram criados no governo de FHC, pela lei de nº10.219 de abril de 2001, um programa ligado à educação que tinha como objetivo a permanência dos alunos na escola. Dessa forma, o programa ficou conhecido como Bolsa Escola e garantia às famílias uma renda mínima. A exigência da permanência nesse programa era que o aluno tivesse pelo menos 85% de frequência escolar. Posterior a isso, foram criadas transferências de renda ligadas à saúde como, por exemplo, o

Bolsa Alimentação. Ainda no mesmo ano, a partir do decreto nº 3.877 de 24 de julho de 2001 houve a criação do Cadastro Único do Governo Federal.

Os benefícios de transferência de renda segundo a PNAS:

Configuram-se como programas que visam o repasse direto de recursos dos fundos de Assistência Social aos beneficiários, como forma de acesso à renda, visando o combate à fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos, que levem à situação de vulnerabilidade social, criando possibilidades para a emancipação, o exercício da autonomia das famílias e indivíduos atendidos e o desenvolvimento local. PNAS (2004, p. 94)

O Cadastro Único é um pré-requisito para acessar os programas, com atualizações de informações sobre as famílias. Os programas de transferência de renda passaram por mudanças ao longo dos anos e dos governos, “No primeiro ano do Governo Lula foi intuída a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que unifica os programas de transferência de renda do Governo Federal, através do Cadastro Único e o Programa Bolsa Família (Félix, 2021, p. 41). Para Yazbek e Giovanni (2007), o objetivo dos programas de transferência de renda estaria vinculado a minimizar a pobreza e a desigualdade social em que as famílias em extrema pobreza se encontram, além de garantir autonomia para estes indivíduos.

Primeiro, embora os programas se diferenciem quanto aos critérios de elegibilidade, todos são focalizados no seguinte público-alvo: indivíduos ou famílias em situação de pobreza. Em outras palavras, a concessão dos benefícios não pressupõe pré-requisitos de caráter profissional, por exemplo, o que exclui da relação programas como o Seguro-Desemprego, que requer participação no mercado de trabalho por um determinado período ou o Bolsa-Atleta, destinado a praticantes de atividades esportivas. (Caderno SUAS, 2008, p.10-11).

Além de garantir que as famílias possam ter acesso às demais políticas públicas por meio de suas condicionalidades ligadas à saúde, a educação e à assistência social e, assim, possibilitar a melhoria de vida:

As condicionalidades são compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias quanto pelo poder público para reforçar o acesso das famílias a direitos sociais básicos. Para receber o Auxílio Brasil, é preciso cumprir requisitos de saúde, como vacinação e acompanhamento nutricional de crianças menores de sete anos e pré-natal de gestantes, e de educação, como taxas mínimas de frequência escolar. A aplicação dos efeitos do descumprimento dessas condicionalidades estava suspensa até março deste ano, em virtude da pandemia de Covid-19, e, posteriormente, devido a problemas operacionais que foram informados às gestões estaduais e municipais pelo Ministério da Cidadania. (site <sup>33</sup>da secretaria de desenvolvimento social, 2022)

<sup>33</sup> Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/condicionalidades-auxilio-brasil/> 23/02/18 às 9h12 - Atualizado em 26/01/22 às 16h04. Acessada em 23 de fevereiro de 2023.

Todavia, durante o período de pandemia do Covid -19 até março de 2022, o cumprimento das condicionalidades estava suspenso, com o intuito de evitar as aglomerações durante esse período em decorrência da necessidade de cumprir as medidas de segurança do período pandêmico. Além disso, como já explicado, o programa Bolsa Família garante às famílias usuárias uma renda mensal que contribui significativamente para melhores condições de vida.

Dentre os programas de transferência de renda existentes, tem-se: Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Agente Jovem, Auxílio-Gás, Programa Cartão Alimentação (PCA) e Programa Bolsa Família (PBF). Esses programas têm a finalidade de “Combater a fome; reduzir a mortalidade infantil; erradicar o trabalho infantil degradante e proteger o trabalhador adolescente e assegurar os serviços de proteção a população mais vulnerável à exclusão social”. (Brasil,2008, p.13). Ambos os programas têm conseguido redução da extrema pobreza e desigualdades sociais. Entre os programas acessados pelos entrevistados está o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que é:

É um programa de transferência de renda com condicionalidades, e às famílias beneficiárias são as que vivem em situação de pobreza, com renda per capita mensal de R\$ 60,01 a R\$ 120,00 e em extrema pobreza, com renda per capita mensal de até R\$ 60,00. Para participar devem estar devidamente cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do Ministério do Desenvolvimento Social. O CadÚnico, conforme informações disponibilizadas no site do MDS (Brasil, 2008a) é um instrumento de coleta de dados que identifica todas as famílias em situação de pobreza existentes no país. (Ruschel *et al.*, 2015).

Já o programa Auxílio Emergencial, criado sob Lei Nº 13.982 de 2 de abril de 2020, que segundo o *site* de informações do Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome - MDS (2023), surge “[...] com o objetivo de assegurar uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19) ”, onde muitas famílias da qual entrevistamos tiveram acesso ao período em que ele esteve em vigência.

De acordo com o *site* de informações do governo federal (2023) “O Governo Federal trabalha agora para viabilizar o novo Bolsa Família, que incluirá, dentre outras iniciativas, o pagamento de R\$ 150 a mais por criança de zero a seis anos de idade em cada família”. Com isso, novas mudanças surgirão e precisará da parceria entre Estados e municípios.

Os outros programas, apesar de existirem, não foi foram acessados pelos entrevistados como, por exemplo, os Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Agente Jovem, Auxílio-Gás e Programa Cartão Alimentação (PCA).

Porém, essas famílias devem, necessariamente, atender às condicionalidades que o

programa exige. A respeito dessas condições, destaca-se o lado positivo, o de que permite o acesso a outras políticas como, por exemplo, saúde e educação. Sobre as condicionalidades do Programa de transferência de renda Bolsa Família a partir das pesquisas realizadas até fevereiro de 2023 temos as seguintes informações:

Tabela 2 - Tabela sobre condicionalidades do Programa Bolsa Família

| CONDICIONALIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA |                                                                                                                                                                                     |
|--------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>SAÚDE</b>                               | Acompanhamento do calendário de vacinação e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos, pré-natal para gestantes e acompanhamento para as mães que amamentam. |
| <b>EDUCAÇÃO</b>                            | Frequência escolar de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos                                                                                                            |
| <b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>                  | Acompanhamento de ações socioeducativas para crianças em situação de trabalho infantil.                                                                                             |

Fonte: tabela realizada pelas pesquisadoras a partir das informações de controle do programa Bolsa Família, 2007.

As informações acima coletadas dizem respeito às condicionalidades estabelecidas pelo programa nos anos anteriores ao Governo de Jair Bolsonaro, onde esse em seu mandato substituiu o programa Bolsa Família para o programa Auxílio Brasil estabelecendo novos valores. As condicionalidades são para viabilizar “direitos sociais que deveriam ser garantidos e muitas vezes não o são, o programa desenvolve as condições mínimas para que os membros das famílias possam reivindicar o acesso às condições necessárias para o desenvolvimento das capacidades mínimas dos indivíduos” (Ruschel, 2015 p. 3-4).

Porém, mesmo com a estratégia de viabilizar direitos sociais, o acesso a essas políticas acaba por não chegar até às famílias e elas acabam sofrendo com essas problemáticas conforme podemos constatar na nossa pesquisa:

O principal problema é em questão a saúde, é que não temos um posto de saúde(...) Durante esse tempo para trás não tínhamos ACS, aí, agora de um ano pra cá, já temos! E aí, essa foi uma melhoria que ajuda bastante...E também em relação a educação, temos melhorado, mas não estamos no nível que queríamos estar. Acredito que não seja só lá, mas a educação de forma geral, está bem difícil. Principalmente pelo fato de que todo ano, estão querendo tirar a escola da comunidade, ficamos em uma situação complicada. Por conta da distância ainda ocorrem bastante desistências, as vezes não tem uma alimentação, não tem aquele apoio, aí chega na escola, não tem a merenda também, às vezes, aí já isso tudo já vai desmotivando...A distância é um fator que poderia fazer com que as crianças desistissem da escola, juntamente com a questão da merenda e um local adequado para estudar. (Rio Mocoões, 23 anos, 2023)

A fala do entrevistado reflete um dos problemas vividos atualmente pelas famílias da comunidade em questão. E não é o único, mesmo com as condicionalidades dos programas e a tentativa de garantir pelo menos o mínimo necessário, existe a fragilidade da não efetivação das políticas públicas em vários âmbitos. Obviamente, as condicionalidades não têm esse papel, mas, permitem o acesso, pelo menos, ao básico, de vacinação e frequência escolar. Entretanto, é importante destacar o quanto esse programa foi benéfico para as famílias dessa comunidade, pois, com seu acesso muitas crianças conseguiram permanecer na escola, trazendo mudanças em um cenário que já foi caracterizado por grande evasão escolar.

Anajás enfrenta, ainda, problemas de evasão, abandono e distorção idade-série. Na zona rural, um fator importante que contribui para que crianças e jovens deixem de frequentar a escola é o trabalho. Muitos pais precisam da ajuda dos filhos, que começam a trabalhar muito cedo, preferindo que as crianças e jovens trabalhem ao invés de estudar. A época da safra do açaí é um momento em que a frequência à escola cai e, muitas vezes, leva ao abandono ou evasão. Existem também situações de crianças e jovens que são direcionados da área urbana para a rural para trabalharem na safra do açaí. (Relatório Técnico município de Anajás, 2021, p. 31)

Embora existam casos de crianças que realmente trabalham nessa época de safra do açaí, é importante refletir que a necessidade do trabalho e as condições financeiras empurram muitas famílias a viverem essa realidade, justamente porque, por vezes, o único meio de subsistência se dá neste período. Todavia, cabe ao Estado intervir nessa realidade permitindo aos alunos estar em sala de aula e, ao mesmo tempo, garantir que essas famílias possam usufruir de condições de vida que permitam sua subsistência sem precisar retirar os filhos da escola.

Essas são questões que precisam ser pensadas sem responsabilizar inteiramente as famílias, embora seja dever, também, da família garantir que os filhos tenham acesso à educação. O artigo 205 da constituição brasileira de 1988 – CF/88 enfatiza para os deveres, em que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Por isso, essa cobrança para efetivação das políticas não deve partir apenas das famílias, mas de toda a sociedade.

É importante destacar que, durante as entrevistas com as famílias ribeirinhas, elas sempre se referiam ao Auxílio Brasil como Bolsa Família, compreenderam que essa questão de troca de nomenclatura era para adaptação política do governo. E mais, reconhecem o aumento do valor recebido, mas enfatizam para o fato de que não houve muitas mudanças no poder de compra dos alimentos da cesta básica, também pontuaram para o aumento do fardo da farinha

de mandioca, um dos principais alimentos das famílias ribeirinhas que aumentou muito durante o período de pandemia.

Esse governo do Bolsonaro, pra mim, piorou as coisas, o dinheiro congelou e só subiu as mercadorias, aí ele prometeu que ia pagar, disque 800 reais, nunca pagou e as coisas só subindo, aí ficou mais difícil. Durante a gente fazer uma compra, cansei de fazer compra aqui, com 600 reais, 500 né, levava até mais mercadorias que eu levo agora, levava bem dinheiro e agora não sobra quase nada, tá tudo caro, aí o resto a gente gasta no óleo da viagem né, pro óleo da viagem a gente gasta duzentos e poucos reais. (Rio Zinco, 69 anos, 2023).

Além do mais, o preço do combustível durante o ano de 2022 também afetou muito as famílias, pois o principal meio de locomoção exige combustível para deslocamento, o que tornou o gasto maior para vir até a parte urbana. Esse cenário eles atribuíram ao governo da época e o período pandêmico acentuou as expressões da questão social em que os brasileiros se encontravam. Para Félix (2021, p. 118):

a Pandemia acelerou o processo de crise do capital, com a diminuição da circulação de mercadorias, o aumento do desemprego e a destruição de postos de trabalho, a miséria, a fome e nas políticas sociais o desmonte do orçamento da Seguridade Social. Isso, refletiu na classe trabalhadora, condições de barbárie, do outro lado pelo fascismo brasileiro ovacionado pela elite dominante, que distribui notícias falsas (*fake News*) para justificar o crescimento dos monopólios na mesma proporção da crescente miséria social. (Félix, 2021, p. 118).

Para o autor, é preciso lembrar das tentativas de desmonte da seguridade social no período de governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, promovidos pelos não repasses de fundo para sustentar as ações da política. “A reformas fiscais, vindas do projeto neoliberal precariza a sustentação dos municípios brasileiros, na operacionalização da política pública”. (Idem, 2021, p. 74). Além disso, esse movimento parte de um cenário capitalista, onde diminuir as desigualdades sociais não é um objetivo, pelo contrário, se perpetua em detrimento do trabalho da classe trabalhadora.

Com a eleição, que levou a governo de Jair Bolsonaro ao poder, fortemente apoiado a direita e extrema direita brasileira, houve o superdimensionamento do desmonte do orçamento público. Desmanchando as conquistas sociais da classe trabalhadora, desmistificando o real provedor da crise do capital, acusando a política desenvolvimentista do PT como causadora da crise sistêmica, redirecionando a ineficiência do governo, com o crescimento de taxas de inflação e desvalorização da moeda, como reflexos do governo Lula. (Félix, 2021, p. 102).

Tomando por base todas essas informações, perguntamos aos entrevistados sobre a importância dos programas de transferência de renda para suas vidas e se, de alguma forma, isso contribuiu para a melhoria de vida deles e também de seus familiares. A respeito dessa indagação obtivemos as seguintes respostas:



foi bastante relevante a ajuda desse Benefício, até pra questão da alimentação, né...porque não era só pra educação, também contava pra alimentação. Já era um meio de se manter o aluno ali na escola. hoje já temos profissionais lá do local, trabalhando na própria escola da comunidade (...) talvez esse seja o diferencial, porque hoje, já não tem mais tantos profissionais de fora, como antigamente, né!? Hoje já são formados, várias pessoas da região que atuam lá mesmo, no local (...) tiveram várias situações de pessoas lá, com a ajuda desse auxílio conseguiram uma vida melhor, um trabalho melhor. (Rio Mocoões, 23 anos.)

De suma importância, pois contribuiu muito pra minha educação e educação dos meus irmãos. Os meus primeiros irmãos conseguiram estudar até a quarta série, e já os últimos... tenho quatro irmãos formados, sendo eu uma. (...) Tive que ingressar em uma faculdade particular, viajava para outro município, uma vez por mês eu tinha que ir fazer as provas e as vezes eu fazia duas viagens no mês, mas a maioria das vezes era uma(...) me ajudou muito na questão financeira. (Rio Aramã, 31 anos).

Por meio das narrativas, foi possível identificar a forma como os programas de transferência de renda têm sido responsáveis por uma mudança na realidade das pessoas. “O Bolsa Família é visto como um artifício para os pais estimularem a ida e o desempenho dos filhos à escola, dado que a frequência é um condicionante para seu recebimento” (Relatório Técnico município de Anajás, 2021, p.32). Pois, o incentivo ao acesso à educação tem conseguido fazer com que pessoas da própria comunidade busquem uma formação a nível superior e através do valor recebido pelos programas de transferência de renda financiar os custos dessas formações, já que todos os entrevistados de nível superior se formaram por meio de universidade privada.

Isso possibilitou que essas mesmas pessoas retornassem para as suas comunidades atuando como profissionais e pessoas engajadas em buscar o melhor para a comunidade. Por meio de lutas, de organização coletiva dos membros a partir das experiências adquiridas. Outro entrevistado nos trouxe sua experiência em relação ao Bolsa Família, ele nos apontou que, a partir do benefício, sua família passou a ter uma renda mensal, o que antes não acontecia.

Antes das pessoas receberem o Bolsa Família, a gente não tinha como é... digamos assim, uma renda mensal(...) e aí a partir que começamos a ganhar o Bolsa Família, a renda aumentou, mas então a teve mais condições pra comprar as coisas(...)a importância é que com esse benefício a gente pega o dinheiro, né!? Aí compra nosso material escolar, a gente compra alimentação, remédios e outras coisas também (...) O dinheiro ele não dá, apenas contribui com o que a gente tem, com o que a gente precisa. (Rio Francês, 29 anos).

O acesso ao programa Bolsa Família foi considerado, por muitos, como uma complementação de renda que contribuiu de forma significativa para o acesso de bens e serviços em um momento em que a renda mensal dessas famílias era incerta. A respeito do Auxílio Brasil criado em 2021 e vigente até o momento das entrevistas, também foram citados alguns

pontos, um deles foi a respeito do valor recebido, considerado maior. Em contraponto a isso, os mesmos entrevistados apontaram sobre o aumento dos preços dos alimentos e serviços.

Sem o auxílio a gente ia passar por uma dificuldade, ia viver devagar(...) porque a gente precisa muito, né. no verão é muito ruim de pegar dinheiro. A farinha tá um absurdo de caro, porque eu comecei a receber 235 reais (Bolsa Família), e eu comprava a mesma coisa que eu compro agora, não teve diferença. Desde que começou a pandemia já estava cara, aí foi ficando mais cara ainda, aí não baixou mais, a farinha fechou até 300 reais (Rio Cururu, 24 anos, 2023).

Durante as entrevistas com as famílias questionadas sobre quais serviços, programas ou projetos que elas estavam inseridas, foi identificado que todos os entrevistados se encontravam inseridos no CadÚnico. Além do mais, todos se encaixavam no perfil para ter acesso aos programas de transferência de renda. Em relação a renda *per capita* mensal das famílias, deveria ser de R\$ 105,01 e R\$ 210,00 para famílias que se encontravam em situação de pobreza e renda de até R\$ 150,00 para famílias em situação de extrema pobreza. (BRASIL, 2021). Abaixo uma tabela que a renda mensal das famílias entrevistadas, bem como outras informações a sinalizar:

Tabela 3 - Contagem sobre renda, gastos e tempos em viagens

| Nome        | Renda mensal                                | Integrante familiar | Renda <i>per capita</i> | Gastos com deslocamento  | Tipo de embarcação para chegar até a cidade | Tempo gasto |
|-------------|---------------------------------------------|---------------------|-------------------------|--------------------------|---------------------------------------------|-------------|
| Rio Zinco   | R\$ 1.302,00<br>(aposentadoria rural e BPC) | 03                  | R\$ 0                   | R\$ 251, 00 a R\$ 300,00 | Lancha <sup>34</sup>                        | 6 horas     |
| Rio Guajará | R\$ 600<br>(extração de açaí)               | 06                  | R\$ 100,00              | R\$ 201,00 a R\$250,00   | Lancha                                      | 6 horas     |
| Rio Francês | R\$ 1.200,00<br>(extração de açaí)          | 08                  | R\$ 150,00              | R\$ 151,00 a R\$ 200,00  | Barco da linha                              | 6 horas     |
| Rio Buiuçú  | R\$ 1.000,00<br>(extração de açaí)          | 02                  | R\$ 500,00              | R\$ 201,00 a R\$250,00   | Rabeta                                      | 2 horas     |
| Rio Cururu  | R\$ 1.000,00<br>(extração de açaí)          | 04                  | R\$ 250,00              | R\$ 151,00 a R\$ 200,00  | Rabeta                                      | 2 horas     |
| Rio Aramã   | R\$ 600,00<br>(Auxílio Brasil)              | 04                  | R\$ 0                   | R\$ 201,00 a R\$250,00   | Rabeta                                      | 2 horas     |
| Rio Anajás  | R\$ 600,00<br>(extração de açaí)            | 03                  | R\$ 200,00              | R\$ 50,00 a R\$ 100,00   | Lancha                                      | 6 horas     |
| Rio Mocoões | R\$ 1.000,00<br>(extração de açaí)          | 08                  | R\$ 125,00              | R\$ 101,00 a R\$ 150,00  | Barco da Linha                              | 6 horas     |

Fonte: dados da pesquisa

<sup>34</sup> Embarcação de madeira com capacidade de 12 a 20 pessoas.

As informações a respeito da renda das famílias são referentes ao período do inverno, que segundo os próprios entrevistados é o período mais forte da safra do açaí, possibilitando que as famílias tenham uma renda mensal mais estável. Em outros períodos do ano a venda do fruto é mais escassa e a única renda que essas famílias possuem acaba se limitando a venda do murumuru e do patauá, e dos programas de transferência de renda.

Na tabela buscou-se trazer informações sobre o valor dos gastos com combustível (transporte próprio) ou passagens (barco/lancha de linha) que o beneficiário tem ao se deslocar da comunidade até a sede do município para receber o valor do seu benefício. Para além disso, pelo tempo gasto na viagem, imagina-se que o valor dos gastos possa ser maior, pois nesse meio tempo as pessoas precisam se alimentar. Essa realidade que se apresenta e a qual fizemos questão de trazer ao exposto é vivenciada por grande parte das famílias que residem em comunidades da zona rural, quase metade do valor a ser recebido é gasto na viagem.

Conforme dados coletados, aos entrevistados eram destinados apenas os programas de transferência de renda, visto que, segundo a análise das falas, foi possível constatar que de fato existe uma lacuna a respeito do conhecimento das pessoas da comunidade acerca dos programas ofertados pela política de assistência social. Isso se apresenta como um grande problema, pelo fato de que é por meio dos programas que são executados por essas políticas e não apenas os de transferência de renda, que se tem acesso à política de proteção social da Assistência Social. Essa falta de conhecimento, supracitado, pode ser resultado da questão territorial que se apresenta em relação à distância geográfica da sede do município de Anajás, que influencia na ausência total ou parcial das demais políticas. Quando analisamos do ponto de vista da saúde e da educação, por exemplo, nota-se o quanto é difícil ter acesso ao básico e a forma como esses indivíduos se organizam na luta cotidiana para que esses mínimos não sejam retirados.

#### **4.3 Trabalho, benefícios não programados e programas de transferência de renda**

Para melhor compreensão da realidade das famílias entrevistadas, fizemos um mapeamento sobre os principais benefícios não programados<sup>35</sup>, que são aqueles que decorrem da impossibilidade temporária, ou mesmo, permanente do indivíduo a não exercer suas atividades laborais, e os programas de transferência de renda que já tiveram ou estão tendo

---

<sup>35</sup> Benefício não programado é aquele que decorre de contingências não programadas ao longo da vida laboral, não planejadas, que impedem o segurado de trabalhar de forma total ou parcial, temporária ou permanentes.

acesso. Foi possível constatar, a maioria das famílias já tiveram acesso à pelo menos um destes, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 4 - Mapeamento dos principais benefícios e programas de transferência de renda das famílias entrevistadas

| <b>PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA QUE AS FAMÍLIAS TÊM OU TIVERAM ACESSO</b> |                                                       |                                  |                                  |                                                            |                                  |                                  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|------------------------------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| <b>Entrevistados</b>                                                                                     | <b>Auxílio Brasil</b>                                 | <b>Auxílio Emergência</b>        | <b>Bolsa Família</b>             | <b>BPC –<br/>Benefício de<br/>prestação<br/>continuada</b> | <b>Auxílio-<br/>Doença</b>       | <b>Salário<br/>maternidade</b>   |
| Rio Mocoões                                                                                              | Atualmente não, mas já receberam                      | Atualmente não, mas já receberam | Atualmente não, mas já receberam | Não, nunca receberam                                       | Não, nunca receberam             | Não, nunca receberam             |
| Rio Anajás                                                                                               | Sim, atualmente recebe e é beneficiário/a             | Atualmente não, mas já receberam | Atualmente não, mas já receberam | Não, nunca receberam                                       | Não, nunca receberam             | Não, nunca receberam             |
| Rio Aramã                                                                                                | Sim, atualmente recebe e é beneficiário/a             | Atualmente não, mas já receberam | Atualmente não, mas já receberam | Não, nunca receberam                                       | Não, nunca receberam             | Não, nunca receberam             |
| Rio Guajará                                                                                              | Sim, atualmente recebe e é beneficiário/a             | Atualmente não, mas já receberam | Atualmente não, mas já receberam | Não, nunca receberam                                       | Atualmente não, mas já receberam | Atualmente não, mas já receberam |
| Rio Cururu                                                                                               | Sim, atualmente recebe e é beneficiário/a             | Atualmente não, mas já receberam | Atualmente não, mas já receberam | Não, nunca receberam                                       | Não, nunca receberam             | Não, nunca receberam             |
| Rio Buiuçu                                                                                               | Sim, atualmente recebe e é beneficiário/a             | Não, nunca receberam             | Atualmente não, mas já receberam | Não, nunca receberam                                       | Não, nunca receberam             | Não, nunca receberam             |
| Rio Francês                                                                                              | Sim, atualmente recebem, mas não é o/a beneficiário/a | Atualmente não, mas já receberam | Atualmente não, mas já receberam | Não, nunca receberam                                       | Não, nunca receberam             | Atualmente não, mas já receberam |
| Rio Zinco                                                                                                | Não, nunca receberam                                  | Não, nunca receberam             | Não, nunca receberam             | Sim, mas não sou o beneficiário                            | Não, nunca receberam             | Não, nunca receberam             |

Fonte: dados da pesquisa de campo.

No questionário, foram questionados sobre outros programas como: Bolsa Verde e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, mas, segundo os entrevistados nenhum recebe ou recebeu esses programas. Um entrevistado relatou que um membro de sua família recebe aposentadoria rural, já outro entrevistado disse receber pensão por morte, que são benefícios destinados mediante a contribuição para a previdência. Dessa forma, vimos que todas as famílias possuem uma fonte de renda (vinda programas e benefícios do governo federal) além do trabalho.

Já no que se refere ao trabalho exercido pelas famílias, a atividade madeireira ainda é presente na região, mesmo não sendo uma das principais alternativas para a subsistência da população ribeirinha. Por relatos dos próprios trabalhadores, a madeira mais comercializada é o caixilho<sup>36</sup>, que são utilizados para acabamentos e instalações de portas e janelas, nos últimos anos essa produção tem aumentado no município e com o uso de motosserra, facilita a extração da madeira para esse fim. Quando a madeira do terreno se esgota eles procuram outras áreas para comprar, compram por “pé” e espessura da árvore. A única época em que essa atividade é deixada de lado é nas safras<sup>37</sup> do açaí. Visto que a extração do açaí é uma atividade que não agride tanto a natureza, pois, para a coleta é necessário esperar o tempo do amadurecimento do fruto, o qual é colhido e vendido para atravessadores de fora, o inverno<sup>38</sup> é o tempo em que acontecem as principais safras.

Quando não tem pataúá, eles vão tirar açaí pro centro, né, na parte do verão é o palmito, né. Chega no período de inverno é o açaí, o açaí é o melhor que tem, é o mais fácil, não tem muito trabalho e ganha mais dinheiro., trabalho leve, tira só o fruto e o corte palmito vai acabar com a árvore, né? Os atravessadores tiram 2 reais de cada rasa, já vem descontado do pastor, como se aquele açazal dele, por exemplo, se sair mil rasa 1 real é dele, por exemplo, são 3 reais que estão ganhando, ele ganha 1 real de cada rasa, e as geleiras não vem buscar menos que mil, tem geleira que aguenta 1.500 2.000 rasas, aí é muito, poque tem muita geleira. (Rio Buiúçú, 24 anos, 2023).

Esses atravessadores, segundo os moradores, são geralmente de fora, advindos principalmente dos municípios de Belém, capital do Pará, Ponta de Pedras e de Macapá, capital do estado do Amapá. Além disso, foi relatado que o retorno financeiro do açaí possibilita a compra de bens para as famílias. O cultivo do Fruto necessita que haja uma preparação, ou seja, um manejo do açazal, preservando as áreas e roçando ao entorno delas, assim, facilita a extração para a venda e o dinheiro que é adquirido possibilita a compra de bens como motores,

<sup>36</sup> A população local costuma usar o termo “cartilho” para designar caixilho, em que também conhecidos como batentes e guarnições, são estruturas necessárias para a instalação de portas e janelas.

<sup>37</sup> Tempo de amadurecimento de açaí, em que são coletados e vendidos.

<sup>38</sup> É importante sinalizar que o inverno amazônico dura a metade do ano, que é marcado por chuvas constantes e a subida das marés.

embarcações pessoais, eletrodomésticos e utensílios necessários, priorizando o mais necessário para o momento.

No entanto, há transtornos na região, relacionados à compra e venda do açaí, relatados por quase todos os entrevistados, onde pessoas de influência que vivem em outras localidades próximas às comunidades cobram uma espécie de taxa por cada raza que os ribeirinhos vendem para as geleiras. A indignação maior das famílias está ligada ao fato de que essas pessoas, que cobram esses “tributos” sobre os produtos, não são donos das terras e não coletam os frutos. Questionados sobre o que essas pessoas alegam para essas ações, eles dizem que é pelo fato de as geleiras ficarem em seus trapiches, mesmo dizendo que eles podem atracar suas embarcações em outros trapiches, mas os donos de geleiras têm medo de retaliação. Então, as geleiras pagam menos aos ribeirinhos, que são donos e coletores de açaí e pagam para essas pessoas que cobram o valor de cada rasa que os “peconheiros” tiram.

Só que a gente não tem essa total liberdade de vender o nosso produto pelo preço que a gente quer. Sempre tem pessoas impondo os preços, impondo regras. Então fica bem difícil. Essas pessoas que controlam o preço, elas são pessoas que vieram de fora, então existe comunidade mais próxima da nossa, então eles criaram o poder e colocaram essas regras. Então as pessoas que vem comprar açaí se não ficarem no porto das pessoas e dar o tanto do preço que eles querem a gente não consegue vender o produto. Quem paga o preço somos nós ribeirinho, pra beneficiar as pessoas que não são donas de terrenos e que se beneficiam dos pobres peconheiro que tiram por rasa. Então, são várias pessoas que impõe essas leis, que são leis que não tem nada a ver, e aí o preço fica mais baixo. Aí prejudica o ribeirinho, o peconheiro. (Rio Guajará, 33 anos, 2023).

A pessoa entrevistada citou esses acontecimentos como um dos principais problemas da região. Isso porque quando eles falam da principal fonte de renda citam as safras do açaí como o principal tempo para ganhar dinheiro de forma que venha suprir as necessidades básicas das famílias. Entretanto, essa fonte de renda acabou gerando uma forma de exploração, pois algumas pessoas que não moravam na localidade, que fazem parte da região, nos últimos anos passaram a residir e utilizar de influência e poder (desconhecidos pelas famílias) para conseguir manipular os preços do açaí, cobrando uma espécie de imposto dos produtos, os quais são de propriedades das famílias ribeirinhas.

As famílias que já tiram o açaí contando que o dinheiro a mais, mas aí lá na frente tiram pra dar pra essas pessoas que as vezes nem chegam no pé de um açazeiro pra tirar açaí. Aí eu queria saber assim, caso vocês se recusem a dar essa taxa, o que acontece? Não. Podemos. Mas é difícil porque a as pessoas que vão comprar elas vão diretamente com essas pessoas. Então elas vão diretamente e eles falam olha o preço é isso. Se você não ficar aqui você vai embora. Aí simples quem vai comprar e não quer ir só gastar. Então ele se sujeita. Aí ele fica lá então nós não temos pra quem vender, aí nós não temos saída. Aí temos que se sujeitar a vender lá. Mas quando entra outros que não se enquadram lá, que são fortes porque só se for um bem forte que tenha mais poder que outras pessoas, aí sim, a gente ainda vende isso aí por um bom, preço, mas enquanto não entrar não vende. (Rio Guajará, 33 anos, 2023).

Mesmo os moradores enfrentando esses conflitos, ainda assim, a coleta do açaí é a melhor alternativa para conseguirem dinheiro, pois, além de ser uma das alternativas mais viáveis para o momento, já que a madeira não se recupera tão rápido, permite que as famílias se preparem para o período de verão, que dura 6 meses, é o período que tem poucas alternativas para o trabalho e é mais escasso para viver da caça e pesca.

Essa falta de conhecimento pode ser resultado da questão territorial que se apresenta através da distância geográfica em relação a sede do município de Anajás, que influencia a ausência total ou parcial das demais políticas existentes. Quando analisamos do ponto de vista da saúde e da educação, por exemplo, nota-se o quanto é difícil ter acesso ao básico e a forma como esses indivíduos se organizam na luta cotidiana para que esse mínimo não seja retirado.

Em relação ao meio onde essa sociedade desenvolve e reproduz suas relações, tem-se o extrativismo como a principal atividade da qual decorre grande parte da renda das famílias. Com base na análise das falas coletadas, existe uma questão que requer maior cuidado. Trata-se da relação no controle de preços dos produtos a serem comercializados, onde o produtor passa a submeter-se a alguém que tem um certo “poder” dentro desse território e determina os preços de tais produtos.

Todavia, nestes dois últimos anos, por meio da Associação APRUNAV, as famílias têm a alternativa de trabalhar com a colheita de murumuru e patauá, mas existe uma preocupação dos moradores em relação ao tempo de colheita. O murumuru consegue dar frutos o ano todo, mas, o patauá leva dois anos, que nem sempre é garantia de uma boa colheita. Quando essa demora acontece, então as principais fontes de renda voltam-se para a extração da madeira e do palmito. O palmito é uma atividade bem recorrente no município, entretanto, nesta comunidade os moradores preferem não cortar, pois, é necessário manter as árvores para a colheita do açaí, quando é possível ter um retorno financeiro mais expressivo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da presente pesquisa, buscou-se pontuar as principais questões a respeito da efetivação da política de proteção social básica em comunidades ribeirinhas, tendo in loco a comunidade ribeirinha Belo Horizonte do rio Guajará, no município de Anajás- Marajó/PA. O intuito é trazer essa temática para conhecer e fazer uma análise crítica-reflexiva, sobre os caminhos pelos quais a política de assistência social percorre para chegar às comunidades ribeirinhas, ou a ausência desta para as comunidades ribeirinhas, enfatizando a importância que esta política e os seus serviços representam para as famílias que vivem às margens dos rios.

Nessa perspectiva, entre os principais questionamentos está o desafio em efetivar a política de assistência social, considerando o território dessas famílias, a distância em que estas precisam percorrer para acessar algum serviço e mostrar o desafio de efetivá-los nas áreas em que estas famílias residem, pois, existe apenas um CRAS no município e é extremamente desafiador efetivar a política para uma população estimada em 30 mil habitantes, com um dos piores Índices de desenvolvimento do Brasil, sem o suporte de pelos menos um CRAS volante para o município.

Diante disto, este estudo se propôs a conhecer o perfil das famílias residentes na comunidade, sua organização, suas tradições, o modo de trabalho que desenvolvem e a forma como eles se relacionavam entre si, compreendendo, que todo esse processo faz parte da sua organização social e que todo histórico de exploração decorrente dos períodos da madeira e borracha, refletem significativamente nas relações sociais existentes, a construção de identidade que se estabelecem a partir das relações que vão se dão nesses espaços de vida e resistência, uma reflexo da construção de identidade e realidade de um território.

Percebe-se que durante os questionamentos sobre os principais problemas que as famílias enfrentam, haviam muitas reclamações que no geral estavam ligadas a saúde, educação, saneamento básico e conflitos ligados ao uso e direito de terras. Porém, a que se destacou com maior ênfase foi a tentativa de retirada da escola, onde pela organização e luta dos moradores isso não foi possível, pois, por essa organização coletiva foi possível pressionar os representantes e gestores escolares. Com isso, a escola recentemente até passou por reforma e as ameaças de retirada foram se amenizando. Além do mais, alguns entrevistados também falaram sobre a tentativa de retirada da associação APRUNAV, mas que também não obtiveram sucesso devido à mobilização dos moradores.

Outro ponto a destacar está relacionado às atividades de trabalho ligadas à extração do açaí, onde eles relatam que pagam uma taxa sobre cada raza de açaí coletada. Os próprios



apanhadores da fruta entendem que essa cobrança é indevida, colocando em discussão que eles são donos das terras onde são apanhados os frutos, são eles próprios quem fazem a coleta, então não seria justo pagar qualquer tipo de arrendamento na medida que as pessoas que cobram não são donos das terras e não são apanhadores/coletores de onde é realizado a extração do açaí. Além disso, questionados sobre a possibilidade de denunciar esses acontecimentos, os moradores temem sofrerem algum tipo de retaliação.

Além do mais, a falta de um posto de saúde na comunidade também foi citada como algo necessário para a melhoria de vida das famílias. Citaram ainda, a ausência de saneamento básico que se agrava no inverno, pois é quando a maré tem seu nível mais alto e há muito lixo nos rios. Com isso, o aparecimento de doenças é mais frequente, principalmente doenças como diarreia e vômitos. Ademais, a entrevistada mais jovem citou a necessidade de criação de uma área de lazer, pois não há na localidade e nem nas localidades vizinhas um espaço para que as pessoas possam se divertir sem estarem ligadas às atividades religiosas, com isso ela acredita que seja algo muito importante para si e para as demais pessoas que moram na região.

Dessa forma, foi possível descobrir que os moradores da comunidade se organizam muitas vezes por meio de reuniões que visam, na maioria das vezes, resolver problemas referentes a questões como saúde, educação, saneamento básico e conflitos ligados ao uso e direito de terras. Nessa perspectiva, questiona-se sobre “o que de fato deveria ter sido feito para que essas pessoas pudessem usufruir dos mínimos sociais? ”, e “quais ações poderiam ser pensadas para solucionar essas problemáticas? ”. Pensar sobre isso remete a organização da classe trabalhadora, através de reivindicações e lutas sociais, por melhores condições de vida e pelo direito ao acesso às políticas públicas, para que possam trazer respostas em relação ao acesso dessas políticas as famílias ribeirinhas, como ao longo da história foram conquistados, como, por exemplo a Constituição Federal de 1988 e dos marcos legais reguladores subsequentes, marcados por lutas e resistências da classe trabalhadora, sem deixar de enfatizar o papel do Estado em assegurar seguridade social por meios das políticas públicas.

Com a pesquisa exploram-se os aspectos históricos que contribuíram para a construção da identidade das pessoas que residem hoje na comunidade, onde destaca-se a relação com o meio ambiente e das questões referentes a forma de trabalho que nele se desenvolvem, por meio da extração de recursos naturais que contribuem para a obtenção de renda dessas famílias. Foi possível detectar, quão precarizados estão sendo ofertados os serviços que chegam até a comunidade, quando o chegam, exposto ao longo trabalho, um serviço que deveria ser tido como de prevenção, acaba sendo realizado apenas em caráter de urgência quando solicitado por outras políticas em ações conjuntas, como a proteção social especializada.

Nesse sentido, uma das causas que podem ser relacionadas a essa questão é a ausência de ações interventiva por parte dos governantes, sendo os principais responsáveis por garantir que as políticas cheguem na sua totalidade à população que dela demanda. Pois, embora seja positiva a mobilização coletiva dos trabalhadores, isso não deve eximir a responsabilidade do Estado e representantes políticos da sociedade em trabalhar para melhores condições de vida para a sociedade. Dessa maneira, há a necessidade uma análise crítica sobre a rotatividade dos profissionais em serviços social nas secretarias de assistência social, presentes no município. Pois, propiciam a descontinuidade dos serviços ocasionando a fragilização das ações dos serviços para as famílias.

Por isso, diante desse cenário é necessário sinalizar para o fato da influência da Universidade Pública na formação e discussão do tema, pois, do ensino público, através da Universidade Federal do Pará – CUMB, com o tripé do ensino, pesquisa e extensão, que contribuiu para que pudéssemos conhecer a realidade do nosso próprio território. Diante disso, estudar e dar visibilidade às pessoas, evidenciar que há muito a ser apresentado sobre essa Amazônia marajoara. Foi nas pesquisas em campo realizadas nas disciplinas que ouvimos os marajoaras falando de suas histórias, experiências e modo de vida, foi a partir das atividades de extensão e programas realizados pela FACSS que tivemos a possibilidade de contar um pouco da realidade destes povos.

Não se pode deixar de pontuar sobre a importância de trabalhos de pesquisadores locais, que também sentiram a necessidade de trazer a realidade do município a partir de outras questões pouco exploradas e pouco visibilizadas. São fragmentos de uma realidade que precisa ser mostrada, mesmo que isso seja extremamente desafiador. É falar sobre a realidade da qual faz parte a construção de identidades, e isso é de suma importância para que outras pessoas se sintam encorajadas a falar sobre suas experiências e sejam resistentes ao modo de vida que não é compatível com as populações tradicionais.

Em relação a produções ligadas ao município de Anajás, verifica-se que quase não existe, por esse motivo não obtivemos acesso a muitas informações pertinentes ao trabalho. Ao longo da pesquisa encontra-se muita desinformação a respeito da história do município, em razão disso, fez-se necessário buscar em vários sites e documentos sobre essas informações e ainda assim, encontramos com versões diferentes, como por exemplo a data de surgimento do município de Anajás. Em relação a isso, fomos até a casa da cultura para tentar obter mais dados e lá encontramos um lugar simples, com alguns fragmentos de artefatos indígenas, algumas fotos antigas de ex-prefeitos e alguns livros. Questionados sobre se algum desses traziam as

informações sobre o município de Anajás, a resposta foi de que não havia nada específico documentado, apenas livros sem referência com município.

Portanto, ainda neste momento, uma das pessoas que nos recebeu, que é historiador, nos disse que a história do município vem sendo pouco preservada e que os fragmentos de artefatos indígenas que ali se encontram, foram descobertos por pessoas do município. Nos relatou, entretanto, que há um tempo atrás uma equipe de fora, composta por mergulhadores e pesquisadores, foi até o município demonstrando interesse sobre as origens desses artefatos e disseram que iriam fazer o relatório sobre essa pesquisa, mas ele não soube dizer se houve retorno, já que, não tiveram acesso a qualquer informação sobre as pesquisas, ou mesmo o objetivo dela. Com isso, tentamos procurar mais informações sobre, mas não conseguimos encontrar nada ligado a essa investigação.

Em virtude desses acontecimentos, de ausência de informações, já imaginávamos que seria desafiador falar sobre o loco da pesquisa. Com isso, procuramos saber se havia algum documento sobre a comunidade, os entrevistados responderam que já houve tentativa para registrar a comunidade, mas não deu certo. Entretanto, não souberam informar as causas. A partir disto, já que a comunidade é católica, tentamos um contato com alguém que faz parte da paróquia de Soure, onde fica a prelaia do Marajó, composta pelos municípios de Anajás, Afuá, Bagre, Chaves, Breves, Melgaço, Portel, Salvaterra e Soure, mas também relataram a ausência de documento que comprovasse a criação da comunidade. Com isso, mais um questionamento nos veio à mente, em relação à falta de conhecimento dos entrevistados a respeito das origens da comunidade, seguida da seguinte reflexão: “um povo que não conhece sua história é um povo que desconhece também sua identidade”. Por isso vimos a necessidade de incluir no roteiro questionamentos, informações que nos permitiram conhecer essa parte histórica do território da pesquisa.

A partir das questões levantadas pelos próprios moradores, destaca-se a necessidade de continuar novas pesquisas a partir das questões apontadas, visto que, há poucas produções ligadas à área da pesquisa sobre comunidades ribeirinhas e sobre o próprio município. As pesquisas contribuem para o conhecimento da realidade das famílias, do território, do modo de vida e dos principais desafios que essas famílias enfrentam. Além do mais, a partir das demandas apresentadas é possível ter um ponto de partida para novas pesquisas, para novas descobertas e novos contatos que possam contribuir de alguma forma com estas famílias.

Outro ponto a destacar é que apesar das famílias lutarem por aquilo que elas acreditam ser suas por direito, o que é importante e positivo, há a necessidade de algumas questões cheguem ao conhecimento público para que seja feita uma intervenção. Não dá para esperar

que essas famílias se submetam a exploração que se apresentam na atual conjuntura, como por exemplo, o direito ao uso das terras, que se caracteriza pelos processos de coerção e opressão decorrentes dos modelos de exploração que ao longo da história foram se perpetuando, porque isso é uma violação de direito. E aqui abre-se uma crítica aos programas recentemente criados para o Arquipélago do Marajó, sem de fato terem sido pensados para a região e todas as suas especificidades, como, foi o exemplo, o programa intitulado “Abrace o Marajó”, que contribuiu para a marginalização do povo marajoara, e é contra esse tipo de desrespeito que é necessário falar da realidade desse território para combater os estigmas e violações que se apresentam por meio de falácias e ideologias que promovem a extinção e desigualdades da população.

Obviamente que o modelo capitalista estabelecido na nossa sociedade é a principal causa dessas explorações, ele visa apenas a exploração e lucro para poucos, não se interessa em respeitar e preservar as regiões. Além disso, esta região é desenhada não como uma região de indústria, é um modelo de exploração voltado para os recursos naturais. Então, esse capitalismo está muito atrelado ao paternalismo, a filantropia, justamente porque a política de proteção social básica acaba por não chegar a todas as famílias. Ao passo que isto foi fomentado por um cenário político de extrema-direita, com propostas políticas excludentes, tendo como consequência essa política de morte que é a Necropolítica.

Além do mais, não podemos deixar de citar que o Marajó atualmente passou por um programa de governo vinculado à extrema-direita, revestido do discurso de melhoria de vida e desenvolvimento para a região. Com isso, obviamente, houve uma notoriedade midiática ocasionada pelos projetos propostos para a região, como o Abrace Marajó, assim como as declarações fantasiosas nos últimos anos, como a necessidade de construção de uma fábrica de calcinhas para amenizar o abuso e exploração sexual da região, além da declaração de crimes ligados à tortura e ao tráfico humano de crianças. Contudo, isso ocasionou a criminalização da região, apresentada apenas como um lugar de exploração sexual de crianças e pobreza, e apresentou um descaso no período de pandemia, cortando gastos públicos no período em que mais as pessoas precisaram, ou seja, criando um estado de desproteção social, o inverso do que deveria acontecer.

Diante disto é importante destacar que a Assistência social não é a solução para todas as demandas, ela é um instrumento que pode ser utilizado para chegar às famílias, conhecer a realidade destas e propor intervenções que contribuem para a melhoria de vidas de muitas pessoas. Dessa maneira, a constituição diz que todos temos direito à seguridade social, ou seja, Saúde, Assistência Social e Previdência, mas a política no município em questão possui um caráter mais urbano, não chegando às zonas rurais com ações como PAIF e BPC escola, por

não dispor recurso para isso. Além disso, os benefícios da previdência chegam por meio de atravessadores, então existe sim a ausência de políticas públicas, ou fragilidade destas.

Em síntese, é necessário esclarecer que a política de Assistência Social, não está sendo efetivada da maneira que deveria ser: universal e respeitando a territorialidade de cada pessoa e família que foi entrevistada. Por isso, a política de Assistência Social é extremamente necessária, mesmo com pouco recurso, quando efetivada da maneira como deve, ela se torna um importante instrumento de transformação da realidade, uma transformação voltada para a justiça social e para a diminuição das desigualdades sociais.

A pesquisa contribuiu significativamente para dar visibilidade às famílias ribeirinhas, à medida que estas permitiram conhecer um pouco a sua realidade. Com isso, não há pretensão em esgotar uma temática tão importante, pois considera-se que possui grande relevância para tanto quando se fala em políticas públicas e garantia de direitos, questões que atravessam o Serviço Social. Isso porque, o não acesso aos serviços da assistência acaba por contribuir para os acirramentos das expressões da questão social, o que requer assim muitos outros estudos e discussões. Por esse motivo enfatiza-se que o campo da pesquisa estará sempre aberto a novas descobertas e análises e que esse trabalho poderá contribuir no processo de estudos posteriores e colaborar para a ampliação das discussões acadêmicas, mas também para as instâncias que operam as políticas públicas, principalmente voltadas às comunidades e famílias ribeirinhas.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Enilde Santos de et al. Panorama da disposição de resíduos sólidos urbanos e sua relação com os impactos socioambientais em estados da Amazônia brasileira. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana [online]**, v. 13, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20190263>. Acesso em: 5 Janeiro 2023.
- AQUINO, Ana Benedita Dias; SUTO, Gabriela Alves. O limite territorial da política de assistência social: desafios à consolidação da proteção social aos povos ribeirinhos marajoaras. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9., 2019. Civilização ou Barbárie: o futuro da humanidade. UFMA – Universidade Federal do Maranhão – 20 a 23 de agosto de 2019.
- ALMEIDA, S. L. de .. (2021). Necropolítica e neoliberalismo. **Caderno CRH**, 34 (Cad. CRH, 2021 34). Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.45397>. Acesso em: 23 de janeiro de 2023.
- AMÉRICO, Merize de J. S. **Trabalho infantil e reprodução Social de famílias ribeirinhas: estudo das medicações e particularidades nos rios do Marajó/Pá**. Orientador: Reinaldo Nobre Pontes. Belém, 2022.
- BEHRING, E. R., & BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2016. (Biblioteca Básica Do Serviço Social, v. 2).
- BEHRING, E. R. A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil. **SER. Social**, [S. l.], v. 18, n. 38, p. 13–29, 2016. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/14265](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14265). Acesso em: 14 fevereiro de 2023.
- BOSCHETTI, Ivanete. A Seguridade Social na América Latina após o dilúvio neoliberal. Rio de Janeiro: Observatório da Cidadania, **IBASE**, v. 11, p. 91-98, 2007.
- BOSCARI, Marilene; SILVA, Fátima Noely da. **A Trajetória da Assistência Social até se efetivar como Política Social Pública**. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/ries/article/view/341>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- BOSCHETTI, Ivanete. Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira. **Psicologia & Sociedade**, 15(Psicol. Soc., 2003 15(1), 57–96. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000100005>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social na América Latina após o dilúvio neoliberal**. Observatório da Cidadania. 2007.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001. PDF.

BRASIL. Ministério da cidadania. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mais-de-5-2-milhoes-de-familias-sao-contempladas-pelo-auxilio-brasil-no-sudeste-em-julho> Acesso em 31 de agosto de 2022.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Programa Abrace o Marajó**: Plano de Ação 2020-2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). **Norma Operacional Básica** (NOB/Suas). Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/abrace-o-marajo>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]. Brasília: SupremoTribunalFederal, secretariadedocumentação. Atualizada CE n. 105/2019. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em 25 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Grupo Executivo interministerial. Grupo executivo fazer Estado do Pará. **Plano de Desenvolvimento Territorial sustentável fazer arquipélago fazer Marajó**. 2007

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (MDS). **Participar de Serviços da Proteção Social Básica** - programas e benefícios assistenciais "Proteção Social Básica", "Serviços do CRAS". Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/cadunico> Acesso em 23 de fevereiro de 2023.

CARVALHO, Gabriela Figueiredo. **Assistência Social no Brasil: da Caridade ao Direito**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Bacharelado em Direito. 2008. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). 2008.

CASTILHO, D. R.; Lemos, E. L. de S. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **Revista Katálysis**, 24(Rev. katálysis, 2021 24(2). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75361>. Acesso em 23 de janeiro de 2023.

COSTA, Leila Karla Fernandes da. Os sistemas de proteção social no Brasil no contexto do capitalismo contemporâneo: tendências e desafios. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS- JOINPP, 4., 2008. **Anais...** São Luís 25 a 28 de agosto de 2008.

COSTA, Najara Mayla do Socorro Veiga. Amazônia no contexto da acumulação capitalista: a particularidade de pequenas cidades amazônicas. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015. **Anais...** São Luís/Maranhão. 2015.

COUTO, Marlen.. Em culto, Damares acusa sem provas tráfico de crianças na Ilha de Marajó. **Extra/Globo**, Rio de Janeiro, 10/10/22. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/politica/em-culto-damares-acusa-sem-provas-trafico-de-criancas-na-ilha-de-marajo-25587729.html>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2023.

FEITOSA, Emí Vilas Boas. A lógica do capital na Amazônia e as populações tradicionais da região. In: **Internacional da Amazônia**: "O olhar dos internacionalistas amazônidas para o mundo". Disponível em: <https://internacionaldaamazonia.com/2021/03/17/a-logica-do-capital-na-amazonia-e-as-populacoes-tradicionais-da-regiao/> Publicado em 17 de março de 2021. Acesso em 23 de janeiro de 2023.

FELIX, Ourípson Dalvan Lopes. NERY, Elaine Lobato. A extração da borracha e a “questão social” na Amazônia: os reflexos na cidade de Breves/ PA. CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, v. 16 n. 1 (2019): Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/795> Acesso em 22 de novembro de 2022.

FELIX, Ourípson Dalvan Lopes. **Amazônia Marajoara**: os impactos no contexto da pandemia do sars-cov-2 na Operacionalização do Sistema Único De Assistência Social/SUAS no município de Breves. Belém – Pará. 2021.

FREITAS, Anderson Nayan Soares. Serviço social “Questão social” e Lutas sociais no Brasil: do império à contemporaneidade. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social- ENPESS, São Paulo, de 02 a 07 de dezembro de 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**.4. Ed.-São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, Yolanda; Grave Ortiz, Fátima; Valente Santana, Joana; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. Elementos para o debate contemporâneo da “questão social”: a importância de seus fundamentos. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 11, núm. 2, julho-diciembre, 2007, pp. 237-254.

HARVEY, David. **O Novo imperialismo**. 7ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HERRERA, J. A., MOREIRA, R. P., & BEZERRA, T. S. L. A amazônia: expansão do capital e apropriação dos recursos naturais José. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 12, (2) (2016). Disponível em: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v12i2.2319>. Acesso em 23 de janeiro de 2023.

PARÁ. Prefeitura Municipal de Anajás. Histórico. **Formação sócio espacial do município de Anajás**. Disponível em: <https://anajas.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acesso em 16 de dezembro de 2022.

HÜMMELGEN, I. Políticas neoliberais de Damares Alves: uma análise a partir da teoria da reprodução social. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, v. 16, n. 00. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/17285> Acesso em: 25 jan. 2023.



IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

LIRA T de M, CHAVES M do PSR. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**, Campo Grande, 2016 17(1). Disponível em: <https://doi.org/10.20435/1518-70122016107>. Acesso em 23 de janeiro de 2023.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 16, n. 45, p. 107–121, 2002. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9872>. Acesso em: 14 ago. 2022.

MOTA, Ana Elizabete (org.). **O Mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4 edição – São Paulo. Cortez, 2010.

MAURIEL, A. P. O. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. **Revista Katálisis**, 13, 2010, 173–180. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000200004> Acesso em: 23 de fevereiro de 2023.

NASCIMENTO, Paula Fonseca do. MELAZZO, Everaldo Santos. A incorporação do conceito de território pela Política Pública de Assistência Social como estratégia de gestão nas áreas de abrangência dos CRAS. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/140276>. Acesso em 15 de janeiro de 2023.

PALHETA, Mônica Malcher. **Ensino de história e história local**: memórias e historicidades de Anajás na Escola Professora Prudência Borges de Menezes, Anajás-PA. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História/ Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal do Pará. Campus Universitário de Ananindeua. 2021.

PNAS - Política Nacional de Assistência Social. 1.ed.- Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social, 2004.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.undp.org/es/latin-america/publications/capitulo-1-irdh202> Acesso em: 01 de setembro de 2022.

PARÁ. Relatório Técnico Município de Anajás - PA. **Diagnóstico das condições de educação, saúde e violência na Ilha de Marajó e suas interfaces com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente**. Execução: Herkenhoff & Prates. 2021.

ROJAS COUTO, Berenice. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? – São Paulo. Cortez, 2004.

ROLIM, D. C. Demandas dos povos da floresta e a oferta da Política de Assistência Social no contexto amazônico brasileiro. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, 20(1), 2021. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2021.1.37160>. Acesso em: 23 de janeiro de 2023.

SANTOS, Cássio Rogério Graças dos; SALGADO, Mayany Soares; PIMENTEL, Márcia Aparecida da Silva. **Ribeirinhos da Amazônia: modo de vida e relação com a natureza**. 2010. Disponível em: [https://www.gog.le.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2012/trabalhos/sessao\\_3/sessao\\_3D/03\\_Cassio\\_Santos.pdf&ved=2ahUKEwj\\_j87\\_uL3eAhWBvJAKHfwaABoQFjAAegQIBBAB&usq=AOvVaw1IFPhqqZ\\_otBEhuKhIHinQj](https://www.gog.le.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_3/sessao_3D/03_Cassio_Santos.pdf&ved=2ahUKEwj_j87_uL3eAhWBvJAKHfwaABoQFjAAegQIBBAB&usq=AOvVaw1IFPhqqZ_otBEhuKhIHinQj). Acesso em: 23 de janeiro de 2023.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial. territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2009.

SARRAF, Agenor Pacheco. Portos de memórias: cotidiano, trabalho e história no Marajó das florestas. Movendo ideias. **Revista do Mestrado de comunicação, linguagens e cultura**. Belém: UNAMA, v. 15, nº1, jan. a jun. 2010. Disponível em: <http://revistas.unama.br/index.php/Movendo-Ideias/article/view/552/225#> Acesso em 03 de janeiro de 2023.

SARRAF, Agenor Pacheco. **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara**. – 1. ed. – Belém: GKNORONHA, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SINASEFE ASCOM. Sinasefe, IFPA, CTRB E CIABA assina nota conjunta de repúdio às denúncias sem provas de Damares Alves em 14 de outubro de 2022. Autor: Ascom SINASEFE. Disponível em: <https://sinasefe.org.br/site/sinasefe-ifpa-ctrb-e-ciaba-assina-nota-conjunta-de-repudio-as-denuncias-sem-provas-de-damares-alves/> Acesso em: 16 de fevereiro de 2023.

SPOSATI, Aldaíza. Território e gestão de políticas sociais. Artigo especial. **Revista Serv. Soc.**, londrina, v. 16, n.1, p. 05-18, jul. /dez. 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/18423>. Acesso em 07 jun. 2019.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, Aldaíza. **Carta Tema: A Assistência Social no Brasil, 1983-1990**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS. In: **SUAS: configurando os Eixos de Mudança**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS, 2008.